



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA:
MESTRADO EM GEOGRAFIA

JACKSON ROSAS DA SILVA

**ANÁLISE SOCIOESPACIAL DAS ESCOLAS MILITARES DO ESTADO ACRE:
COLÉGIO MILITAR TIRADENTES**

**RIO BRANCO
ABRIL - 2024**

JACKSON ROSAS DA SILVA

**ANÁLISE SOCIOESPACIAL DAS ESCOLAS MILITARES DO ESTADO ACRE:
COLÉGIO MILITAR TIRADENTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador (a) Prof.(a) Dra. Lucilene Ferreira de Almeida.

**RIO BRANCO
ABRIL - 2024**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

S586a Silva, Jackson Rosas da, 1989 -

Análise socioespacial das escolas militares do Estado do Acre: Colégio Militar Tiradentes / Jackson Rosas da Silva; orientadora: Profa. Dra. Lucilene Ferreira de Almeida. – 2024.

130 f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO). Rio Branco, 2024.

Inclui referências bibliográficas.

1. Colégio Militar Tiradentes. 2. Educação – Rio Branco (AC). I. Almeida, Lucilene Ferreira de (orientadora). II. Título.

CDD: 910

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter proporcionado sabedoria e força nessa jornada de momentos difíceis, afinal o mestrado se iniciou em um período de incertezas com a pandemia da Covid-19. Logo veio a notícia da paternidade que representou um dos momentos mais felizes da minha vida, mas que trouxe grandes responsabilidades. Compartilhar esses acontecimentos com a vida acadêmica só foi possível graças à ajuda divina.

Aos meus pais João Fernandes da Silva e Maria das Dores Rosas de Assunção Silva, pessoas simples, mas que reconhecem o valor do estudo, por isso sempre me incentivaram a prosseguir na busca do conhecimento, constituindo-se fator fundamental para todas as conquistas profissionais construídas a partir do ensino.

A minha esposa, Jamaica Kellle Matias de Souza companheira, colega de mestrado, pelo apoio incondicional durante essa jornada na qual compartilhamos ajuda mútua nas situações complicadas, mas também alegres, tanto na vida acadêmica, como no dia a dia.

A orientadora, Professora Doutora Lucilene Ferreira de Almeida pela paciência durante essa trajetória. A forma como me conduziu, com ensinamentos precisos para chegarmos ao resultado da pesquisa, no qual considero satisfatório, foi sem dúvida primordial.

Aos agentes participantes da pesquisa como os entrevistados, na pessoa de moradores e gestores escolares, bem como ao Geógrafo Fábio da Silva Lucio, pelo suporte técnico realizado durante as confecções dos mapas.

Ao apoio recebido pelos agentes públicos da Biblioteca Central e ao Museu da Ufac. Da mesma forma a Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esportes, na Divisão de Sistema Educacional de Monitoramento Escolar.

Ao acolhimento recebido pela equipe de trabalho do Núcleo de Registro e Controle Acadêmico no qual faço parte. Em especial a diretora Eliana da Silva Campelo que sempre incentiva os servidores a buscarem qualificação.

A Universidade Federal do Acre onde iniciei minha trajetória, desde o Ensino Médio com o Programa de Iniciação Científica Jr, posteriormente a graduação em Geografia e o mestrado na mesma área.

Aos professores do Mestrado, bem como aos que lutaram para a implantação do Programa.

Por fim, dedico este trabalho ao meu filho João Paulo Rosas.

“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”.

Paulo Freire.

RESUMO

Ao longo do tempo a Educação no Brasil foi marcada por inúmeras contradições, de um lado está a classe dominante e do outro a população desprovida de recursos econômicos e culturais. Assim, os processos educacionais, vão sendo realizados para defender privilégios das classes dominantes. A pesquisa tem por objetivo analisar o espaço geográfico a partir da relação educação, desigualdade e controle político e ideológico, tendo como objeto as escolas cívico-militares, na cidade de Rio Branco – Acre, com recorte espacial o Colégio Militar Tiradentes, a partir do ano 2019. Os objetivos específicos são: Contextualizar as fases da educação no Brasil; Identificar a natureza ideológica para expansão do ensino militarizado; Analisar a localização das escolas cívico-militares em Rio Branco e sua relação com contextos de desigualdades na cidade e Compreender a relação entre o Colégio Militar Tiradentes, localizado na Regional do Calafate, com a comunidade do entorno. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, através da abordagem qualitativa; pesquisa documental nos sites dos Ministérios da Educação e Defesa. Em relação aos mapas das escolas cívico-militares do estado, foram coletadas informações sobre as distribuições das escolas por municípios no estado do Acre, na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes - SEE e nos sites do governo do Acre. Assim sendo, foi realizada uma junção através das ferramentas dispostas no QGIS 3.28.8 LTR, entre uma tabela .XLSX padrão do software Microsoft Excel e uma camada do tipo shapefile (.shp) dos municípios acreanos. Foi adotado como método o Materialismo Histórico-Dialético, sobre o prisma da Geografia Crítica ou Radical, na qual é possível analisar o espaço, sobretudo, o social. Nesse sentido, a educação na cidade de Rio Branco apresenta problemas históricos que precisam ser compreendidos e solucionados por uma coletividade. Concluímos que as escolas-cívicos militares impactam negativamente a luta pela democratização e a valorização do ensino público, pois estas trazem mais benefícios para os militares. Além do mais, os discursos para militarização sobrecarregam o papel da escola.

Palavras-chave: Dualidade; Militarização, Contradição da educação; Segregação; Colégio Militar Tiradentes.

ABSTRACT

Over time, Education in Brazil has been marked by numerous contradictions, on one side there is the dominant class and on the other the population devoid of economic and cultural resources. Thus, educational processes are being carried out to defend the privileges of the dominant classes. The research aims to analyze the geographic space from the relationship between education, inequality and political and ideological control, having as its object the civic-military schools, in the city of Rio Branco – Acre, with a spatial focus on the Colégio Militar Tiradentes, from the year 2019. The specific objectives are: Contextualize the phases of education in Brazil; Identify the ideological nature of the expansion of militarized education; Analyze the location of civic-military schools in Rio Branco and their relationship with contexts of inequality in the city and Understand the relationship between the Colégio Militar Tiradentes, located in the Calafate Region, with the surrounding community. This is a bibliographical and exploratory research, using a qualitative approach; documentary research on the websites of the Ministries of Education and Defense. In relation to the maps of the state's civic-military schools, information was collected on the distribution of schools by municipalities in the state of Acre, from the State Secretariat of Education, Culture and Sports SEE and from the Acre government websites. Therefore, a junction was made using the tools provided in QGIS 3.28.8 LTR, between a standard .XLSX table from the Microsoft Excel software and a shapefile (.shp) layer of the municipalities in Acre. Historical-Dialectical Materialism was adopted as a method, through the prism of Critical or Radical Geography, in which it is possible to analyze space, especially social space. In this sense, education in the city of Rio Branco presents historical problems that need to be understood and resolved by a collective. We conclude that military civic schools have a negative impact on the fight for democratization and the valorization of public education, as they bring more benefits to the military. Furthermore, discourses for militarization overload the role of the school.

Keywords: Duality; Militarization, Contradiction of education; Segregation; Tiradentes Military College.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relação das regiões contempladas pelo Encim em 202251

Figura 2: Colégio Militar Tiradentes59

Figura 3: Escola Edilson Façanha invadida por criminosos60

Figura 4: Muro da escola utilizado para demarcar domínio de facções61

Figura 5: Escola Infantil Menino Jesus, solenidade de inauguração73

Figura 6: Grupo Escolar Presidente Dutra (atual Biblioteca do estado)74

Figura 7: Grupo Escolar “Presidente Dutra” - Biblioteca Escolar74

Figura 8: Alunos do Ginásio Acreano – área central de Rio Branco75

Figura 9: Bairro periférico na cidade de Rio Branco na década de 197078

Figura 10: Apresentação do uniforme – Colégio Militar Tiradentes97

Figura 11: Alunos do Colégio Militar Tiradentes beneficiados pelo programa Bolsa Família102

Figura 12: Trânsito congestionado em frente ao Colégio Militar Tiradentes103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Do Processo de Admissão de Alunos segundo a Lei Nº 3.362/82

Quadro 2: Das vagas91

Quadro 3: Conteúdo programático para o exame intelectual (EI)92

Quadro 4: Manual do aluno – disciplina e indisciplina94

Quadro 5: Corte de cabelo dos alunos do Colégio Militar Tiradentes97

Quadro 6: Termo de Adesão à associação de mestres e funcionários do CMT100

LISTA DE MAPAS

- Mapa 1: Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB)45
- Mapa 2: Escolas Cívico-Militares no Estado do Acre55
- Mapa 3: Distribuição das Escolas Cívico-Militares na cidade Rio Branco57
- Mapa 4: Análise do espaço nas áreas adjacentes do Colégio Militar Tiradentes86
- Mapa 5 Loteamentos da Regional do Calafate88
- Mapa 6: Quantitativo de alunos por bairro, do Colégio Tiradentes no Ensino Fundamental – 2022108
- Mapa 7: Quantitativo de alunos por bairro, do Colégio Tiradentes no Ensino Médio – 2022110
- Mapa 8: Quantitativo de alunos por bairro do Colégio Dom Pedro II no Ensino Fundamental – 2022112
- Mapa 9: Quantitativo de alunos do Colégio Dom Pedro II no Ensino Médio - 2022114
- Mapa 10: Quantitativo de alunos por bairro do Colégio Cívico-Militar Wilson Barbosa116

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO¹⁵

2 CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL²⁴

- 2.1 ESTRUTURA EDUCACIONAL NO BRASIL REPÚBLICA (1930 -1937)²⁴
- 2.2 OS MODELOS EDUCACIONAIS NOS PERÍODOS DE 1937 A 1964²⁶
- 2.3 MODELO DE EDUCAÇÃO NO PERÍODO DITATORIAL (1964 A 1985)³¹
- 2.4 EDUCAÇÃO NO BRASIL DE 1985 ATÉ OS DIAS ATUAIS³⁵

3 CAPÍTULO 2: MILITARIZAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES A PARTIR DA ANÁLISE GEOGRÁFICA³⁹

- 3.1 CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA NA ANÁLISE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO⁴⁰
- 3.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MILITAR NO BRASIL⁴³
 - 3.3.1 *Proposta de militarização do ensino público*⁵⁰
- 3.4 AS CONTRADIÇÕES ESPACIAIS DO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES EM RIO BRANCO-ACRE⁵³
- 3.5 ENCERRAMENTO DO PROGRAMA DE CRIAÇÃO DOS COLÉGIOS CÍVICO-MILITARES⁶²

4 CAPÍTULO 3: COLÉGIOS MILITARES EM RIO BRANCO: ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES, NA REGIONAL DO CALAFATE⁶⁵

- 4.1 CONTEXTO HISTÓRICO: A PARTIR DA ESCOLARIZAÇÃO NO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE E INÍCIO DA ELEVAÇÃO PARA A CATEGORIA DE ESTADO⁶⁵
- 4.2 LEI N.º 3.362 REFERENTE A CRIAÇÃO DOS COLÉGIOS MILITARES ESTADUAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DOM PEDRO II E TIRADENTES, NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO⁸⁰
 - 4.2.1 *Colégio Militar Tiradentes*⁸³
 - 4.2.2 *Processo seletivo do Colégio Militar Tiradentes*⁹⁰
 - 4.2.3 *Regimento interno do Colégio Militar Tiradentes*⁹³
- 4.3 SOBRE A RENDA DOS ALUNOS DO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES COM BASE NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA¹⁰¹

**4.4 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR BAIRRO NAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES
DE RIO BRANCO¹⁰⁵**

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS¹¹⁹

7 REFERÊNCIAS¹²³

1 INTRODUÇÃO

A História da Educação no Brasil é marcada por inúmeras contradições e uma das principais é a dualidade que vem perpassando ao longo do tempo, isto é, uma educação pensada para uma elite, uma classe dominante e outra para os menos afortunados, desprovidos de recursos econômicos e culturais. Os processos educacionais, não são uma prática social neutra, são realizados de forma imperativa para defender privilégios das classes dominantes, subordinando as minorias a qualquer forma de ascensão social através do conhecimento (Frigotto, 2000).

Nesse entendimento de que a educação sofre influência de acordo com o grupo que está no poder. O Brasil no ano de dois mil e dezoito elegeu o então Capitão Reformado do Exército brasileiro Jair Messias Bolsonaro para o cargo de presidente da república. Este por sua vez, ao longo do seu mandato nomeia quatro ministros da educação, todos eram engajados nos discursos fascistas da campanha do agora ex-presidente. Tornaram o Ministério da Educação em vasto campo de ideologias da extrema direita (Taffarel *et al*, 2019).

A antiga gestão de Bolsonaro fortaleceu bastante as instituições militares, em que os colégios militares das Forças Armadas passaram a ser de modelos para as demais escolas do país, ou seja, os valores da disciplina e da hierarquia deveriam estar presentes em todas as escolas. Essas crenças ajudavam a fortalecer o apoio entre seus admiradores com os seguintes perfis: fundamentalistas evangélicos, saudosistas da ditadura militar, entre outros (Rebuá *et al*, 2022).

Em síntese, o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), que atualmente conta com 14 colégios espalhados pelo território brasileiro, possui rigorosos processos de admissão. O ingresso dos alunos se dá por meio de provas com questões de Português e Matemática. A outra forma de ingresso é destinada para os dependentes dos militares de carreira. Geralmente os colégios militares obtêm os melhores resultados nas avaliações externas, por exemplo, IDEB, ENEM, Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP, Olimpíada Nacional em História do Brasil, Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica, Olimpíada de Robótica etc.

Sendo assim, uma das promessas do ex-presidente era ampliar esse formato de colégio militares por todo os estados e municípios, todavia houve a inviabilidade por questões orçamentárias. Com isso, uma das alternativas para expandir o ensino

militarizado pelo país, ocorreu por meio do aproveitamento de modelos de escolas militares já existentes, que possuem parcerias com as secretarias de educação. Na prática o funcionamento dessas escolas se dá a partir de Gestão Compartilhada. No geral, as escolas militarizadas da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiro, cedem os militares para direção e monitoria dos alunos, enquanto as secretarias estaduais de educação se encarregam da distribuição de professores e coordenadores pedagógicos.

Um dos primeiros entes da federação a adotar o modelo escolas militarizadas, foi o estado de Goiás. O marco inicial ocorreu em 18 de junho de 1976, por meio da Lei nº 8.125¹. Todavia, a concretização desse projeto se deu em 1999, a partir da Portaria de nº 604 de 19 de novembro de 1998² que tornou possível a participação de civis já que a lei previa, somente os filhos, ou dependentes dos oficiais da Polícia Militar.

Deste modo, o formato das escolas militarizadas de Goiás serviu de modelo para o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares – Pecim criado pelo governo Federal no ano de 2019. Isto se deu por conta desses colégios apresentarem bons resultados no Exame Nacional de Ensino (ENEM) e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Com a criação do Pecim, os estados e municípios alteram a nomenclatura Gestão Compartilhada para Colégio Cívico-Militar (Santos *et al*, 2020).

Por outro lado, é necessário enfatizar que essas escolas militarizadas possuem processos seletivos para o ingresso dos alunos e reservas de vagas para os filhos ou dependentes dos militares da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro. Contam com infraestrutura adequada, laboratórios de informática, bibliotecas, entre outros. No tocante às outras escolas públicas o estado goiano não tem boas referências³. Essas são marcadas por grandes problemas, tais como: violência, evasão escolar, prédios deteriorados, sem condições para o bom desempenho dos estudantes.

Além disso, há um dado polêmico em torno do crescimento das escolas

¹ GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Lei nº 8.125, de 18 junho de 1976. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. Goiás, 1976. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1976/lei_8125.htm>. Acesso em: 20 jan. 2023 » http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1976/lei_8125.htm

² CEPMG. Portal CEPMG. Disponível em: <https://www.portalcepmg.com.br/historico/> acesso em 20 de jan. 2023

³ O descaso da prefeitura de Goiânia e do governo de Goiás para com os profissionais da educação vem sendo escancarado, e como diria (*apud* Darcy Ribeiro): “a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto” (Júnior, 2022).

militarizadas do estado de Goiás, os anos em que os colégios militares foram ampliados ocorreram nos períodos de greve dos professores da rede estadual de ensino. A militarização ocorreu nas escolas onde os docentes se recusaram a voltar ao trabalho. Numa entrevista à Revista ISTOÉ em 2019, o Governador Marconi Perillo afirmou ser preciso ter coragem para enfrentar professores de esquerda⁴. Percebe-se que o discurso está pautado em ideologias, não pretendendo resolver as complexidades que a educação pública enfrenta.

Os governadores e prefeitos do referido estado também utilizam esse programa para fins eleitorais como promessa de campanha, uma delas seria a diminuição da violência nas escolas, pois os projetos de escolas militares se dão justamente em bairros vulneráveis com alta incidência de criminalidade (Alves *et al*, 2020).

Todavia, o termo vulnerável também precisa ser compreendido, pois entende-se que essa população enfrenta alguma situação de risco, geralmente está relacionada com sua ocupação em áreas de instabilidade geológica, com deslizamento de terra, ou mesmo sujeitas a enchentes, entre outras. O conceito também se estende para campo social, em que são elencados a questão da violência etc. (Marandola Jr; Hogan, 2005).

Essa compreensão é importante para entendermos a complexidade do problema que alguns setores da sociedade, principalmente os políticos, vêm delegando como responsabilidade para serem resolvidos dentro da escola. No entanto, ao citarmos novamente, o fator da violência é notório que ela não nasce no âmago do grupo escolar e sim no ambiente externo.

Na opinião de alguns críticos, como o sociólogo Miguel Gonzalez Arroyo (2019), aceitar essa prática militar é ao mesmo tempo perigosa, pois coloca em risco a democratização da educação, por conta que essas escolas impõem rigorosos controle de seleção, que não condiz com a realidade de muitos alunos, ultrapassando os limites legais que regem a educação no país.

Compactuando com a ideia do autor em questão, a militarização do ensino é uma preocupação, por conta de ser uma prática comum em governos autoritários e antidemocráticos, que almejavam manter o controle da população de diversas formas,

4 [...] Em meio à greve dos trabalhadores da educação do estado de Goiás, dia 24 de junho de 2015, o governador Marconi Perillo (PSDB) propõe um projeto de militarização de oito colégios em Goiânia (Passapalavra, 2015).

incluindo a forma de pensamento com o monitoramento materiais didáticos e controle dos corpos, etc. “[...] a exemplo do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e a Ditadura Civil-Militar, deflagrada em 1964, prolongando-se até meados dos anos 1980” (Araújo *et al* 2021).

Ao longo desses regimes ditoriais, não foram levadas em consideração as diversidades existentes no Brasil, tais como as questões sociais, econômicas, de gênero etc. Sendo assim, a militarização pode estar retrocedendo, direitos já adquiridos constitucionalmente. Sendo assim é necessário questionar até que ponto o crescimento dos espaços escolares militarizados trava os debates da construção das escolas públicas, democrática e laica.

Nesse sentido, a pesquisa tem por objetivo analisar o espaço geográfico a partir da relação educação, desigualdade e controle político e ideológico, tendo como objeto as escolas cívico-militares, na cidade de Rio Branco – Acre, com recorte espacial o Colégio Militar Tiradentes, a partir do ano 2019.

Todavia, é necessário esclarecer que apesar da nomenclatura Colégio Militar Tiradentes, este não faz parte do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) no qual possui legislação específica, segundo a Lei nº 9.394 -LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Brasil, 1996). Além disso, o quadro de funcionários dos SCMB é composto exclusivamente por militares.

Sendo assim, o nome Colégio Militar Tiradentes se deu em razão do projeto de Lei nº 3.362, de 20 de dezembro de 2017 da Assembleia Legislativa Estadual, que criou o denominado colégio. Todavia, entende-se que é uma escola cívico-militar, pois há gestão compartilhada entre Polícia Militar do Acre, juntamente com a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes na qual cede os servidores para atuarem como professores e coordenadores pedagógicos.

Deste modo, para estudo do objeto em questão, trouxemos objetivos específicos que darão maior robustez para pesquisa, visando desenvolver melhor a proposta de trabalho que foram: Contextualizar as fases da educação no Brasil para a compreensão da implantação das escolas cívico-militares; Identificar se existe natureza ideológica para expansão do ensino militarizado; Analisar a localização das escolas cívico-militares em Rio Branco e sua relação com contextos de desigualdades na cidade e Compreender a relação entre o Colégio Militar Tiradentes, localizado na Regional do Calafate, com a comunidade do entorno.

Embora o recorte espacial seja o Colégio Militar Tiradentes é necessário

enfatizar que na cidade de Rio Branco existem outras escolas Cívico-Militares que são: Colégio Dom Pedro II localizado no Bairro Santo Afonso e Escola Cívico-Militar Wilson Barbosa na Cidade do Povo. Além disso, o governo do estado pretende ampliar o número de escolas cívico-militares nos demais municípios (Gazeta.Net, 2023).

Todavia, a escolha do Colégio Militar Tiradentes se deu em razão da localização, tendo em vista que as áreas próximas ao colégio estão passando por processo de concentração dos serviços públicos. Pois, vem ocorrendo a descentralização de diferentes órgãos da administração pública das áreas centrais, inclusive setores ligados à segurança pública, para regional onde está inserido o colégio militar. Além disso, as atividades do comércio apresentam um forte crescimento por causa da instalação do Shopping Via Verde, entre outras redes lojas, como a Havan. Outrossim, há um número expressivo de condomínios fechados com alto padrão de qualidade.

Uma outra motivação foi em virtude da intensa movimentação de carros para buscar ou deixar os alunos do referido colégio. Sendo assim, indagamos onde estão os alunos em situação de vulnerabilidade social? Ou mesmo se está ocorrendo uma apropriação injusta do espaço educacional público?

Deste modo, trouxemos o Capítulo 1, denominado “Contextualização da História da Educação no Brasil” na qual explica as fases da educação a partir de 1930 aos dias atuais, pois é o momento em que as discussões sobre a educação têm abrangência nacional. Procura-se trazer a relação política, econômica e ideológica dentro do processo de escolarização brasileira. Foi possível verificar, a subalternização dos desprovidos recursos econômicos em todos os períodos analisados e uma disputa para o controle da educação de diferentes setores, aos quais destacamos a influência da Igreja Católica, militares e entidades ligadas a classe empresarial brasileira.

Em relação aos procedimentos metodológicos utilizados neste primeiro capítulo trata-se uma pesquisa bibliográfica e exploratória, através da abordagem qualitativa, com o objetivo de explorar a temática discutida. Conforme Severino (2013, p. 76) “[...] a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.”. Os procedimentos para a seleção dos textos foram através de mecanismos de busca, em bases consolidadas de artigos científicos, livros e revistas seguindo protocolos específicos, os quais possibilitam a seleção dos textos,

utilizando as seguintes frases: História da educação no Brasil, Educação elitizada, Segregação na educação.

Além do que algumas obras foram consultadas na biblioteca da Universidade Federal do Acre – Ufac. Com isso, selecionamos materiais de teóricos da educação, entre eles estão filósofos e sociólogos, dos quais podemos citar: Arroyo, 2017; Romanelli, 1978; Saviani, 2017; Ribeiro, 2021; Aranha, 1989; Freire, 2015 e Pilleti 1997. A escolha desses pensadores foi ocasionada em razão do número de citações desses autores nos artigos pesquisados. Com isso, optamos em procurar nessas fontes primárias para melhorar o entendimento da temática discutida.

Para o Capítulo 2, intitulado “Militarização dos espaços escolares: A partir da análise geográfica”. Analisaremos a categoria espaço, a partir de uma construção social que não depende necessariamente de uma estrutura física para existir. Todavia, o capítulo não tem a pretensão de definir a categoria geográfica em questão, outros teóricos já o fizeram, (Lefebvre, 2000; Santos, 1985, entre outros). Propomos uma aplicação prática do espaço, baseado no aumento das escolas militarizadas, principalmente durante a gestão do ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro. Sendo assim, o estudo traz a questão da apropriação da educação para fins ideológicos e políticos, com tentativas de apropriação dos recursos da educação. Além de impor de forma invisível projetos criados pela extrema-direita, como o Programa Escola Sem Partidos, entre outros. Ao final trouxemos o encerramento do Programa Escola Cívico-Militar–Pecim pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os procedimentos metodológicos utilizados neste segundo capítulo se deram através da pesquisa documental nos sites dos Ministérios da Educação e Defesa, em que foram encontrados decretos e portarias sobre a criação das escolas cívico-militares.

À vista disso, para diferenciar o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) administrado pelo Exército brasileiro das demais escolas cívico-militares. Com isso, para tornar a pesquisa mais didática foi confeccionado o mapa da distribuição desses colégios no território brasileiro. Para construção foi consultado o site do Exército Brasileiro, no qual foi possível obter informações referente ao quantitativo de colégios militares espalhados pelo Brasil. Ao todo temos 14 escolas, e no referido site consta os endereços que foram cruciais para a devida espacialização.

Em relação aos mapas das escolas cívico-militares do estado, inicialmente coletamos informações sobre as distribuições dessas escolas por municípios no

estado do Acre, na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes - SEE e nos sites do governo do Acre. Além disso, o fornecimento de dados do setor de geoprocessamento da Prefeitura Municipal de Rio Branco, foi de fundamental importância.

Após isso, apresentamos o Capítulo 3 denominado “Colégios militares em Rio Branco: estudo de caso no Colégio Militar Tiradentes, na regional do Calafate”. Essa construção adveio da necessidade de entender a problemática educacional na cidade de Rio Branco em um estado recém-criado que enfrentou diversos problemas relacionados à questão do isolamento em virtude da intensa cobertura vegetal da Floresta Amazônica. Fora isso, a cidade de Rio Branco ainda convive com grandes dificuldades relacionadas com a urbanização.

Deste modo, o terceiro capítulo traz para estudo, uma breve contextualização sobre como se deu os primeiros processos de escolarização no Acre, primeiramente enquanto Território Federal e posteriormente quando passa para a categoria de estado. Aos poucos os textos foram revelando que a cidade de Rio Branco foi se desenvolvendo de forma desigual, pois a parte central passou a receber melhorias diferenciadas em relação às demais áreas periféricas. Nesse requisito, as escolas com boas condições de funcionamento geralmente estavam na região central.

Todavia, com o passar do tempo a cidade de Rio Branco vem passando por um processo de descentralização dos serviços públicos e privados na direção em que foi construído o Colégio Militar Tiradentes. Por isso, procuramos desenvolver ao longo do capítulo a complexidade da instalação de uma unidade de ensino baseada sobretudo na meritocracia diante de uma cidade em que muitos bairros grandes parte da população se encontra na situação de vulnerabilidade social. Sendo esse um dos requisitos para instalação do colégio. Entretanto, são várias barreiras para uma população vulnerável frequentar esse ambiente escolar militarizado. Deste modo, pesquisa tem preocupação de distribuir as localidades dos no mapa a fim de verificar se o colégio atende com seu objetivo de criação.

Por esse motivo, estabelecemos como um dos procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, esta ocorreu na biblioteca da Ufac, já que havia a necessidade de leitura de dissertações e teses de autores que abordassem a questão da escolarização e formação do estado do Acre. Além disso, alguns livros foram encontrados na Biblioteca pública do estado Adonay Barbosa. Além do mais ocorreram visitas para coleta de informações que foram o Museu da Ufac e o Museu

da Borracha.

Outrossim neste capítulo foi realizado entrevista do tipo semiestruturada, pois foi o modelo mais vantajoso tendo em vista que as entrevistas foram realizadas com os moradores do entorno da escola militar. Sendo assim, preferimos trabalhar com as falas dos entrevistados ao invés de montarmos questionários em que exigiria a escrita dessas pessoas. Contudo, muitos dos entrevistados não quiseram registrar sua entrevista, por isso optamos por trazer a fala de uma moradora e de gestores das escolas da Regional do Calafate, onde está inserido o colégio.

Por conseguinte, foi desenvolvido o mapa de pontos de interesses da Regional do Calafate, com intuito de mostrar o crescimento dos serviços públicos e privados, bem como o desenvolvimento de condomínio de alto padrão nas imediações do bairro que abriga o Colégio Militar Tiradentes.

Nessa perspectiva, foram feitas análises de dados quantitativos fornecidos pela Secretaria de Estado de Educação e Esportes – SEE, na Divisão de Sistema Educacional de Monitoramento Escolar que conta com um Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Educacional (Simaed), onde foi possível retirar informações sobre a localização dos alunos das escolas militares por bairros na cidade de Rio Branco.

Diante disso, para realizar a pesquisa adotamos como método o Materialismo Histórico-Dialético, por ser um instrumento com capacidade de análise das atividades humanas em sua realidade concreta sem idealismo (Silva, 2019). Passou a ser utilizado por teóricos da Geografia que adotaram postura compromissada com a realidade social, tal qual ela se apresenta.

Deste modo, a proposta de estudo está inserida sobre o prisma da Geografia Crítica ou Radical, na qual é possível analisar o espaço, sobretudo, o social. Com isso, os estudos permitiram além de desmarcar uma realidade imposta por sistemas econômicos, sobretudo, o capitalista, como também permitiu identificar as mudanças espaciais que ocorriam numa dada formação socioeconômica específica.

Com isso, o método ajuda compreender como os espaços foram sendo apropriados pela elite dirigente, neste sentido os processos educacionais também estão incluídos, em que é possível verificar através de processos históricos marcas ideológicas e disputas para o controle da educação.

Sendo assim, a pesquisa segue analisando o processo de militarização das escolas públicas, primeiramente com uma contextualização histórica da educação do

país, pois existem diversos mecanismos que necessitam ser compreendidos e explicados para sociedade.

2 CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Este capítulo é destinado a falar sobre a História da Educação a partir de 1930, esse marco temporal foi escolhido devido ser a primeira vez que as reformas educacionais atingiram todo o território nacional (Ferreira, 2008). Apesar da grande extensão temporal, pretendemos contextualizar de forma objetiva esses períodos. Procuramos evidenciar a segregação nos espaços educacionais, bem como enfatizar que ao longo do tempo a educação vem sendo pensada por uma elite dirigente de forma que os desprovidos de recursos econômicos sejam subalternizados (Arroyo, 2017).

Tal contextualização alicerça nossa discussão sobre as formas de como a educação é pensada e ofertada para as diversas camadas sociais, desconsiderando as desigualdades sociais, econômicas e culturais, forjando discursos elitistas e de interesses políticos, assim como vem ocorrendo no processo de consolidação das escolas militares no território nacional.

2.1 Estrutura educacional no Brasil República (1930 -1937)

O momento é marcado por reformulação em âmbito nacional, tendo em vista que os primeiros arcabouços de projetos educacionais que abrangem todos os entes federados parte dos anos de 1930. A começar pela criação do Ministério da Educação e Saúde dirigida por Francisco Campos, que propôs reformas, principalmente no ensino secundário, que antes era organizado em liceus e exames parcelados, aulas avulsas. Com a reformulação é fixado um período maior para o término, passando a ser organizado em dois ciclos, seriação do currículo, além de frequência obrigatória (Dalabrida, 2009).

Essas medidas serviam de base para o caráter industrial e desenvolvimentista que se iniciava no Brasil, pois não bastava o Estado somente alfabetizar, era necessário reformular esses modelos para o Brasil alcançar de fato o desenvolvimento necessário, tendo em vista que [...] “O surto industrial desencadeia uma verdadeira cruzada pela educação como condição imprescindível para fazer do Brasil uma grande nação” (Silva, 2012, p. 534).

Contudo, o espírito desenvolvimentista e as reformulações educacionais não foram capazes de democratizar, pelo contrário acentuou mais desigualdades tendo em vista que a separação da educação para cada camada da sociedade permaneceu. Temos aqui um arcabouço, o ensino profissionalizante ficaria para as pessoas com baixo poder aquisitivo. Já o ensino superior destinado a elite dirigente. As mudanças não alteram a conjuntura do passado educacional brasileiro. O quadro educacional se tornou apenas mais realista para os objetivos industriais pretendidos naquele momento.

Por outro lado, o movimento Escola Nova impulsionado a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação, escrito por vinte e seis signatários da educação, os pensadores que mais se destacaram foram: Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando Azevedo. Os intelectuais reivindicavam que o Estado deveria se comprometer com a obrigatoriedade da educação, organizando as diretrizes educacionais para todos os entes da federação de acordo com a especificidade de cada região. Em meio a esse embate surgiu a disputa entre a Igreja Católica que ainda exercia controle nos processos educacionais, sobretudo no ensino privado. Com isso, os pioneiros discutiam que a mesma estrutura da escola particular administrada pelos católicos, deveriam ter a escola pública. Assim Romanelli destaca:

O manifesto sugere que deve consistir na ação do Estado, reivindicando a laicidade do ensino público, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação. Reconhecendo pertencer ao cidadão o direito vital à educação e ao Estado o dever de assegurá-la e assegurá-la de forma que ela seja igual e, portanto, única, para todos quantos procurarem a escola pública, é evidente que esse direito só possa ser assegurado a todas as camadas sociais se a escola for gratuita. (Romanelli, 1978, p. 147-148).

Assim, o campo educacional de disputa, sobretudo com a Igreja Católica, foi capaz de determinar mudanças significativas no quadro educacional brasileiro. Pois a luta dos Pioneiros da Educação Nova influenciou no desenvolvimento da Constituição de 1934, com a obrigatoriedade de repasses para a educação básica. Sendo assim, o levantamento da laicidade bem como a gratuidade da educação exerceu um papel relevante acerca da democratização da educação que será discutida nos próximos itens.

2.2 Os modelos Educacionais nos períodos de 1937 a 1964

A educação nesse período é marcada por fortes ideologias com predominância de unilateralismo os teóricos com currículos fechados para qualquer tipo de questionamento (Diniz Filho, 2010). A escola preparava jovens com espírito nacionalista, para que não intervissem na nova identidade nacional. Com isso, nos primeiros anos da década de 1940, o Estado novo se estabiliza com a política de conciliação entre as classes. As ações governamentais para o quadro educacional voltaram-se para o primário e secundário, deixando o ensino superior em segundo plano. Conforme Saviani:

Como se vê, até aí, a regulamentação do ensino ia sendo feita conforme as urgências definidas pelos grupos que assumiam o controle político do país. Assim, enquanto Francisco Campos se concentrou no ensino superior, secundário e comercial, Capanema, nas leis orgânicas, começou pelo ensino industrial, depois o secundário atingindo, na sequência, os ensinos comercial, normal, primário e agrícola. Embora por esse caminho praticamente todo o arcabouço da educação tenha sido afetado, prevalecia, ainda, o mecanismo de se recorrer a reformas parciais, fazendo falta um plano de conjunto que permitisse uma ordenação unificada da educação nacional em seu todo, tal como preconizara o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. (Saviani, 2017, p.49).

Com a Reforma Capanema, cuja ideologia volta-se ao patriotismo e ao nacionalismo, que ampliava a disciplina e ordem, com os cursos de moral e civismo, através da educação militar para os alunos do sexo masculino nas escolas secundárias. Conforme descreve Santorum:

Dentre elas, os que obtiveram maior expressão, tanto na Europa quanto no Brasil, foram os movimentos ou partidos políticos de caráter fascista que colocaram a juventude como alvo principal de sua política doutrinária, visando construir, através da realização de uma intensa obra de educação das parcelas juvenis, o Novo Homem Fascista. Este formaria uma nova massa de indivíduos estrategicamente plasmados de acordo com as noções fascistas de homem e de mulher ideal para o Estado-Nação. (Santorum, 2018, p.16).

Desta forma, em “[...] Em 9 de abril de 1942 é decretada a reforma do ensino Capanema, relativa ao ensino secundário, refletindo o transplante da ideologia nazifascista já agora na organização escolar brasileira” (Ribeiro, 2021, p. 151).

Aliado a essas mudanças o ensino secundário passou a ser ministrado em

ciclos, de quatro e três anos. Os primeiros quatro anos correspondiam ao curso ginásial e os três últimos ao curso colegial. Com duas opções: o clássico e o científico. O ensino continuou a ter caráter humanístico, enciclopédico e aristocrático, e os cursos clássicos e científicos não apresentavam diferenças substanciais, a ponto de serem considerados opções diferentes.

Deste modo, a dualidade entre os espaços educacionais ficou bastante evidenciada, o ensino profissional para os que tinham necessidades de ingressar de forma rápida no mercado de trabalho, e o ensino secundário científico destinado às elites que almejavam ingressar no ensino superior. Essa organicidade tinha o intuito de barrar as possíveis mobilidade social.

Outro destaque diz respeito a implementação de símbolos nacionais nos currículos dos estudantes, essa divulgação tinha a intenção de despertar de certo modo no imaginário dos alunos identidades nacionais, com objetivo de esconder as desigualdades entre as classes. Para Santorum:

As primeiras décadas do século XX são fortemente marcadas pelo reconhecimento de que o domínio do simbólico e, por meio dele, do imaginário, constitui-se enquanto um dos mais importantes instrumentos políticos da modernidade (Santorum, 2018, p.78).

Nesse sentido, educação se torna forte instrumento de domesticação nacional utilizado no governo ditatorial de Getúlio Vargas, com isso todas as ferramentas de ensino passam a ser monitoradas pelo Estado, desde os livros como também a postura do professor em sala de aula. A exemplo a disciplina de Geografia com caráter descriptivo. Para Diniz Filho (2010, p. 3) “o conhecimento da população e do território, com seus atributos étnicos, demográficos e naturais, figurava como um meio para desenvolver o espírito patriótico e o sentido de unidade nacional.

Apesar dos processos de alienação imposto na educação, não podemos deixar de destacar avanços, embora incipientes. Assim, a Constituição de 1946 em seu Art. 167 passou a separar recursos para educação, que foram 10% do orçamento da União e 20% dos estados. Contudo, não podemos deixar de enfatizar as desigualdades entre os entes federados, pois as universidades foram criadas nas regiões com mais desenvolvimento econômico, no sul e sudeste do país.

Outro destaque foi a criação de importantes órgãos que ajudaram a estruturar e organizar o ensino, apesar do período estarem contaminados por fortes ideologias, deste modo temos:

[...] uma série de órgãos, como o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP, 1938), Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa (1939), Instituto Nacional do Cinema Educativo (1937), Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI, 1942), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC, 1946), Conselho Nacional de Pesquisa (CNP, 1951), Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 1951), Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES, 1954), Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (1955), além de muitos outros de caráter suplementar e provisório, de iniciativa oficial ou particular. (Ribeiro, 2021, p. 168).

Todavia, após o governo militar de Getúlio Vargas é iniciado um novo período governamental de presidentes civis, com a Constituição de 1946 que ficou conhecida como constituição popular. Nesse novo modelo de Estado nasceu o primeiro debate acerca da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esse esforço de fundar uma lei que regulamenta a educação trouxe novamente para o cenário educacional pensadores como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, entre outros.

Deste modo, após inúmeros conflitos entre os pioneiros da educação e os católicos liberais em torno da Lei, somente a partir de 1959 a ideia é retomada, após uma nova convocação de signatários com um número bastante expressivo, contando com a assinatura de 189 signatários entre eles estavam: Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Álvaro Vieira Pinto, entre outros. Assim, entre os anos de 1959 a 1961 quando foi aprovada representou um marco na História da Educação, pois rompeu com caráter centralizador do Estado, os órgãos municipais e estaduais ganharam mais autonomia.

Entre os contextos sociais econômicos vigentes, estava a entrada de capital estrangeiro e desvalorização das indústrias nacionais, juntamente com o enfraquecimento do mercado agrícola. Logo o País começou a enfrentar os problemas urbanos, devido ao crescimento das cidades sem qualquer planejamento. Foram se formando bairros periféricos, com moradias precárias ocupadas por pessoas sem o devido preparo para enfrentar os problemas urbanos. No geral, a população que migrou do campo para a cidade, era composta em sua grande maioria de adultos

analfabetos sem qualquer participação da vida política, por conta da proibição do direito ao voto.

A partir disso surge o Movimento de Educação Popular que tinha por objetivo levar conhecimentos culturais, entre eles a alfabetização. Um dos principais líderes desse movimento era o educador Paulo Freire. Para Aranha, podemos destacar os principais movimentos:

- Centros Populares de Cultura (CPC). O primeiro surgiu em 1961 por iniciativa da UNE (União Nacional dos Estudantes). Os Centros se espalharam entre 1962 e 1964.
- Movimento de Cultura Popular (MCP). O primeiro surgiu em 1960, ligado à prefeitura de Recife, Pernambuco.
- Movimentos de Educação de Base (MEB) criados em 1961 pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. (Aranha, 1989, p. 250).

Existia a partir desse movimento uma educação que realmente se preocupou em levar o conhecimento aos excluídos da sociedade. O ensino era visto como libertador. Sendo assim, peças de teatro eram apresentadas nas ruas, além de exposição de filmes, documentários, entre outros (Aranha, 1989). A transmissão de conhecimento deveria fazer parte do dia a dia distanciando-se da educação bancária, em que o estudante só assimilava conhecimento fora de sua realidade. Assim, uma educação destinada às camadas populares não poderia ficar presa somente à transmissão de conteúdo; pensava-se na formação de pessoas críticas, conscientes. A educação deveria ser vista como possibilidade de emancipação do sujeito. Como bem descreve Maciel:

Por entender as classes populares como detentoras de um saber não valorizado e excluídas do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade, nos mostra a relevância de se construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com o povo provocando uma leitura da realidade na ótica do oprimido, que ultrapasse as fronteiras das letras e se constitui nas relações históricas e sociais. Nesse sentido, o oprimido deve sair desta condição de opressão a partir da fomentação da consciência de classe oprimida (Maciel, 2011, p. 3).

A partir disso, começaram uma verdadeira jornada para ensinar esse público adulto a ler e escrever. Destacando a ação do Ministério da Educação e Cultura⁵

⁵ Pela Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953, o Ministério da Educação e Saúde passa a denominar-se Ministério da Educação e Cultura (MEC). A sigla se mantém até os dias atuais, embora a educação tenha passado a ser atribuição exclusiva da pasta somente em 1995 (Brasil, 2019).

através Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964. Conforme explica Freire:

Os vínculos do trabalho de Paulo Freire com a ascensão popular são bastante claros. Seu movimento começou em 1962 no Nordeste — a região mais pobre do Brasil: cerca de 15 milhões de analfabetos para uma população de 25 milhões de habitantes. Nesta etapa inicial, a “aliança para o progresso”, que fazia da miséria nordestina seu leitmotiv no Brasil, interessou-se pela experiência (que abandonou, mal se concluía) realizada na cidade de Angicos, Rio Grande do Norte. Os resultados obtidos, trezentos trabalhadores alfabetizados em cerca de 45 dias, impressionaram profundamente a opinião pública, e a aplicação do sistema pôde estender-se, já agora sob o patrocínio do governo federal, a todo o território nacional (Freire, 2015, p.14).

Nesse entendimento, a educação dava sinais de que era preciso ter esse olhar para as camadas populares. A grande vantagem que percebemos foi a participação da União, pois aderiu ao movimento de alfabetização em 45 dias, grande sucesso para época, fazendo o Estado formar uma grande quantidade de educadores em praticamente todas as federações. O projeto previa primeiramente a alfabetização do público urbano e, posteriormente, se expandir para as áreas rurais. Essa capacitação foi descrita da seguinte forma: “[...] O plano de 1964 previa a instalação de 20 mil círculos que já se encontravam capacitados para atender, durante este ano, aproximadamente 2 milhões de alfabetizados (trinta por círculo, com duração de três meses cada curso)” (Freire, 2015, p.15).

Além disso, esses grupos tinham como ideais a modificação da estrutura ideológica transplantada no ensino, que procurava esconder a realidade imposta na sociedade. Desse modo, o educador Paulo Freire escreve:

Saber igualmente fundamental à prática educativa do professor ou da professora é o que diz respeito à força, às vezes maior do que pensamos, da ideologia. É o que nos adverte de suas manhas, das armadilhas em que nos faz cair. É que a ideologia tem que ver diretamente com a ocultação da verdade dos fatos, com o uso da linguagem para penumbra ou opacizar a realidade ao mesmo tempo em que nos torna “míopes. (Freire, 2011, p.109).

Todavia, essa forma de difusão do conhecimento foi duramente reprimida durante o golpe militar de 1964. O Brasil iria passar por um momento de repressão política, censura à imprensa, presos políticos, exílios voluntários, ou não, inclusive de grandes nomes da educação. O ensino assume novamente o modelo profissionalizante para as classes populares, esses fatos serão narrados no próximo item do texto.

2.3 Modelo de educação no período ditatorial (1964 a 1985)

O ensino público nessa época é apontado por grandes retrocessos no sentido da democratização e universalização das escolas. As escolas e universidades passaram a ser monitoradas e invadidas por forças policiais (Piletti, 1997). Outro destaque foi que apesar de manter a LDB de 1961, alguns pontos foram alterados a partir de decretos, sem a consulta popular dos quais podemos destacar a Lei nº 5.540/68 que trouxe a Reforma do Ensino Superior e a Lei nº 5.692/71 que diz respeito a reforma do Ensino de 1º e 2º grau, novamente foi delimitado de forma mais nítida para beneficiar uma classe em detrimento das demais. Nesse mesmo entendimento, Paulo Ghiraldelli escreve:

O ensino médio, segundo Campos, deveria atender à população em sua maioria, enquanto o ensino universitário fatalmente deveria continuar reservado às elites. Mas o ensino médio deveria perder suas características de educação propriamente humanista e ganhar conteúdos com elementos práticos. Todavia, aqui, não se tratava nem um pouco dos ideais dos renovadores do ensino de 1932 ou de 1959 de tornar a escola um ambiente direcionado à vida, em um sentido amplo do termo, como os escolanovistas democráticos preparam. Ao contrário, advogava-se publicamente a profissionalização da escola média com objetivos de “ contenção das aspirações ao ensino superior” (Ghiraldelli, 2021, p. 148).

Essas reformas, ocorriam diante das mudanças econômicas, o Brasil estava passando por uma desnacionalização da economia que gerou, concentração de renda nas mãos de uma elite e um crescimento exacerbado da pobreza, em que no meio rural os camponeses ficaram sem a propriedade da terra. No geral, a grande maioria da população do campo foi obrigada a ir para as cidades. O resultado foi o aumento das favelas e cortiços, além de pessoas em situação de rua (Piletti, 1997).

Além disso, o silêncio e as duras repressões ajudaram a consolidar as imposições do sistema econômico vigente. Logo, as reformas no ensino eram necessárias, tanto para conter revoltosos e agradar o mercado vigente, quanto às indústrias multinacionais que precisavam tanto de mão de obra barata e uma reserva de mercado.

Sendo assim, para conter qualquer tipo de manifestação, estudantis, como a União Nacional dos Estudantes - UNE, que prestou relevante papel com a questão da

educação popular. Passou a ser criminalizada e substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes, ficando proibida qualquer tipo de reivindicação. Além disso, os professores também foram vigiados e punidos. Podemos citar como o exemplo, o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, atribuído como o AI-5⁶ dos professores e alunos, que diz:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

- I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;
- II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;
- III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;
- IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;
- V - Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;
- VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública. (Câmara dos Deputados, 1969).⁷

Em síntese o militarismo encarava o ensino superior como elemento capaz de se impor ao regime, por isso foi classificado com o berço da subversão e que deveria ser combatido (Martins, 2002). Deste modo, o governo criou a Reforma Universitária, 5540/68, no geral essa reforma serviu para conter movimentos sociais, como para criar instituições superiores capazes de suprir a demanda de mercado.

Além das reformas universitárias, as escolas onde funcionava o antigo 2º grau também sofreram fortes repressões do governo, em que os grêmios estudantis foram fechados e transformados em centros cívicos com orientações de professores da disciplina Educação Moral e Cívica. Os orientadores eram pessoas de confiança do regime militar. Essas alterações foram possíveis graças à reforma do 1º e 2º grau, com a Lei nº 5.692/71.

6 O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. (ABI, 2023).

7 BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html> >Acesso em 30 de maio de 2023.

Em síntese o texto da Lei diz que a formação do indivíduo deve proporcionar ao aluno formação necessária para o mercado de trabalho e o exercício consciente da cidadania. As principais alterações foram a obrigatoriedade escolar do ensino de 4 para 8 anos, compreendido naquela época como o 1º grau. Já para o 2º grau a principal alteração foi que toda a sua estrutura se tornaria profissional. (Brasil, 1971). Como matéria obrigatória foram criadas, Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde. (Aranha, 1989).

Deste modo, para o currículo do 2º grau foi acrescentado mais de 138 habilitações para atender todos os setores econômicos (primário, secundário e terciário). O prazo para o término ficou entre três a quatro anos. Houve a diminuição e desaparecimento de disciplinas, tais como a Filosofia, Sociologia, Psicologia etc. As disciplinas História e Geografia eram estudadas como Estudos Sociais, somente no 1º grau. Para Conti (1976) com a retirada das disciplinas Geografia e História, houve um declínio referente aos conhecimentos das ciências humanas, o que acabou comprometendo a formação crítica e cultural da juventude naquele período.

Além do que, essas reformas se mostraram ineficazes tendo em vista desigualdades dos espaços educacionais, muitos não tinham estruturas para se tornar escolas profissionalizantes, tanto em termos de profissionais capacitados, como salas e equipamentos adequados.

Além disso, muitos dos formandos não eram absorvidos pelo mercado, tendo em vista que os índices de desemprego estavam altíssimos. Conforme Piletti descreve:

Trata-se de um objetivo perfeitamente adequado às responsabilidades que cabem à educação escolar, tanto na formação pessoal quanto na preparação do indivíduo para vida social. O que aconteceu, no entanto, é que a lei está longe de ser posta em prática. No Brasil, de modo geral, a maioria dos alunos que consegue iniciar seus estudos não conseguem desenvolver suas potencialidades, não consegue auto-realizar-se e não consegue preparar-se para o trabalho e para o exercício da cidadania. Mesmo porque o trabalho está difícil e mal pago, e a participação política consciente não é permitida à maioria dos cidadãos (Piletti, 1997, p. 121).

Deste modo, os alunos do ensino profissional de baixa renda não tinham formação técnica de qualidade para o trabalho e preparação para o ingresso no ensino superior. Esses estudantes eram vistos apenas como mercadorias, peças de engrenagem do sistema capitalista. Por outro lado, as escolas particulares não

seguiram a cartilha da reforma, em que os alunos recebiam formação para continuar os seus estudos, nos cursos de educação superior (Aranha, 1989).

Assim, o ensino permaneceu com seu caráter dualista passou a ter “relação direta entre a produção e a educação, própria da concepção tecnicista de compreender e agir no campo da educação” (Ribeiro, 2021, p. 227). Logo, essa concepção mecânica da educação, para formar o futuro trabalhador em linhas diferenciadas de acordo com a renda, exerce função essencial. Pois, o ensino através de repetição com cartilha pronta, onde o professor só executa e os alunos copiam foi essencial para o governo militar.

Ao mesmo tempo, o regime militar atribuiu à educação o papel de divulgar o patriotismo, o nacionalismo, com as seguintes disciplinas implementadas a partir das reformas, a Educação Moral e Cívica nos currículos de todas as séries, que descrita com maiores detalhes, visto que a disciplina foi imprescindível aos governantes. Posto isso, Lira escreve:

A proposta da Educação Moral e Cívica pretendeu domesticar a juventude à ordem ditatorial. Desta forma os intelectuais da ditadura acreditavam na necessidade de um Plano de Emergência para colocar imediatamente a disciplina e os seus procedimentos no campo das práticas escolares. Entretanto, o objetivo do princípio da educação moral e cívica teve um objetivo de maior alcance, isto é, consolidar o predomínio das ideologias autoritárias na sociedade brasileira nas gerações vindouras, através do uso da educação escolar como forma de doutrinação política sobre as crianças e jovens (Lira, 2010, p.168).

Ao longo desse período, os espaços educacionais se tornam elementos chaves para expansão do nacionalismo, ao mesmo tempo contraditório, pois esses anos caracterizaram-se por fortes culturas estrangeiras, sobretudo as dos Estados Unidos, entretanto nas escolas eram ensinados os valores do patriotismo, amor à bandeira etc. Sendo assim, é necessário pensar no papel do educador Paulo Freire que acreditava que o ensino deveria ser emancipador, em que o indivíduo se torna sujeito da realidade, capaz de prover transformações e enxergar a realidade em que vive, por isso foi bastante perseguido, visto que seu pensamento foi bastante difundido nas universidades no início da década de 1960, seja por movimentos de estudantes como de professores. Seus ideais consistiam em:

[...] Conscientizar não significa, de nenhum modo, ideologizar ou propor palavras de ordem. Se a conscientização abre caminho à expressão das insatisfações sociais é porque estas são componentes reais de uma situação

de opressão; se muitos dos trabalhadores recém-alfabetizados aderiram ao movimento de organização dos sindicatos é porque eles próprios perceberam um caminho legítimo para a defesa de seus interesses e de seus companheiros de trabalho; finalmente, se a conscientização das classes populares significa radicalização política é simplesmente porque as classes populares são radicais, ainda mesmo quando não o saibam (Freire, 2015, p.16).

O combate a esse pensamento instituiu inúmeras crises educacionais. Abrindo caminho para uma série de acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agency for International and Development (AID), conhecido como MEC-USAID. Dando início a uma intervenção externa, pois o problema educacional era uma justificativa para se consolidar uma intervenção no plano econômico. O ensino passou para a ótica gerencialista. Um exemplo foi a organização das universidades por departamentos. Esses acordos, também ofereciam ajuda econômica à educação, através de bolsas e verbas. Além disso, tentou trazer propostas concretas para solução dos problemas educacionais brasileiros.

Mas, é perceptível que esses acordos influenciaram de forma negativa a educação (Bombarda, 2019), já que eram incapazes de visualizar os problemas mais candentes da sociedade, diante disso surgem manifestações culturais, a eclosão de guerrilhas e pelo grande número de estudantes que queriam maiores liberdades para o ensino.

Deste modo, a condução do ensino nesse período trouxe consequências irreparáveis para educação brasileira, tendo em vista que os interesses de uma elite dominante à mesma aliada ao capital estrangeiro promoveram de forma mais acentuada a segregação nos espaços escolares.

2.4 Educação no Brasil de 1985 até os dias atuais

A construção do ensino se dá a partir da redemocratização do país, devastado por uma ditadura militar. Essa democratização se deu através das lutas de lideranças sindicais, partidos políticos, movimentos estudantis (UNE), bem como os órgãos de representações civis, como Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, entre outros.

Deste modo, essas lutas resgataram pautas importantes, como a educação popular, trazendo novamente as ideias de pensadores que estavam no exílio dos quais pensavam numa educação universal e gratuita para todos. As disputas travadas

se davam para incluir todas as camadas da sociedade, a quem Arroyo (2017) vai chamar de outros sujeitos. Deste modo referido autor escreve:

Por exemplo, a expansão da escola básica popular se torna realidade não tanto porque o mercado tem exigido maior escolarização, nem porque as elites se tornaram mais humanitárias, mas pela consciência social dos direitos reeducada pelas pressões populares. Estas podem até sonhar na escola como porta do emprego, entretanto as grandes massas pobres que se debatem com formas de sobrevivência elementaríssimas agem por outra lógica. Não será a desarticulação de suas vidas que as leva a pressionar pelos serviços públicos mais básicos? Por espaços e tempos de dignidade e cuidado para seus filhos e filhas? O espaço e o tempo de escola é equacionado nesse horizonte de dignidade para o cuidado e proteção da prole. É a sensibilidade humana popular que pressiona por humanidade. (Arroyo, 2017, 282).

Deste modo, surge a Constituição de 1988, conhecida como Cidadã, do Bem-Estar social, e destina o artigo 208 para tratar dos assuntos educacionais da qual preconiza:

- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- Ensino Fundamental obrigatório e gratuito;
- Atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos;
- Valorização dos profissionais de ensino, com planos de carreira para o magistério público (Brasil, 1988).

A Constituição também possibilitou que fosse criada uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), porquanto ainda vigorava a LDB de 1961, tendo vista que o governo militar não modificou sua estrutura, algumas mudanças que ocorreram se deram através de leis e decretos em pontos específicos. Contudo, apesar do período democrático, a sua aprovação se deu através de duros debates, entre educadores, parlamentares e grupo de empresários. A aprovação da Lei ocorreu em 1996, com o nº 9.394/96.

Deste modo, apesar de não ser a nossa pretensão esgotar a temática da Lei nº 9.394/96, faremos isso nos capítulos vigentes. Contudo é necessário mencionarmos pontos importantes, como base introdutória, dos quais podemos destacar:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II – educação superior (Brasil, 1996).

De fato, após a criação do Estado Democrático de Direito, houve mudanças significativas na Educação Brasileira em relação a organização do ensino, avanço no Ensino Superior. Contudo, a democratização do ensino ainda está a passos lentos, carece de agilidade por parte dos legisladores e de uma ampla participação popular. Para Arroyo (2021, p. 286) “[...] O avanço dos direitos foi entregue a políticas e programas de persuasão e não de condições de acesso ou de poder comparecer à lei, porque ou não existem ou não é facilitado esse acesso”.

Deste modo, criar as leis e diretrizes correspondem a um passo importante, todavia elas devem ser concretizadas. Assim, Arroyo escreve:

No campo da educação, o próprio direito à educação está fora da lei regulado apenas por diretrizes que repetem princípios avançados, mas sem valor de leis. O princípio “toda criança na escola, toda criança tem direito à educação” representa um avanço, mas milhões de crianças são obrigadas a caminhar horas para a escola, obrigadas no campo a caminharem quilômetros para esperar um ônibus ou caminhão para viajarem ainda mais quilômetros para ir e voltar à escola nucleada porque a escola do campo foi fechada. (Arroyo, 2017, p. 285).

Deste modo, o Estado tem a obrigação de garantir a aplicabilidade das leis para todos, para não criar espaços públicos, no caso os educacionais, desiguais para não correr o risco de beneficiamento de um determinado público em detrimento de seu interesse. No geral, as políticas educacionais continuam enfrentando barreiras para conter disputas de diferentes frentes como religiosos e empresários. Essas lutas entre educadores são fatores que contribuem para a desigualdade do ensino público.

Assim, entendemos que desde o início da Constituição de 1988 o ensino não deixou de ser território de disputa. Podemos verificar isso de forma mais explícita a partir do ano de 2016, em que pautas mais conservadoras começaram a fazer parte do contexto educacional, por exemplo, a reforma do Ensino Médio⁸, entre outras. Na

⁸ A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800

outra ponta, a tentativa para criar escola em que professor não possa expor sua opinião, projeto é denominado “Escola sem partido”, apesar da proposta ter sido arquivada em 2018, no Congresso Nacional. A iniciativa ainda está presente em vários estados, aguardando votação.

Neste sentido, os militares também estão se apropriando de forma mais abrangente das questões educacionais, de fato sempre estiveram presentes, entretanto nos últimos anos estão mais evidenciados, tendo vista o projeto de militarização das escolas públicas e a passagem de um ex-capitão do exército como presidente da república. Consequentemente, o programa pode estar contribuindo para criação de espaços educacionais desiguais. A proposta de criar espaços educacionais militarizados será debatido no próximo capítulo.

horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que conte com uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional (Brasil, 2018).

3 CAPÍTULO 2: MILITARIZAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES A PARTIR DA ANÁLISE GEOGRÁFICA

A proposta desse capítulo é apresentar reflexões sobre a produção do espaço em determinado contexto da sociedade. Podemos entender que a escola enquanto espaço geográfico é resultante de relações sócio-espaciais. Tendo em vista, que as instituições escolares são desenvolvidas em torno das relações, sociais, econômicas e políticas, ao mesmo tempo, dentro dela são atribuídos valores simbólicos e culturais até mesmo ideológicos.

Tal qual vimos no capítulo anterior em que os processos educacionais sofrem influência de acordo com a elite dirigente. Sendo assim, desenvolvemos uma análise geográfica sobre o processo de militarização das escolas públicas para exemplificar que certos espaços são criados ou reforçados para atender interesses de quem detém ou está no poder. Para isso, contextualizamos os aspectos históricos que marcaram o início da educação militar no Brasil e seus aspectos ideológicos de criação.

Desenvolvemos ao longo desse estudo, o papel da Geografia Crítica como ferramenta de análise e compreensão das formas de apropriação desses espaços. Para Moreira (1982, p.20) “o espaço geográfico tem seu arranjo fortemente confundido com a instância ideológica”. Ao mesmo tempo Lefebvre (2008) comprehende o espaço enquanto elemento de manipulação e dominação, aparentemente disfarçada, com marca externa de neutralidade.

A análise temporal dos colégios militares administrados pelas Forças Armadas se deu pela necessidade de entender e diferenciar essas instituições das escolas cívico-militares que obtiveram crescimento considerado a partir do Decreto n.º 10004 de 5 de setembro de 2019 do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro.

A possibilidade de entender essa espacialização das escolas cívico-militares nos permite compreender esse fenômeno a partir de sua materialidade. Com isso evitar idealizar um cenário distante da realidade. Foucault (2005, p. 28) entende que “[...] somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade”.

Diante disso, problematizamos ao longo do capítulo a tentativa de grupos dominantes que buscam se apropriar da educação para defender seus interesses. Por

outro lado, acreditamos que a Geografia a partir de seu objeto de estudo, o espaço, pode contribuir para entender esses fenômenos sociais. Para isso, Moreira (1982), escreve que a Geografia tem a função de desvendar as máscaras sociais.

Deste modo, ao analisarmos o processo de militarização percebemos que não se trata de um fenômeno isolado. Tendo em vista, que o processo de escolarização do país são espaços de disputas de diversas frentes, dos quais podemos citar empresários, religiosos, políticos e militares. Com isso, nas últimas décadas estamos presenciando fortes objeções de uma frente liberal ultraconservadora. Entre elas estão a criação do Movimento Escola Sem Partido (MESP), homeschooling, entre outros.

Assim, entendemos que os processos da produção do espaço ligada ao fenômeno da militarização das escolas públicas podem se tornar elementos chaves para implantação de diversas medidas propostas pelos grupos dominantes, que ao mesmo tempo não tem nenhuma pretensão de discutir os problemas educacionais em sua totalidade. Diante disso, é necessário indagarmos, como a Geografia pode contribuir para analisar esses eventos que vem ocorrendo na educação, sobretudo, o da militarização. No decorrer do próximo tópico apresentaremos as possíveis possibilidades para interpretação.

3.1 Contribuições da Geografia na análise e produção do espaço

A análise do espaço passou a ser objeto de estudo da Geografia a partir do movimento de renovação da disciplina que passou a enxergar novas contribuições com o estudo do espaço, indo além da descrição das paisagens, interpretações de fenômenos da natureza ou sociais a partir de dados matemáticos, entre outros. Para isso, as análises do espaço passam a ter extensões de diversos campos, econômico, social, político e cultural. Passando a ser estudado como um elemento social que não necessariamente precisa ter um espaço físico. Lefebvre (2000) descreve o espaço social.

[...] Será preciso mostrar que esse espaço social não consiste numa coleção de coisas, numa soma de fatos (sensíveis), nem tão-somente num vazio preenchido, como uma embalagem, de matérias diversas, que ele não se reduz a uma “forma” imposta aos fenômenos, às coisas, à materialidade física (Lefebvre 2000, p.51).

Neste sentido, Lefebvre (2000) entende que a produção do espaço envolve três dimensões: O espaço percebido é entendido como cada sujeito interpreta o espaço em que vive, sendo influenciado por elementos culturais, experiências pessoais entre outros. Já o espaço concebido refere-se às interpretações simbólicas e ideológicas de um lugar. Em síntese se trata de um espaço, planejado e projetado pelos detentores do poder e por fim o espaço vivido, representando o material a parte concreta do espaço.

Deste modo, a partir dessa compreensão sustentamos a problemática da proposta de militarização das escolas públicas, pois à medida que esses espaços foram projetados, várias esferas dos poderes se beneficiaram, entre eles estavam, políticos, empresários, religiosos e os militares. No caso das Forças Armadas, o ex-presidente da república nos anos de 2018 a 2022, trouxe para o cenário político, o sentimento de revanche da ditadura militar de 1964. Conforme relatou em sua proposta de governo em 2018:

Dentre instituições, grupos, pessoas ou atividades, que tiveram sua imagem atacada pela doutrinação ideológica de esquerda, certamente as Forças Armadas do Brasil estão entre as que mais sofreram. Houve clara intenção de desestruturar a imagem desta espinha dorsal da Nação, afinal, elas são o último obstáculo para o socialismo. Saliente-se que as Forças Armadas do Brasil têm uma História que nos orgulha. Por exemplo, heróis brasileiros lutaram contra o Nacional Socialismo na Segunda Guerra Mundial. Fomos o único país da América Latina a lutar contra os nazistas. Posteriormente, outros heróis impediram a tomada do poder por forças de esquerda que planejavam um golpe comunista no Brasil em 1964, conforme o editorial: Julgamento da Revolução – O GLOBO, 7 de outubro de 1984. Atualmente, a Nação olha para as Forças Armadas como garantia contra a barbárie. (Proposta de governo, 2018, p 33).

Dessa forma, ao engrandecer essas instituições abre lacunas para favorecimento de uma determinada instituição de Estado, bem como aos seus apoiadores. Além disso, ao engrandecer essas instituições, outras instituições são deixadas de lado, abrindo caminho para pautas liberais, por exemplo, cortes de orçamento principalmente nas Universidades Federais e Institutos Federais. Além disso, os quadros educacionais passam a ser vitrine para alimentar uma guerra cultural. Pois, os conservadores acreditam que a educação sofre influência do marxismo cultural e por isso essas práticas devem ser combatidas. Para isso, Romanelli (1978) enfatiza que:

[..] A herança cultural influí sobre os valores e as escolhas da população que procura a escola. Os objetivos perseguidos na escola por essa demanda social de educação estão diretamente relacionados com o conteúdo que a escola passa a oferecer. Bem como a forma de organização do poder também se relaciona diretamente com a organização do ensino, em princípio porque o legislador é sempre o representante dos interesses políticos ou da camada ou facção responsável por sua eleição ou nomeação e atua naquela organização, segundo seus interesses ou segundo os valores da camada que ele representa (Romanelli, 1978, p.14).

A análise da educadora Romanelli (1978) contribui para entendermos que a construção do espaço é construída em torno dos interesses de quem detém o poder. Colaborando com a ideia do espaço concebido de Lefebvre. Diante disso, a cúpula do ex-presidente era composta por um grande contingente de militares. Segundo o site Brasil de Fato (2019) existiam aproximadamente 130 representantes das Forças Armadas que, todos ocupavam cargos estratégicos no primeiro escalão. A reportagem apurou que o número de militares no poder era maior que durante o governo do General Castelo Branco.

Com isso, compreendemos que esse contingente de militares que ocupava pontos centrais nos ministérios, incluindo pastas no MEC, através de subsecretarias, para fomento das escolas cívico-militares. Essa estrutura trouxe privilégios, incluindo financeiramente, já que recursos da educação estavam sendo destinados para o Ministério da Defesa (Brasil, 2023). Além disso, esses espaços adquiridos, incluindo o educacional, trouxeram as tradições dos militares que consolidaram o conservadorismo, compreendido da seguinte maneira:

Conservadorismo é um sistema de ideias que defende a herança do passado e a solidez das instituições sociais tradicionais (como, por exemplo, Família e Religião) nos moldes como elas foram herdadas, portanto, sem aderir a grandes saltos mutacionais: costumes, tradições e convenções morais são apegos típicos em comunidades保守adoras. A origem do pensamento conservador pode ser atribuída, dialeticamente, à segunda metade do século XVIII (em pleno momento em que nascia as ideias modernas), tendo como referência Edmund Burke (1982). Autores como Scruton (2015), nos tempos mais recentes, advogam o que seria a “beleza” do Conservadorismo. Oakeshott (2012) busca caracterizar o que é ser conservador. Bonald (1988) e Maistre (1979) também são conhecidos autores defensores dos ideais conservadoristas (Dias e Silva, 2021, p. 7).

Todavia esse pensamento conservador traz preocupações, pois segundo David Harvey (1980) trata-se de uma ideologia política e econômica que busca consolidar as formas de poder, a fim de evitar qualquer tipo de ruptura social que

possa modificar as suas formas de governança. Para isso, essa camada conservadora trabalha para manter a desigualdade e impedir qualquer tipo de movimento social contrário às suas pautas. Sendo assim, para Ramos (2020), a ideia de militarização ganhou força quando a educação pública vinha passando por uma série de boicotes e cortes no orçamento.

Deste modo, ao impor uma cultura militar para dentro das escolas públicas, como uma possível solução para os problemas educacionais pode contribuir para esconder uma dura realidade vivenciada principalmente pela população carente que sofrem por falta de políticas públicas condizentes com sua realidade.

Diante disso, percebe-se que o discurso de militarização ao comparar os resultados educacionais das escolas públicas estaduais com os Colégios Militares administrados pelas Forças Armadas possui uma longa tradição no ensino, abre possibilidade para homogeneizar e naturalizar as diferenças (Lefebvre, 2008). Deste modo, precisamos discorrer sobre esse modelo educacional militar para identificar as possíveis contradições.

3.3 Contextualização da educação militar no Brasil

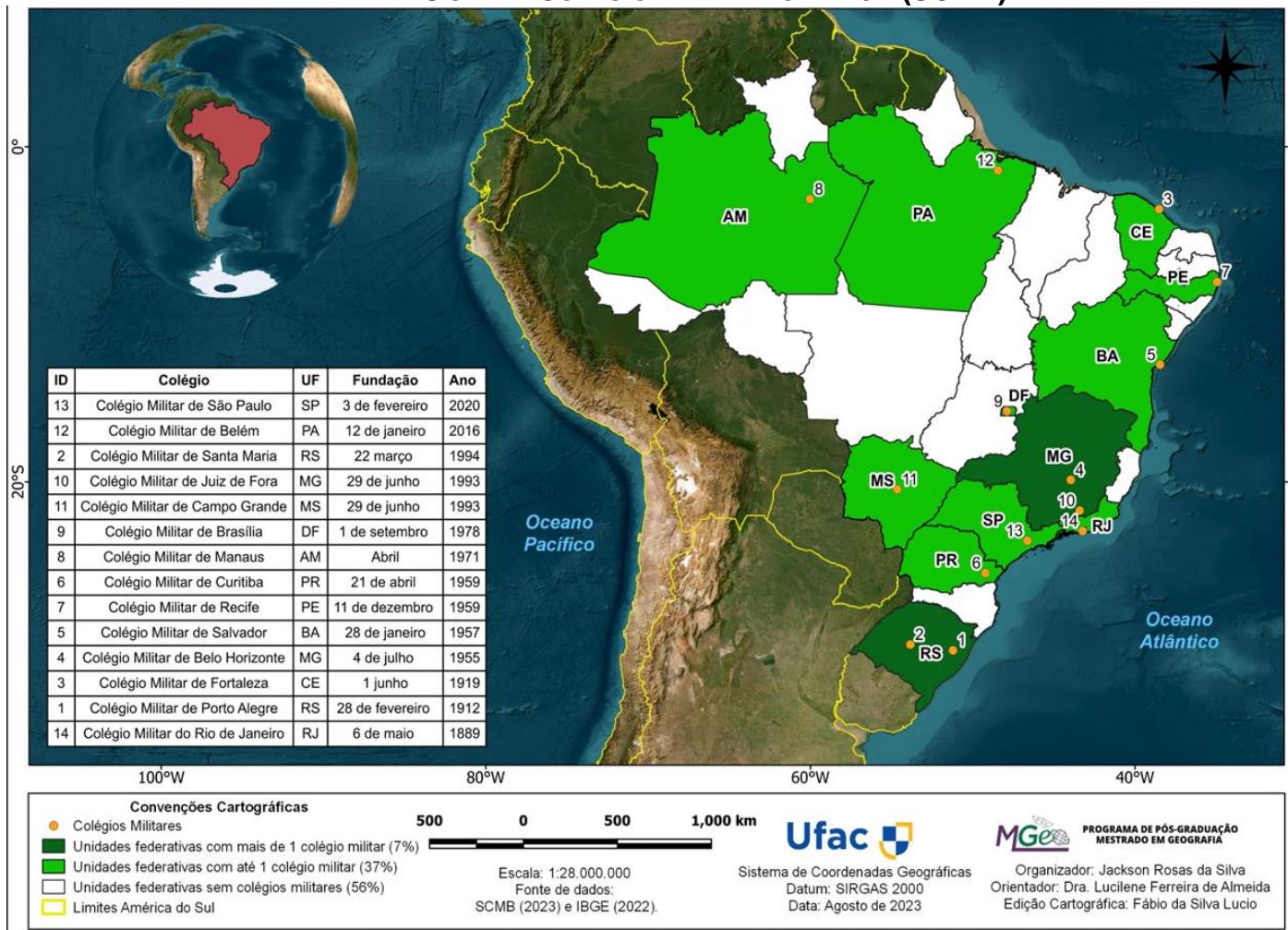
A educação militar nasceu no Brasil Império, sendo administrada primeiramente, por Dom Pedro II, posteriormente com a instalação da república passou a ser gerida pelo governo federal. Sendo assim, Bezerra (2017, p.77), o primeiro colégio militar surgiu “[...] no conflito ocorrido na região da tríplice fronteira sul-americana (Argentina, Brasil e Paraguai)”. Idealizado por Duque de Caxias⁹, patrono da força terrestre do Brasil, com objetivo de atender os filhos ou tutelados dos soldados combatentes na Guerra do Paraguai, pois entre os militares existia a preocupação sobre o futuro dos seus familiares caso fosse abatido no conflito. Após inúmeras tentativas de Caxias, a aprovação veio somente no final do Império, com o Decreto nº 10.202, de 9 março de 1889, assinado por Thomaz José Coelho de Almeida, conselheiro e senador do governo imperial.

⁹ Maiores informações podem ser adquiridas no artigo “A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX”. Revista Brasileira de Educação (Alves, et al, 2009).

Com a assinatura do decreto, o primeiro colégio militar foi criado na cidade do Rio de Janeiro, denominado Colégio Militar Imperial. Para Bezerra (2017, p. 78), a instituição tinha “propostas educacionais nos moldes das escolas regulares, diferenciando-se destas apenas no direcionamento de sua oferta, que assume caráter assistencial no amparo das famílias dos militares”.

Sendo assim, com o crescimento desses colégios foi criada a Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (Depa), com a finalidade de coordenar e planejar as atividades de ensino de forma unificada (Brasil, 2022). Deste modo, temos 14 escolas no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), conforme distribuição no mapa

MAPA 1: SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL (SCMB)



Fonte: Exército Brasileiro 2021¹⁰, adaptado pelo autor.

¹⁰BRASIL, Exército brasileiro. Conheça os 14 Colégios Militares brasileiros. 2021. Disponível em: [Conheça os 14 Colégios Militares - Colégios Militares \(eb.mil.br\)](http://Conheça%20os%2014%20Colégios%20Militares%20-%20Colégios%20Militares%20(eb.mil.br).).>Acesso em: 20 de agosto de 2023.

Diante disso, para configuração desse mapa foi criado uma planilha contendo o nome, estados e o endereço para subsídio da técnica conhecida como “Geocodificação” que consiste em localizar um endereço dentro de um software de SIG e implementar uma camada do tipo “ponto”, no caso do estudo em formato shapefile (.shp).

Com isso, os 14 colégios militares descritos formam uma rede de instituições mantidas pelo próprio Exército e têm como prioridade atender os filhos ou dependentes dos militares, ou seja, carregam ainda o mesmo ideário de sua fundação, amparar o militar no exercício da profissão, para que desempenhe o serviço a contento (Bezerra, 2017). Pois é bastante comum a transferência de membros das Forças Armadas para qualquer parte do país.

A possibilidade de ingresso de alunos civis é realizada por meio de concursos públicos, quando o quadro de vagas não foi preenchido por nenhum militar. Todavia esse número é bem reduzido, já que o Regulamento do Sistema Colégio Militar do Brasil define quais as regras para o ingresso. Conforme seu Art. 53 que diz: “Independente de processo seletivo, é considerado habilitado à matrícula, mediante requerimento ao Comandante do CM [...] observados os limites, satisfeitas às demais condições deste Regulamento e das Normas Reguladoras de Matrícula e Transferência do Sistema Colégio Militar do Brasil [...]”¹¹.

Diante disso, após o ingresso esses estudantes têm a oportunidade de estudar em uma das melhores instituições públicas do país (Souza, 2016). Para isso consideramos alguns critérios, tais como professores de carreira pertencentes aos quadros de oficiais do Exército Brasileiro, infraestrutura moderna, salas de aulas confortáveis, laboratórios, entre outros. Além de programas acadêmicos para que os alunos desempenhem suas competências de acordo com as afinidades. Esses atributos fazem com que esses colégios se tornem referências se comparada com a maioria das escolas públicas, onde os alunos enfrentam diversos problemas, que vão desde espaço físico adequado, a falta de professores com formação específica para cada área de ensino etc.

Em virtude disso, existem as narrativas de seu desempenho nos exames externos em que os colégios militares lideram com as melhores notas, tais como IDEB,

¹¹A leitura completa desses regulamentos e normas podem ser obtidas através do site. Disponível em: [<PORTARIA - C Ex N° 1.714, DE 5 DE ABRIL DE 2022 \(eb.mil.br\)>](http://PORTARIA - C Ex N° 1.714, DE 5 DE ABRIL DE 2022 (eb.mil.br)) Acesso em 27 de fev. 2023.

ENEM e Vestibulares (Pinheiro *et al*, 2019). Quando o autor em questão fala que há narrativa de desempenho, percebemos que é necessário avaliar outros fatores, sociais, culturais, econômicos, desses estudantes. Para Bourdieu (2004) os sistemas educacionais favorecem estudantes que de alguma forma possuam vantagens, tanto economicamente, socialmente e culturalmente, ao mesmo tempo marginalizam os desprovidos desses recursos. Deste modo, os alunos filhos de militares, possuem estruturas econômicas já consolidadas. O mesmo argumento é válido para estudantes civis que geralmente passam por cursinhos preparatórios antes do teste de admissão.

Trata-se de um ambiente “excludente e restritivo na sua concepção, tendo em vista que é criada para ser a escola de um pequeno grupo” (Santos *et al*, 2020, p.12). Assim, a educação dos estudantes dos colégios militares deixa de ser um direito para se tornar um privilégio (Santos *et al*, 2020). Apesar disso, por que esses colégios militares são bem aceitos na sociedade em geral sem muitos questionamentos?

Para responder à pergunta é necessário entender que os SCMB possuem em sua essência fortes traços ideológicos (Figueira, 2011). Para Gramsci (1991) a ideologia está atrelada ao conceito de hegemonia imposta pelas classes dominantes que controlam a sociedade em diversos aspectos sejam eles econômicos, políticos, sociais, entre outros, com o objetivo de legitimar sua posição de poder. A contribuição que o Geógrafo Milton Santos (1985) traz em seu livro “Espaço e Método” nos ajuda a entender a configuração dos colégios militares. O autor sustenta a tese que para entender o espaço é preciso considerar a ligação existente entre poder e ideologia. Com base nisso o autor escreve:

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual (Santos, 1985, p. 2).

Nesse entendimento a modulação do espaço a partir do controle da educação, os colégios militares passam a ser ferramenta indispensável, principalmente em governos autoritários, mais precisamente no Estado Novo (1937 a 1945) e no Regime

Militar (1964 a 1985). Assim, a educação militar servia para legitimar os regimes fascistas que se instalaram no Brasil. Deste modo, Napolitano (2014) entende que:

Os Atos eram fundamentais para a afirmação do caráter tutelar do Estado, estruturado a partir de um regime autoritário que não queria personalizar o exercício do poder político, sob o risco de perder o seu caráter propriamente militar. Para que o Exército pudesse exercer diretamente o comando político e manter alguma unidade, fundamental no processo que se acreditava em curso, era preciso rotinizar a autocracia e despersonalizar o poder. A autoridade do presidente, figura fundamental neste projeto, deveria emanar da sua condição hierárquica dentro das Forças Armadas (mais particularmente do Exército) e de uma norma institucional que sustentasse a tutela sobre o sistema partidário institucional e o corpo político nacional como um todo (Napolitano, 2014, p.14).

Percebemos que a configuração desses colégios militares chama atenção, por conta da positividade que representam em períodos de baixa representação popular, em que a distribuição de militares colabora para impedir qualquer tipo de manifestação contrária.

Nessa perspectiva, os colégios militares voltaram a ter novamente mais notoriedade, durante o exercício político de Jair Messias Bolsonaro na presidência do Brasil, em virtude de o político ter histórico militar com pretensões de expandir seu poder a partir da exaltação do militarismo das Forças Armadas. No início de seu mandato havia a cogitação para expansão dos SCMB para todos os estados da federação, tendo em vista que ao observarmos o mapa 1 é possível verificar que esse formato de ensino só está presente em 11 entes da federação.

Contudo, devido aos custos, foi necessário a antiga gestão presidencial pensar modelos de educação parecidos com os ofertados pelos militares do exército. Porém, com menos gastos para a União. Para isso, a solução encontrada, foi expandir o modelo cívico militar já existente em vários estados. Assim, a expansão dessas escolas militares com gestão compartilhada entre civis e militares passaram a ter forte apoio. Diante disso, pretendemos nos próximos itens trazer discussões mais profundadas sobre o processo de militarização das escolas.

3.3.1 Proposta de militarização do ensino público

Quando se fala em processo de militarização das escolas se faz necessário a distinção entre o SCMB e as escolas cívico-militares. Em síntese, os Sistemas Colégios Militares Brasileiro são geridos pela União e todo quadro pessoal é composto por militares. Além disso possui base na LDB n.^º 9394 de 1996, em seu Art. 83, que diz: “o ensino militar é regulamentado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino” (Brasil, 1996). Obedece às leis e aos regulamentos do Exército Brasileiro. Além disso, os alunos desses colégios são preparados para preencher os quadros das Forças Armadas.

Por outro lado, as escolas militarizadas são administradas por governos ou prefeitos por meio de parcerias, entre as secretarias de educação dos estados ou municípios, com a segurança pública que destina parte de seus membros, no geral são policiais militares e bombeiros. Ademais, com a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (que será detalhado mais especificamente neste tópico) permitiu-se a participação de agentes da reserva das Forças Armadas. Diferentemente dos SCMB, essas instituições escolares que estão se militarizando não objetivam preparar os alunos para a carreira militar.

Após essa diferenciação é necessário esclarecer que a militarização do ensino público não é um fenômeno recente, é fruto de políticas conservadoras, que assolam o Brasil e que foram iniciadas na década de 1990 (Cássio, 2019). Todavia, o período em que a militarização avançou pelo país foi entre os anos de 2018 e 2019 (Santos *et al*, 2020). Para exemplificar, esse processo iremos tomar como exemplo o estado de Goiás, por apresentar o maior número de escolas estimada que exista aproximadamente 63 escolas militarizadas espalhadas pelos municípios (CPMG, 2023).

O governo do estado de Goiás apresenta como justificativas para expansão das escolas militarizadas, o combate à violência no ambiente escolar. Uma outra seria a mudança nos resultados educacionais, em que as instituições militarizadas foram as que tiveram as melhores notas no IDEB (Cássio, 2019).

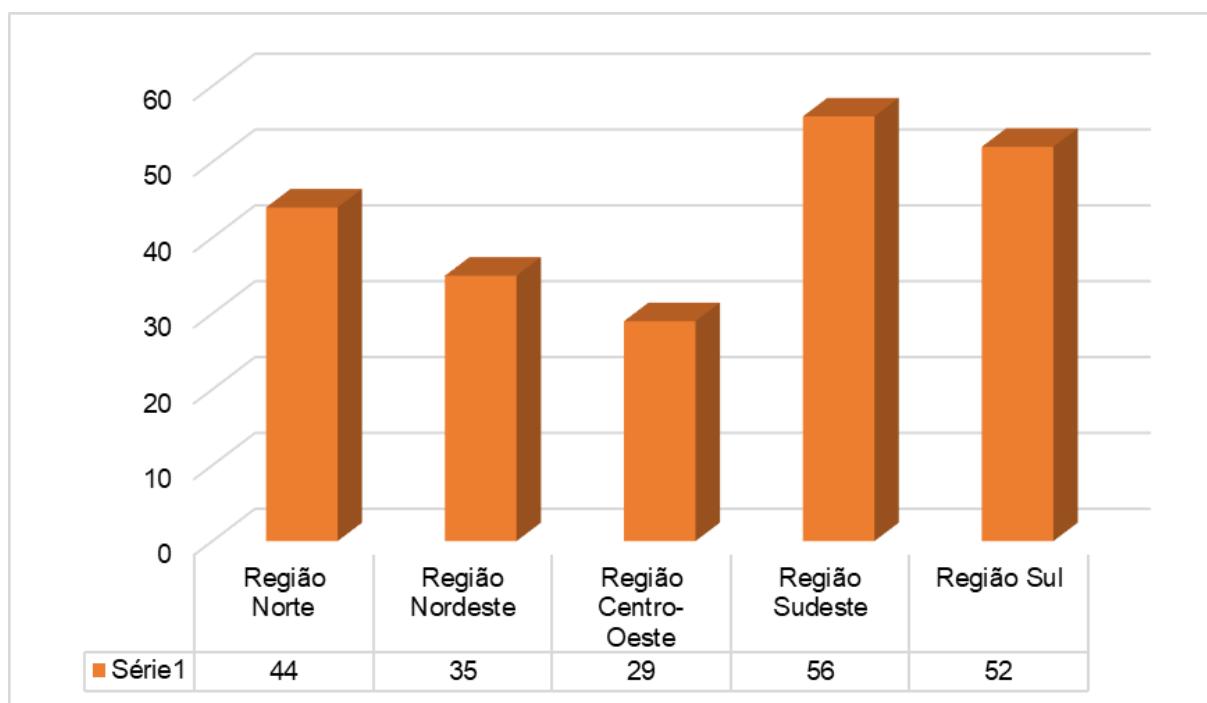
Atualmente, o crescimento de escolas militarizadas levou o estado a formar subsistema organizado, a partir da Lei nº 19.679, de 13 de junho de 2017, que criou a Superintendência de Coordenação dos Colégios Militares e a Gerência de

Coordenação dos Colégios Militares. Esses departamentos ficaram sob a responsabilidade dos oficiais da polícia militar (Goiás, 2017). “Atribuindo novo status a esses colégios e expressando uma nova lógica organizacional da rede estadual de Goiás.” (Alves *et al*, 2020, p.3).

Percebemos que há uma estrutura organizada nesse estado, logo se tornou modelo para implantação das escolas cívico-militares. Uma das primeiras medidas adotadas pelo ex-presidente Bolsonaro foi o Decreto nº 9.465/2019, que modificou a estrutura do Ministério da Educação com a criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (Brasil, 2019).

Deste modo, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) com abrangência nacional, foi lançado em 05 de setembro de 2019 a partir do Decreto Presidencial, nº 10.004. O projeto era uma ação conjunta entre Ministério da Defesa e o Ministério da Educação, com parceria entre os estados e municípios. Com isso foram implementadas 54 instituições como projeto-piloto, espalhadas em 22 estados e no Distrito Federal. Segundo o observatório social do Pecim, a meta seria até 2023 chegar a 216 escolas (Brasil, 2019). A figura 1 mostra a quantidade de Escolas Cívicos-militares (Encim) contempladas em 2022 por regiões.

FIGURA 1 RELAÇÃO DAS REGIÕES CONTEMPLADAS PELO ENCIM EM 2022



Fonte: BRASIL, Casa Civil. Divulgados estados e municípios contemplados pelo Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, adaptado pelos autores.

Sendo assim, ao verificarmos a expansão das escolas cívico-militares, novas configurações passam a vigorar no ambiente escolar, dos quais podemos incluir a vigilância e controle dos alunos, por agentes da segurança pública que impõem padrões semelhantes aos dos quartéis. Além disso, esses espaços passam a ser mais valorizados do que as outras escolas públicas.

Em 2020, o MEC destinará R\$ 54 milhões para levar a gestão de excelência cívico-militar para 54 escolas, sendo R\$ 1 milhão por instituição de ensino. São dois modelos. Em um, de disponibilização de pessoal, o MEC repassará R\$ 28 milhões para o Ministério da Defesa arcar com os pagamentos dos militares da reserva das Forças Armadas. Os outros R\$ 26 milhões vão para o governo local aplicar nas infraestruturas das unidades com materiais escolares e pequenas reformas — nestas escolas, atuarão policiais e bombeiros militares (Brasil, 2020 p.1).¹²

Deste modo, ao fazermos uma análise socioespacial diante dessa configuração percebemos uma apropriação e uso desses espaços para beneficiar uma elite que almeja centralizar poderes a partir de uma doutrinação, imposta pelos militares. Em torno disso, recursos foram repassados, num total de 54 milhões, sendo R\$ 28 milhões da pasta do MEC para o Ministério da Defesa, para fazer o pagamento de militares da reserva. Assim ao retirar verbas da educação para outros setores. Essa iniciativa pode contribuir para uma desigual distribuição de recursos, já que existem áreas da educação mais deficitária, por exemplo, segundo estudos realizados em 2022 pelo Tribunal de Conta da União, 57% das escolas públicas selecionadas enfrentavam problemas com a infraestrutura.¹³

Diante disso, para Carvalho *et al* (2022, p. 1) duas falhas são encontradas ao tentar impor o processo de militarização: “a) uma história de negligência identificada na desvinculação de recursos para a educação; (b) uma ação que favorece o capital financeiro e os reformadores empresariais na educação pública”. O modelo passa alimentar anseios políticos para tornar a educação uma moeda de troca para fins políticos, ideológicos e econômicos.

12BRASIL, Ministério da Educação. Saiba quais são as 54 escolas que receberão o modelo cívico-militar do MEC. 2020. Disponível em: [escolas cívico-militares - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](http://escolas.civico-militares.mec.gov.br) >Acesso em: 20 de agosto de 2023.

13A Operação Educação: Fiscalização Ordenada Nacional é uma iniciativa que objetiva analisar as condições de infraestrutura de escolas das redes municipais e estaduais dos 26 estados do Brasil e do Distrito Federal. O trabalho consiste no levantamento sobre as condições de funcionamento de escolas selecionadas com a realização de visitas presenciais às unidades de ensino. (Disponível em: consolidado_TCEMG_final.pdf)>Acesso em: 22 de set. de 2023.

Sendo para entendermos como ocorre o processo de militarização, separamos alguns princípios que norteiam o Programa das Escolas Cívico Militares – Pecim:

Art. 3º:

- I - a promoção de educação básica de qualidade aos alunos das escolas públicas regulares estaduais, municipais e distritais;
- II - o atendimento preferencial às escolas públicas regulares em situação de vulnerabilidade social;
- III - o desenvolvimento de ambiente escolar adequado que promova a melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- IV - a articulação e a cooperação entre os entes federativos;
- V - a gestão de excelência em processos educacionais, didático-pedagógicos e administrativos;
- VI - o fortalecimento de valores humanos e cívicos;
- VII - a adoção de modelo de gestão escolar baseado nos colégios militares;
- VIII - a indução de boas práticas para a melhoria da qualidade do ensino público; e
- IX - a adoção de modelo de gestão que proporcione a igualdade de oportunidades de acesso à educação. (Brasil, 2019.)

Entendemos que esses incisos podem se tornar contraditórios, tendo em vista a abrangência da educação no país. Para Cássio (2019, p.133). “O adestramento nas escolas e o discurso ideologizado passam a se alinhar com a pregação da coação e da coerção institucionalizadas na educação”. Sendo assim, o próximo item apresenta as possíveis contradições desses espaços, a partir de uma visão mais central, com estudos sobre o funcionamento dessas escolas no estado Acre, sobretudo as escolas de Rio Branco, capital.

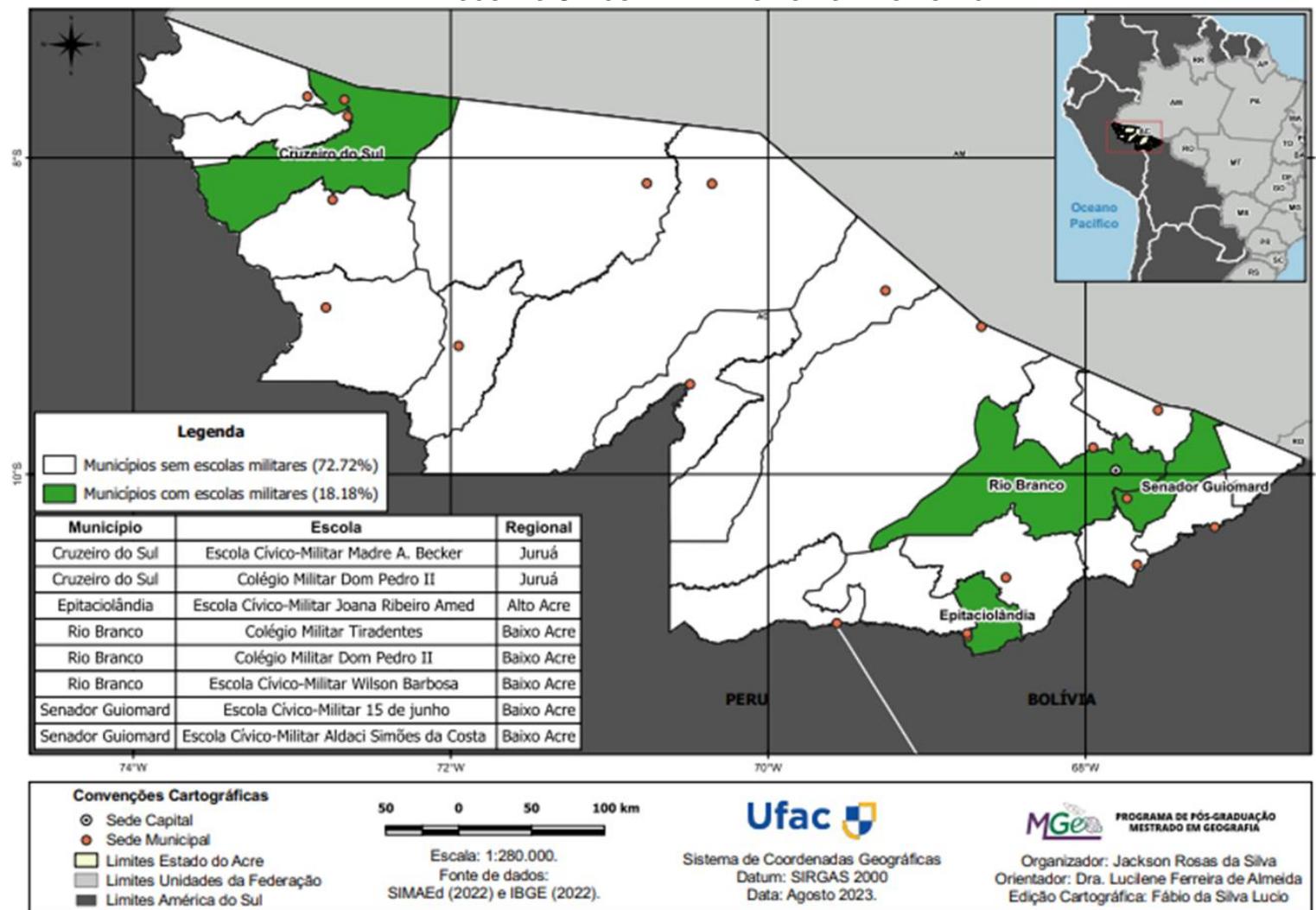
3.4 As contradições espaciais do Colégio Militar Tiradentes em Rio Branco- Acre

Em Rio Branco, capital do estado do Acre, a implantação das escolas cívico-militares ocorreu a partir do ano de 2018. Hoje a cidade de Rio Branco possui três colégios, todos estão situados em bairros considerados vulneráveis, em que a violência e a criminalidade costumam ser problemas recorrentes. Com isso, apesar da delimitação para a cidade de Rio Branco, mais precisamente o Colégio Militar Tiradentes, nosso objeto de estudo, outros municípios também possuem esse modelo, é o caso de Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia e Senador Guiomard.

Deste modo, para facilitar a visão do leitor, ou até mesmo para situarmos o estado do Acre, optamos pela configuração do mapa com a distribuição das escolas

cívico-militares, em que foi realizada uma junção através das ferramentas dispostas no QGIS 3.28.8 LTR, entre uma tabela .XLSX padrão do software Microsoft Excel e uma camada do tipo shapefile (.shp) dos municípios acreanos. Após isso, a categorização onde os municípios com a presença de escolas foram destacados na cor verde, e os com ausência em cor branca, como também foi inserida as sedes municipais e da capital e o respectivo quantitativo de escolas e a porcentagem em relação ao estado.

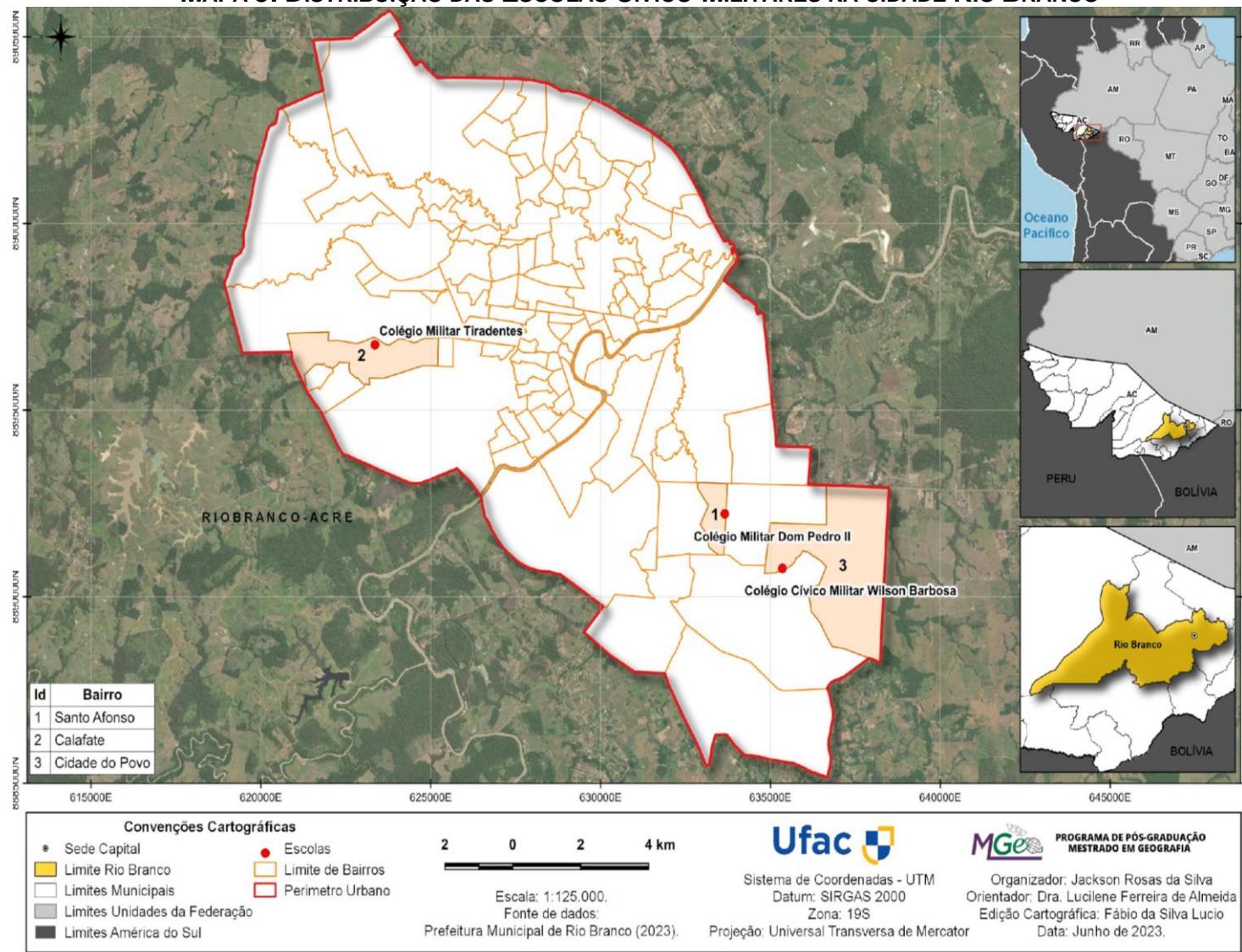
MAPA 2: ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO ESTADO DO ACRE



Fonte: SEE Acre, 2023. Adaptado pelo autor.

Após isso, é necessário descrever a localidade dos colégios na cidade de Rio Branco: Colégio Militar Dom Pedro II localizado no Santo Afonso; Escola Cívico-Militar Wilson Barbosa fixada no conjunto habitacional Cidade do Povo e o Colégio Militar Tiradentes no bairro Calafate. Conforme descrição do mapa 3:

MAPA 3: DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NA CIDADE RIO BRANCO



Fonte: SEE Acre, 2023. Adaptado pelo autor.

Assim sendo, das três escolas cívico-militares, seguiremos com a espacialização do Colégio Militar Tiradentes. Segundo dados apurados em 2022 pelo Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Educacional do Acre (Simaed), existem aproximadamente 1.077 alunos matriculados no Colégio Militar Tiradentes. A instituição possui um público diversificado de acordo com Projeto Político Pedagógico (2018) no que se refere a localidade de residência dos estudantes, tendo em vista que são oriundos de vários bairros da cidade, inclusive alunos da zona rural. O funcionamento se dá em dois turnos. Pela manhã atendem os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Já o turno da tarde é direcionado para o 6º, 7º e 8º anos do Ensino Fundamental. Todas essas informações serão apresentadas com maiores detalhes a partir do capítulo 3.

Diante disso, é necessário enfatizar que a construção desse espaço militarizado se dá em bairros periféricos com fortes índices de violência, pois segundo dados do Anuário de Indicadores de Violência realizado pelo MPAC, entre os anos de 2012 a 2021. Nesse período de estudo do órgão foi possível constatar que os bairros onde estão situadas as escolas cívico-militares, aparecem entre os que têm os maiores números de roubos e mortes violentas intencionais¹⁴.

Entretanto, os estudantes que estão inseridos dentro desse contexto de violência nesses bairros são os que mais apresentam dificuldades para ingressar nesses colégios cívico-militares. Tendo em vista que para ser aluno é preciso preencher alguns requisitos tais como passar por exame de admissão, o chamado “Vestibulinho”, em seguida devem se adequar às exigências da unidade escolar que envolvem fardamento e comportamentos, semelhantes aos dos quartéis. Por outro, os filhos dos militares são os mais privilegiados com 50% vagas garantidas, às vezes sem a necessidade de passar por nenhum processo seletivo, seja ele sorteio, ou prova de admissão.

Observamos que esse espaço escolar se torna excluente na medida em que obriga o uso dos cinco uniformes que são: Uniforme de adaptação, Uniforme de Trânsito e de Aula, Uniforme de Educação Física, Agasalho e Uniforme de Gala. Bem como a obrigatoriedade da prova de admissão que vai privilegiar alunos da rede

¹⁴ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE. Relatório de informações de indicadores prioritários de violência e criminalidade. Núcleo de apoio técnico - NAT. Disponível em: https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/ANUARIO_MPAC_2019.pdf acesso em: 17 jul. de 2022.

privada. Com isso, há um distanciamento das camadas menos favorecidas, que vivem no entorno do colégio, com este espaço educacional, que acaba por se diferenciar da realidade daquela regional.

Para Corrêa (2000) a segregação espacial é muitas vezes fruto das ações do Estado, visto que este ao planejar e distribuir de forma diferenciada os equipamentos de consumo coletivo, reforça a segregação. Nesse sentido, Milton Santos (1978, p. 122) entende que “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual”. Assim, entende-se que a organização está situada em torno dos poderes políticos e econômicos que vão determinar quais áreas serão beneficiadas em detrimento das outras, formando uma desigualdade espacial.

Nesse sentido, o colégio Militar Tiradentes apresenta estrutura diferenciada das demais escolas adjacentes. Conta com uma considerável infraestrutura, com um forte aparato de força policial armada nas dependências. Frequentemente é visitada pelas autoridades, como Governador, Secretários de Estado, Parlamentares, Deputados e Senadores etc. A imagem retirada do Site G1 em 2019 foi utilizada como modelo, para diferenciar dos outros ambientes de ensino da comunidade.

FIGURA 2: COLÉGIO MILITAR TIRADENTES



Fonte: G1, 2019¹⁵

Todavia, as outras escolas situadas na mesma regional são marcadas pelo abandono e a falta de segurança. Podemos exemplificar com a Escola Edilson Façanha, localizada próximo ao colégio militar. Segundo noticiou o site Ac24horas

¹⁵RODRIGUES, Iryá. Colégio militar abre 33 vagas para ensino fundamental e médio em Rio Branco. G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/01/11/colegio-militar-abre-33-vagas-para-ensino-fundamental-e-medio-em-rio-branco.ghtml> > Acesso em: 20 de jan. 2022.

(2019) a escola frequentemente é invadida por criminosos. O site também ouviu relatos dos funcionários, um deles foi: “com essa onda de violência, precisamos de policiamento o tempo todo. Quando a gente liga, eles chegam passam 20 minutos e depois vão embora” (Ac24horas, 2019). As figuras 2 e 3 retiradas, desse mesmo jornal de notícia, mostram o portão com sinais de arrombamento e ausência de segurança na entrada, na outra é possível ver pichação no muro, indicando a dominação das facções e inoperância das forças de segurança.

FIGURA 3: ESCOLA EDILSON FAÇANHA INVADIDA POR CRIMINOSOS



Fonte: ac24horas, 2019¹⁶

16ESTUDANTES E FUNCIONÁRIOS DE ESCOLA VIVEM MOMENTOS DE TERROR NO CALAFATE. Ac24horas, 2019. Disponível em: <https://ac24horas.com/2019/04/25/estudantes-e-funcionarios-de-escola-vivem-momentos-de-terror-no-calafate/> > acesso em 22 de jan. 2022.

FIGURA 4: MURO DA ESCOLA UTILIZADO PARA DEMARCAR DOMÍNIO DE FACÇÕES



Fonte: ac25horas, 2019¹⁷

Além disso, a produção desse espaço ameaça a democratização do ensino. Deste modo, Almeida (2015, p. 20), entende que “[..] a democratização da educação exige estabelecer critérios para distribuição dos alunos no espaço, de modo que não se reforcem privilégios, clientelismos e favoritismos [...]. Assim, diante dessa problemática entendemos a importância do posicionamento do geógrafo com a produção espacial. Para Moraes (1999) o campo de estudo da geografia deve ser militante por uma sociedade mais justa, buscando a libertação do homem.

A apreensão dessas relações e a possibilidade de se apresentarem propostas alternativas, capazes de propiciar um direcionamento quanto ao uso, ocupação e produção do espaço geográfico pelos grupos sociais, especialmente aqueles formados pela enorme massa de desassistidos, constitui a contribuição efetiva que o geógrafo pode oferecer à sociedade de um modo geral para a compreensão analítica do espaço (Silva, 1988, p.55).

Por isso, abordamos as possibilidades de estudar as complexidades desses espaços escolares, por acreditar no método adotado pela Geografia Crítica, do qual estuda uma localidade, como um bairro, uma escola, ou uma comunidade específica, a partir de sua totalidade, indo na raiz do problema. De acordo com Lacoste:

17 Ibidem.

Para toda ciência, para todo saber deve ser colocada a questão das premissas epistemológicas; o processo científico está ligado à uma história e deve ser encarado, de um lado, nas suas relações com as ideologias, de outro, como prática ou como poder. Colocar como ponto de partida que a Geografia serve, primeiro, para fazer a guerra não implica afirmar que ela só serve para conduzir operações militares; ela serve também para organizar territórios, são somente como previsão das batalhas que é preciso mover contra este ou aquele adversário, mas também para melhor controlar os homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce sua autoridade (Lacoste, 1988, p. 22-23).

Enfim, defendemos a participação ativa dos geógrafos para entender o surgimento dos problemas espaciais. Com isso, embora o MEC tenha encerrado o programa das escolas cívico-militares em junho de 2023, muitos estados continuaram com o projeto, como é o caso do estado do Acre que optou por permanecer com as unidades escolares militares. Diante disso, o próximo item descreve como ocorreu o encerramento da proposta de militarização pelo governo federal atual.

3.5 Encerramento do Programa de criação dos colégios cívico-militares

No dia 19 de julho de 2023 foi revogado o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Passando a vigorar o Decreto nº 11.611 que estabeleceu o prazo de trinta dias para o encerramento das atividades das escolas vinculadas ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares por meio de acordos realizados com as secretarias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (Brasil, 2023).

Contudo, é importante frisar que houve o encerramento apenas do modelo das escolas cívico-militares que são vinculadas ao Pecim. Os colégios ligados aos programas estaduais ou municipais continuam em vigor, já que compete aos estados, seguindo a LDB n.º 9394 de 1996 o seguinte entendimento:

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

- I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;
- II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino (Brasil, 1996).

Todavia, segundo o MEC (2023) a criação do Pecim foi considerada inconstitucional, por não ter sido aprovada por lei, e sim foi por meio de um decreto presidencial. Além disso, não existe amparo na LDB n.º 9394 de 1996. Esses fatores levaram a criação da nota técnica nº 60/2023/DPDI/SEB/SEB¹⁸ elaborada pelo Ministério da Educação, em que é possível encontrar a seguinte resolução:

[...] salvo melhor juízo, todas as iniciativas de política pública de educação assumidas pelo Estado brasileiro devem encontrar sua previsão e guarda no arranjo definido por esses dois instrumentos normativos, sob pena de produzir incoerências e incongruências, agravando nosso padrão já bastante abissal de desigualdades e prejudicando sobremaneira a eficácia, eficiência e efetividade dos esforços da federação na garantia do direito humano à educação. (Brasil, 2023b, p. 7).

Além disso, o encerramento do programa também está relacionado com a falta de apoio do governo federal, em algumas escolas que aderiram ao programa, pois muitos estados e municípios tiveram que arcar com seu próprio orçamento para manter em funcionamento dessas unidades escolares. Para Carvalho *et al* (2022, p.3) [...] “o programa criou falsas expectativas em seu público e não forneceu os recursos prometidos para as escolas os executores, enquanto as remunerações do pessoal militar contratado foram garantidas”.

Neste sentido, as gratificações para militares da reserva estavam em torno de nove mil reais para o posto mais alto, como o de coronel e de dois mil e seiscentos reais para o militar com menor graduação, no caso o terceiro sargento. Todos esses valores foram acrescidos nos seus respectivos salários. Em suma, o Pecim acirrou a disputa por espaços na educação pública, com a entrada dos militares, gerando desvalorização de uma categoria, pois enquanto o salário de gestores escolares está em torno de oito mil, não alcançando o valor dos benefícios dos oficiais (Barbosa, 2021).

¹⁸ Trata-se de manifestação técnica com informações relativas ao andamento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, com análise de cenários a respeito de sua finalização ou continuidade. (Brasil, 2023b, p.2)

Um outro fator apontado pelo parecer de encerramento foi a questão da vulnerabilidade social que algumas comunidades enfrentam, sobretudo a violência, o estudo apresentou falhas das quais já apontamos nesta pesquisa. Esse pré-requisito para escolha, passa impressão de que os locais com baixos investimentos são habitados por criminosos. Sendo assim a norma técnica do MEC (2023) pontua:

Causa espanto que a visão instaurada na propositura interprete que os problemas graves e complexos de vulnerabilidade social que emergem nas regiões mais pobres do país e que impactam a estrutura e o funcionamento da escola pública possam ser resolvidos ou tratados a partir de um “modelo de excelência de gestão” desenhado para colégios de natureza militar, com finalidade, funcionamento, estrutura e lugar institucional absolutamente diferente daqueles que organizam e movimentam os sistemas municipais e estaduais de educação. É como se julgássemos que a vulnerabilidade social dos territórios é um tema de política militar e não de política social e que o encaminhamento de suas soluções passa pelo controle, hierarquia, disciplina e ordem que alicerçam a institucionalização das Forças Armadas no Brasil. (Brasil, 2023b, p. 8).

À vista disso, é preciso ter em mente as dificuldades que cada região do país enfrentou e ainda enfrenta para garantir educação pública e que modelos criados fundamentado em meritocracia tal como são os colégios militares podem dificultar ainda mais a acessibilidade da educação pública de qualidade para todos. Posto isso, o próximo capítulo enfatiza a criação do Colégio Militar Tiradentes na cidade de Rio Branco, no estado do Acre. Este por sua vez por ser recém-criado ainda possuem fortes entraves para o desenvolvimento educacional.

4 CAPÍTULO 3: COLÉGIOS MILITARES EM RIO BRANCO: ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES, NA REGIONAL DO CALAFATE

Este capítulo busca aprofundar sobre a questão da implantação do Colégio Militar Tiradentes. Para isso, será necessário analisar o contexto histórico de formação do estado do Acre, juntamente com a escolarização. Além disso, pretendemos contextualizar a questão da urbanização e educação na cidade de Rio Branco. Após isso, problematizar a questão da construção do colégio militar num ponto da cidade onde vêm se concentrando grande parte dos serviços públicos e crescimento considerável do comércio. Ademais há grandes concentrações de condomínios fechados para públicos com um alto poder aquisitivo.

Por outro lado, parte da população que vive na Regional do Calafate é considerada vulnerável, fato que contribuiu para a criação do Colégio Militar. Todavia, a instituição impõe barreiras que dificultam a presença da população carente. Deste modo, ao analisarmos as três escolas cívico-militares o colégio Militar Tiradentes apresentou distribuição de alunos por bairros diferenciada das demais. O motivo da sua procura pode estar relacionado ao ponto a seu ponto de localização. Sendo assim, o estado do Acre ao criar uma estrutura educacional elitizada dentro da cidade Rio Branco pode contribuir para uma desigualdade da qual consideramos estrutural, tendo em vista que o estado apresenta problemas referentes à escolarização dos seus habitantes, desde a sua formação, enquanto Território Federal e posteriormente a elevação de estado.

4.1 Contexto Histórico: a partir da escolarização no Território Federal do Acre e início da elevação para a categoria de estado

A contextualização que será apresentada ao longo do texto se torna relevante, pois a partir dela é possível mensurar as possíveis dificuldades de estabelecer políticas educacionais numa área da Floresta Amazônica que passou bastante tempo dependente de recursos da União. Tinha como um dos principais entraves a falta de ligação terrestre, por meio de estradas, os únicos transportes da época ocorriam por

meio de embarcações utilizando os rios como corredores e raramente as viagens, ou carregamento se davam por meio de aviões.

Precisamos situar o estado do Acre historicamente, primeiramente enquanto Território Federal com a Lei n.^o 1.181, de 24 de fevereiro de 1904. Contudo, é necessário enfatizar que antes de se tornar Território do Acre, o lugar já era ocupado por seringalistas e seringueiros, oriundos da expansão da frente extrativista¹⁹, além dos povos originários (Bezerra *et al*, 1993). Deste modo, segundo Ginelli (1982) nessa época os únicos processos de escolarização que se tinham notícias ocorriam por intermédio do seringalista dono do seringal que pagava para alfabetizar seus filhos na própria casa, às vezes os filhos dos extratores, também usufruem desse serviço. Quando isso não ocorria, os próprios seringueiros tentavam ensinar as primeiras letras a seus filhos, no final do expediente, à luz de vela ou lamparina.

As primeiras políticas educacionais, apesar de precárias, dão início a partir da anexação do Território Federal do Acre ao Brasil²⁰. Este por sua vez passou a ser organizado, entre os anos de 1904-1920, em quatro Departamentos (Alto Acre, Alto Purus, Alto Juruá e Alto Tarauacá). No geral a União exercia todo o controle, para isso o presidente da república designava prefeitos para as unidades departamentais que ficavam encarregados de definir os caminhos da educação.

Todavia, entende-se que nesse período a gestão dessas organizações eram bastante complexas, tanto economicamente como socialmente. Para Lima (2017, p. 4) “viabilizar a educação nos departamentos era uma tarefa extremamente difícil, porque a região contava com pouca infraestrutura com características extremamente rurais”.

Os departamentos enfrentavam problemas referentes à falta de espaço públicos para abrigar as escolas e carência de professores. Apesar disso, as aulas ocorriam na casa do próprio professor contratado pelos prefeitos. A organização dos currículos funcionou de acordo com a escolha dos prefeitos de cada departamento. No geral eles tomavam como base a educação dos estados mais desenvolvidos, por

19 No Acre, os nordestinos começam a chegar a partir de 1877, em grande contingente sendo esse o principal motivo do “descartamento” da mão-de-obra indígena. Alguns seringalistas viam os índios com certo desprezo, rotulando os índios de vadões, malandros, manhosos, e por isso preferiam a mão-de-obra nordestina que era abundante. (Pontes, 2014, p. 7).

20 Pois a área que corresponde ao estado do Acre pertencia à Bolívia. A anexação ao território brasileiro só foi possível após acordos diplomáticos entre os dois países, que resultaram na assinatura do Tratado de Petrópolis em novembro de 1903.

exemplo São Paulo. Embora, os gestores estipulassem certos padrões. A dificuldade de fiscalizar e de comunicação, levaram os educadores a estabelecerem métodos de acordo com as suas experiências (Lumara, 2020).

Com a unificação dos departamentos em 1920 a partir do decreto nº 14.383, de 1º de outubro do mesmo ano, o presidente da república determinou que a administração do Território Federal ficasse a cargo de um único governador. Esse acontecimento trouxe a padronização dos currículos. Para Ginelli (1982), o ato foi uma imposição para que toda organização pudesse seguir as mesmas modalidades de ensino. Ficou estruturado da seguinte forma: primário, secundário e profissional. Além disso, a junção dos departamentos resultou nas primeiras tentativas para construção, ou aluguel de espaços educacionais adequados.

Diante disso, é interessante lembrar que na década de 1930 as reformas educacionais abrangeram todo o Brasil. O então Território não ficou de fora. Todavia destacamos as principais dificuldades que foram: instabilidade política, isolamento, forte dependência da União, entre outras.

Na área política as principais adversidades estavam em torno das instabilidades políticas que contribuem para a falta de continuidade nos planos de governos. Podemos exemplificar, as obras inacabadas referentes a construção de escolas das quais eram abandonadas, sem o término (Ginelli 1982). Esse pensamento também é compartilhado na tese de Barbosa Sobrinho (2016) a partir de aprofundamentos nos documentos escritos da época, assim a autora descreve:

Em muitas das escolas não havia pátio cobertos e as crianças brincavam no “chão de terra batida e isso deixava o uniforme escolar sempre muito sujo depois desse momento em que elas não estão fazendo nada”. Sem falar que “em dias de chuva, o chão da escola ficava pior que o chão batido e as crianças já chegavam sujas para as aulas”. A necessidade de novos lugares para aulas era algo que “os governantes deveriam resolver urgente e isso era mais importante que carteiras novas e lousas grandes (Barbosa Sobrinho 2016, p. 56).

Diante disso, a questão do isolamento do território contribuía para esse panorama educacional vivenciado pela população. Embora os governadores do território solicitaram melhorias para escolas, em razão da forte dependência dos outros estados considerados mais desenvolvidos. Havia um longo período de espera, pois grande parte das mercadorias chegavam através de barcos, utilizando os fluxos dos rios. Logo, as poucas escolas existentes foram construídas de forma rudimentar,

com a inclusão de recursos da própria floresta em sua forma bruta, por exemplo a utilização de paxiúba²¹ nas paredes das escolas entre outras (Ginelli, 1982).

Consequentemente essas dificuldades foram bastante sentidas nos períodos de decadência econômica da região, devido a falência dos seringais, porquanto o Território do Acre estava ligado diretamente ao extrativismo sobretudo do látex para produção da borracha. A primeira crise ocorreu em 1912, devido à substituição dos seringais acreanos pelos cultivos de seringa da Malásia. A segunda crise da economia gomífera se deu após o término da Segunda Guerra Mundial, com abandono dos seringais, devido a retomada da produção na Ásia

Sendo assim, esses acontecimentos contribuíram para o aumento populacional nos núcleos urbanos já consolidados. Diante disso, os grupos populacionais, formados em sua grande maioria por nordestinos e indígenas, foram lançados ao abandono, em sua grande maioria analfabetos. Essa população carente se deparou com a dura realidade da educação no Acre. Pois, enquanto habitantes da floresta não era exigido qualquer tipo de formação ou letramento para o trabalho.

A marca da ineficiência do Território Federal em não oferecer os serviços básicos como, saúde, habitação e sobretudo educação trouxeram sérios prejuízos inestimáveis, por exemplo precarização do trabalho, aumento da violência entre outros. O surgimento das periferias também está ligado a esses fenômenos. Sendo assim, os bairros periféricos começam a surgir frutos de invasões geralmente em áreas de riscos, às margens de rios e igarapés (Almeida Neto, 2004).

Para tentar solucionar esses problemas do êxodo rural já que o modo de vida urbano não tinha condições de suportar intensos fluxos migratórios, alguns dos governadores criaram as colônias agrícolas²² que de alguma maneira estabilizou o crescimento populacional nos núcleos urbanos. Essa estabilidade proporcionou alguns avanços educacionais, principalmente na gestão de Guiomard Santos (1946 - 1950) com a criação de políticas públicas, revitalização e inauguração de algumas

21A paxiúba é um tipo de palmeira tradicional das Américas do Sul e Central. Inicialmente utilizada para construção de tapiris por diferentes populações da floresta, o uso desse material foi constantemente adaptado com o passar dos anos, se adequando às diferentes apropriações e assentamentos na região: das habitações indígenas, às ocupações temporárias extrativistas dos seringais, e finalmente às ocupações urbanas permanentes. (Bélik, 2022, p.1).

22 O objetivo da política agrícola do governo tinha como iniciativa assentar os “retornados da Batalha da Borracha” que vagavam errantes pelas ruas de Rio Branco em busca de trabalho, as colônias ao serem organizadas, os lotes eram cercados, ruas e avenidas abertas, casas construídas e ofertando o benefício do empréstimo de reprodutores e vacas como incentivos à produção (Bezerra, 2018, p. 79).

escolas no Acre. Todavia essa estabilidade populacional sofre alteração a partir da elevação do Território a categoria de estado.

Após a elevação para a categoria de estado, a partir da Lei n.^º 4070, assinado pelo Presidente da época João Goulart. Os acreanos elegem o seu primeiro governador, o professor de Filosofia José Augusto. Estava assessorado pelo sociólogo Hélio Koury, este por sua vez estava atrelado aos planos do governo federal. Tinha em mente projetos de reforma agrária. Estava ciente dos problemas educacionais, principalmente com a questão do analfabetismo. Para isso, o então assessor aprimorou-se no método de Paulo Freire, indo a Recife para buscar essa capacitação (Oliveira, 2000). Nesse sentido os planos estratégicos do governo se deram da seguinte maneira, conforme Albuquerque Neto:

O Plano Setorial de Educação do Estado do Acre previa a escolarização integral do ensino primário para a população da faixa-etária própria; para o ensino médio, estabelecia a extensão do ciclo ginásial em até 50% e o incremento em até 30% no ciclo colegial; para o Ensino Superior o Plano Estabelecia as bases para a criação da Universidade do estado do Acre (Albuquerque Neto, 1999, p. 108).

Todavia, essas reformas privilegiaram as elites dirigentes com a implantação da primeira Faculdade de Direito e Economia. Tendo em vista, que a principal decisão tomada pelo Conselho Estadual de Educação. Para Assen de Carvalho *et al* (2020) a criação desses cursos serviu para beneficiar os filhos das autoridades locais, uma vez que não haveria mais a necessidade de enviá-los para outro estado.

Entretanto, houve uma discussão por parte dos educadores para criação da Faculdade de Educação. Dado que, o estado possuía várias pessoas analfabetas, sobretudo as adultas. Assim, a criação de um curso de licenciatura poderia representar um grande avanço na alfabetização. Todavia, essa pauta não foi prioridade na gestão. Representou na época um duro golpe aos educadores que acreditaram nas reformas de um governo, tido como de esquerda. Para Albuquerque Neto (1999) os discursos não eram condizentes com a prática. Deste modo o autor descreve:

As questões educacionais não mereceram uma maior atenção e os problemas básicos da educação, como o analfabetismo, os professores leigos e o déficit educacional foram postergados pelo Governo Constituinte. Nem mesmo as escolas agrícolas, naquele governo para o atendimento à

economia rural e agrícola acreana chegaram a ser concretizada (Albuquerque Neto, 1999, p. 111).

Os problemas educacionais se acentuaram com a substituição do Governo Constituinte, por um Governo Militar, pois a ditadura militar no Acre, desarticulou e perseguiu grupos de educadores que defendiam uma educação popular²³, dos quais muitos foram presos com a instalação do regime militar, incluindo o seu assessor, Hélio Koury. Conforme descrição da autor:

No estado do Acre, os tentáculos da repressão atingem, imediatamente, os intelectuais de esquerda que estavam à frente dos movimentos reformistas. As primeiras prisões recaem sobre o sociólogo Hélio Koury e o delegado da Superintendência para Reforma Agrária no Acre – Supra, Ariosto Pires Miguéis, que, segundo suas palavras “tinha orientações do presidente João Goulart para organizar sindicatos de trabalhadores rurais em todo o estado, visando prepará-los para a reforma agrária que ocorreria em seu governo” (Oliveira, 2000, p. 67 *apud* o Rio Branco, de 2 -12-1986).

Deste modo, a Ditadura Militar de 1964 alterou profundamente os contextos sociais e econômicos e políticos do estado, que por sua vez acarretaram mudanças na educação do estado do Acre. Na base política, os governadores passaram a ser novamente escolhidos pelo presidente da república. Na área econômica, o extrativismo que já estava em declínio, afunilou-se mais ainda com a saída de investidores, como Banco da Amazônia (Basa), principal financiador. Para Klein:

[..] a produção amazônica estava realmente fadada ao fracasso, pois não interessava aos militares manter o sistema de aviação. De um lado porque não atendia aos anseios das indústrias, e de outro porque não interessava ao Banco Mundial, visto que tratava de um sistema fora do jogo moderno da economia globalizada. A própria abertura da BR – 364 já trazia consigo uma exigência internacional, que previa a mudança desse sistema produtivo (Klein, 2009, p. 19).

Em virtude dessa falência, atrelado também à questão da segurança nacional, a solução encontrada pelos militares na década de 1970 foi a substituição da economia extrativista pela pecuária (Morais, 2000). Esse novo modelo econômico alterou toda a dinâmica do estado. As terras acreanas começaram a ser vendidas para os paulistas e sulistas, que ao mesmo tempo expulsaram os seringueiros e posseiros,

23 Mais informação sobre esses educadores pode ser obtida através do livro Educação Básica no Acre, imposição política, ou pressão social? De autoria da professora Edir Figueira Marques de Oliveira.

gerando intensas migrações. A cidade de Rio Branco foi a que mais recebeu migrantes das áreas rurais. “Estima-se que cerca de 40 mil pessoas migraram para Rio Branco” (Farias, 2013, p. 57).

Diante disso, a organização da educação do estado enfrentou sérios problemas, dos quais enfatizamos melhor no próximo tópico. Em síntese podemos dizer que a estrutura educacional não estava preparada para esse rápido crescimento urbano. Para complicar esse quadro, os governos militares impuseram políticas educacionais não condizentes com a realidade dos alunos. Os currículos das escolas estavam presentes, disciplinas como educação moral e cívica, que tinham como objetivo conter qualquer tipo de revolta estudantil.

Por outro lado, para tentar resolver essa situação, a Secretaria de Educação, realizou algumas medidas paliativas para atender resolver alguns desses impasses, como o analfabetismo, entre outros. Para isso, os gestores criaram turnos intermediários, como a transferência dos alunos com idade escolar avançada para o ensino noturno. Para a alfabetização seguiram projetos nacionais, como o Mabral, que na sua essência doutrinária, não foi capaz de dar o suporte necessário para essas pessoas (Albuquerque Neto, 1999).

Diante disso, o legado de uma ditadura em um recém estado da federação deixou marcas que ainda não foram superadas pelos governos democráticos que já passaram, bem como para o atual governo. Embora, algumas áreas tenham apresentado melhorias. O quadro educacional não conseguiu ainda diminuir as taxas de analfabetismo. Por conseguinte, segundo o IBGE (2023), o Acre está entre os estados com as maiores taxas de analfabetismo. Sendo assim, a próxima seção pretende se aprofundar mais nessas questões educacionais a partir de contextos mais específicos, como a ligação entre o urbano e a educação.

À vista disso, pretendemos fazer um recorte espacial da cidade de Rio Branco com o processo de escolarização. Dentro da Organização do Território Federal do Acre, o município de Rio Branco estava localizado no Departamento do Alto Acre. O desenvolvimento da cidade se deu com as intensas atividades comerciais. A primeira organização ocorreu da seguinte maneira, de um lado estava Penápolis a margem esquerda do Rio Acre²⁴ do outro a direita a Zona denominada Empresa (Guerra, 2004).

24 Corresponde ao rio principal de Rio Branco, por muito foi responsável pelo transporte de cargas e passageiros.

Essa foi a primeira configuração de um lado o Bairro Empresa onde funcionavam as atividades econômicas: transportes de mercadorias, atividades do comércio em geral e do outro Penápolis com as primeiras repartições públicas.

No início de formação o bairro empresa passou a ser a mais populoso devido a intensidade do comércio, contudo dado às adversidades naturais como a inundações dos rios (Guerra, 2004) e agitação do comércio a população com maior poder aquisitivo começava a migrar e construir as suas casas na parte esquerda do rio. Aos poucos esse núcleo se torna o mais desenvolvido, o primeiro a receber obras em alvenarias e revitalização de ruas onde funcionavam as repartições administrativas, como “o Departamento de Geografia e Estatística, o Departamento de Educação e Saúde, o Banco do Brasil e o Instituto e Educação Getúlio Vargas” (Guerra, 2004). As casas nesse entorno ocupada pelos dirigentes do comércio e da administração pública apresentavam ótimas condições no geral eram construídas em alvenaria. Para Oliveira:

Em torno de 1950, a cidade mantinha ainda, de certa forma, a divisão funcional entre Penápolis e Empresa, embora o crescimento da primeira fosse visível. No rastro da Administração pública haviam desenvolvido alguns bairros de classe média tradicional (hoje denominados Bosque, José Augusto e outros e mesmo bairros boêmios e empobrecidos como o Papouco. As construções de alvenaria já eram numerosas nos bairros da classe média (Oliveira, 1982, p. 33).

Nesse sentido, a parte central da cidade começava a se desenvolver em torno do serviço do governo e do comércio, entende-se que essas áreas foram privilegiadas tendo em vista que as escolas com melhores condições foram criadas nas áreas centrais e por sua vez aumenta a possibilidade de as classes médias tradicionais usufruir dos serviços oferecidos pelo estado.

Assim podemos exemplificar que os colégios com maior destaque do período territorial situavam-se nos limites das áreas centrais, como o Colégio Menino Jesus, grupo Escolar Presidente Eurico Gaspar Dutra e o Colégio Acreano. Os dois primeiros foram criados e o último foi revitalizado na gestão do Governo de Guiomard Santos.

FIGURA 5: ESCOLA INFANTIL MENINO JESUS, SOLENIDADE DE INAUGURAÇÃO



Fonte: Museu da Ufac (1949).

A imagem se caracteriza por uma escola infantil localizada na Rua Marechal Deodoro²⁵. A instituição possuía boas referências para época, no que diz respeito ao ensino, com apoio pedagógico, nutricional e sobretudo higiênico, para isso as crianças contavam com professores capacitados, salas de aulas com boa infraestrutura, refeitório e pátio para os alunos brincarem na hora do intervalo. Para Bezerra:

Esta instituição de ensino deveria funcionar como um laboratório modernas metodologia de ensino, a dispor de assistência médica especializada e outros serviços de apoio essenciais ao ensino tais como: higiene alimentar infantil, parque de diversão, jardim e instalações de lazer educativo, além da prática do uso do uniforme infantil adequado as condições climáticas da região (Bezerra, 2018, p. 72).

Além da educação infantil, o governo de Guiomard Santos foi construindo e revitalizando outras escolas consideradas importantes para a época. Conforme as figuras a seguir:

25 Corresponde às primeiras formações de ruas da área central do lado esquerdo do Rio Acre, podemos incluir Epaminondas Jácome, Benjamim Constant e Getúlio Vargas (Lima, 2006).

FIGURA 6: GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE DUTRA (ATUAL BIBLIOTECA DO ESTADO)



Fonte: Museu da Ufac (1946).

FIGURA 7: GRUPO ESCOLAR “PRESIDENTE DUTRA” - BIBLIOTECA ESCOLAR



Fonte: Museu da Ufac (1946).

Percebiam que o próprio Estado produz desigualdade na medida que sua atenção volta para as áreas centrais. Deste modo Oliveira (1982) “[...] As construções em alvenaria tomam ímpeto nas áreas centrais com o novo crescimento da classe média de comerciantes e funcionários”. Por outro, na periferia de Rio Branco observa-se as autoconstruções em madeira, extraída da própria floresta, pois era bastante comum o rural se misturar com o urbano.

Esses investimentos nas áreas centrais da capital acreana durante o Território acarretaram problemas na medida em que a população periférica, em sua maioria, era impossibilitada de usufruir desses serviços oferecidos por motivos diversos, entre eles a mobilidade, questões econômicas etc. Para Rocha (2022, p. 20) “O surgimento da escola, como organização e como conceito, está intrinsecamente ligado à formação do espaço urbano, e embrionariamente atado a uma visão específica de desigualdade”. A figura 9 corrobora com esse entendimento

FIGURA 8: ALUNOS DO GINÁSIO ACREANO – ÁREA CENTRAL DE RIO BRANCO



Fonte Museu da Ufac (1946).

Além das escolas já citadas existiam outras escolas no centro que também se destacavam, como o Ginásio Acreano, também apresentavam uma boa infraestrutura. Assim, a Figura 8 contribui para identificar o perfil do público, no geral pessoas bem-

vestidas possivelmente com poder aquisitivo, acima da população que habitava a periferia. Para isso, Bezerra escreveu da seguinte forma:

É mister destacarmos que visão da educação pública de Guiomard Santos primava pela qualidade, porém nas escolas edificadas em Rio Branco tanto os professores quantos os alunos, na sua grande maioria pertenciam aos estratos sociais mais favorecidos (Bezerra, 2018, p. 74).

No geral, reconhecemos que a gestão do governo de Guiomard Santos, trouxe melhorias para o ensino acreano, pois, este inaugurou outras escolas inclusive na zona rural de Rio Branco. Porém, as escolas do centro se tornaram a sua prioridade Para Silva:

A urbanização, que direciona ou nega o serviço escolar em determinadas áreas, é a base de sustentação da diferenciação espacial no lugar onde se mora na cidade, porém, existem outros fatores simbólicos que incorporam relações de poder e status, como por exemplo, o fato de muitos alunos da periferia considerarem as escolas do centro melhores (Silva, 2019, p. 79).

Após a emancipação do estado do Acre em 1962, veio o crescimento desordenado da cidade de Rio Branco, em decorrência da nova atividade econômica da pecuária, que por sua vez proporcionou mudanças significativas, com o inchaço da capital acreana provocado pelo êxodo rural.

Em virtude desse rápido e desordenado crescimento, a capital acreana que já sofria de problemas urbanos, ainda não oferecia portes para desenvolvimento, como a falta de indústrias de grande porte e as atividades comerciais que ainda estavam em desenvolvimento. Assim sendo, Azevedo *et al.* (1998) descreveu esse processo da seguinte maneira:

A urbanização precoce da capital acreana, em especial, e das principais cidades do interior do estado do Acre, de um lado caracterizou-se pelo aumento da população devido à migração dos habitantes das áreas rurais, o que culminou no agravamento das questões relativas ao planejamento urbano e ao acesso a moradias com condições de infraestrutura básicas; do outro, implicou na ampliação da prestação de serviços referentes ao saneamento básico, consumo de energia elétrica, sistema público de saúde, transportes e educação. O viver urbano das camadas populares passou a exigir medidas efetivas quanto à implementação de políticas públicas (Azevedo *et al.*, 1998, p. 35).

Os governos militares não conseguiram suprir as demandas desse recente modo urbano, foram se formando os “bolsões da pobreza” (Oliveira, 1982) onde os bairros não tinham o mínimo de infraestrutura. Além disso o choque cultural dessas

pessoas levou a separação das famílias, muitas destas ficaram expostas ao alcoolismo, drogas e a prostituição (Albuquerque Neto, 1999).

Esse crescimento desordenado ocasionou a ampliação da periferia da cidade com o aumento dos números de bairros. Logo, essas áreas foram segregadas pelo estado, devido a ineficiência do poder público para levar os serviços essenciais incluindo o direito à educação. Para Harvey (2014) a estruturação e a modificação das áreas ocorrem de acordo com a necessidade particulares de uma minúscula elite dominante.

Assim, a cidade foi sendo delineada nesse período para uma ampla valorização das áreas próximas do perímetro central de Rio Branco, com exceção das áreas impróprias para habitação perto das margens do Rio Acre. Esse formato se deu por causa do modelo econômico adotado que trouxe migrantes do centro-sul que vieram para exercer atividade do comércio, para atender sobretudo a agropecuária instalada, outros foram requisitados para os serviços públicos como os militares, bancários, comércio entre outros.

Aos poucos a cidade de Rio Branco vai mostrando seus contrastes, de um lado as edificações do centro com escolas e alunos bem fardados, do outro a periferia com crianças, sem o devido amparo familiar e totalmente abandonada pelas políticas públicas. Essas por sua vez, são forçadas a ajudar no sustento da família. A caracterização mencionada pode ser observada na figura 9, um menino carregando tijolos descalço em meio a lama:

FIGURA 9: BAIRRO PERIFÉRICO NA CIDADE DE RIO BRANCO NA DÉCADA DE 1970



Fonte: Agazeta, década (1970)²⁶

A figura 9 também corrobora para descrever a situação precária vivenciada pela população considerada da periferia, onde os traçados de ruas não ofereciam suporte para mobilidade de pessoas por veículos automotores, como carros, ônibus, entre outros. As alternativas mais viáveis de mobilidade, ocorriam a pé, ou utilizando animais de cargas. Desse modo, além do abandono do estado por não oferecer os serviços básicos, como saúde e educação a população carente, também ficava em sua grande maioria impossibilitada de procurar, ou mesmo reivindicar seus direitos.

Ao longo do tempo esses bairros vão ganhando desenvolvimento por ações governamentais. Todavia, isso só ocorreu por meio da pressão popular, em que as populações dos bairros se reuniram, através de associações de moradores²⁷. Assim,

26 A figura está disponível no Álbum da cidade de Rio Branco. Autorias: BEZERRA, Maria José *et al.* (coord). Cidade de Rio Branco – a marca de um tempo: história, povo e cultura. Rio Branco. Globo, 1993.

27 Aqui no Acre, especificamente em Rio Branco, as associações surgiram por conta da urgência em pensar, organizar e ocupar a cidade, pois um grande contingente de pessoas estava sendo expulso da área rural, e o caminho delas era seguir para as cidades (Klein, 2009, p. 156).

algumas benfeitorias começaram a chegar, tais como saneamento básico, escolas, postos de saúde, entre outros. (Klein, 2009). Harvey (2012) vai chamar de direito à cidade.

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (Harvey, 2012, p. 74).

Posto isso, precisamos enfatizar que apesar da população ter exigido novos espaços educacionais para as suas comunidades, estes eram vistos como escolas inferiores, por parte de alguns, pois era bastante comum, comparação com os colégios do centro. A razão disso ocorreu por conta que esses espaços educacionais centrais tiveram melhores investimentos que as demais. Logo, era bastante comum as pessoas dormirem na fila para conseguir uma vaga nesses estabelecimentos.

Todavia, as escolas centrais começavam também a entrar em declínio, com lotação das salas de aulas, prédios deteriorados, entre outros. Esses fatores não impediram que a procura continuasse, já que esses colégios tinham tradição no ensino por diversos motivos, sejam eles por preenchimento do quadro de professores, como também bons resultados ao aprovar grande número de alunos para o ingresso no ensino superior.

A partir da gestão da Frente Popular²⁸ medidas para evitar a superlotação das escolas do centro foi criado modelos para distribuir esses alunos. A principal medida adotada foi a criação de Zoneamentos Escolares, organizados da seguinte maneira.

A cidade foi então dividida em cinco grandes zonas: 1: Área Central, Bosque e Cadeia Velha, com seus respectivos bairros de entorno; 2: Estação Experimental, Esperança, Tucumã, Manoel Julião, Universitário e Conquista, com seus respectivos bairros de entorno; 3: Regional da Baixada e Calafate, com seus respectivos bairros de entorno; 4: Vila Ivonete, Tancredo Neves e Placas, com seus respectivos bairros de entorno; e 5: Todo o 2º Distrito (Almeida, 2015, p. 100).

²⁸Em 1998, uma coalizão de forças, capitaneada por um partido de esquerda (PT), conquista, através do voto popular, o Governo do Acre e se instala no Palácio Rio Branco depois de sucessivas tentativas malogradas. Com isso, rompe-se um ciclo de décadas de alternância binária no Poder, fosse através do PTB ou PSD, ARENA, PMDB e PDS\PPR\PPB\PP.

Todavia, é bom que se tenha em mente que o zoneamento escolar não aumentou o número de estabelecimento de ensino ou proporcionou melhorias relacionados a infraestrutura e aprendizado dos alunos, significando apenas uma distribuição compulsória dos alunos de acordo com a localidade. (Almeida, 2015).

Desse modo, ao fazermos essa contextualização, observamos as dificuldades em estabelecer políticas educacionais na cidade de Rio Branco representa um dos grandes problemas, pois há diversos fatores que precisam ser analisados, um deles está relacionado com distribuição igualitária dos serviços dentro da cidade. Sendo assim, quando o estado cria proposta de militarizar algumas escolas pode dificultar ainda mais a democratização dos espaços escolares.

4.2 Lei n.º 3.362 referente a criação dos colégios militares estaduais de ensino fundamental e médio Dom Pedro II e Tiradentes, na rede Pública de Educação Básica do Estado

Neste item faremos uma discussão sobre a lei de criação dos colégios militares no estado do Acre. A Lei n.º 3.362, de 20 de dezembro de 2017 dispõe sobre a criação dos colégios militares estaduais de ensino fundamental e médio Dom Pedro II e Tiradentes, na rede pública de Educação Básica do Estado. Segundo o Capítulo I da referida Lei e das disposições preliminares as unidades escolares estaduais, foram integradas a estrutura organizacional da Polícia Militar do Estado do Acre - PMAC e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre - CBMAC. Atuando, segundo as finalidades da educação básica e funcionando em regime de colaboração com a Secretaria de Estado de Educação e Esporte - SEE, organizando-se em conformidade com a Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações posteriores, que tratam das diretrizes e bases da educação nacional, e com as demais leis e normas educacionais correlatas e aplicáveis à espécie (Acre, 2019).

Com base na Lei n.º 3.362, estas escolas têm como objetivos: ministrar o ensino fundamental e médio a alunos, de ambos os sexos, dependentes legais de militares da PMAC, do CBMAC e da comunidade civil, inspirados nos princípios legais de liberdade e de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua

qualificação para o trabalho; construir nos alunos um sentimento de brasiliade, a sadia mentalidade de disciplina consciente, o culto às tradições nacionais e regionais e o respeito aos direitos humanos e ao estado democrático de direito; aprimorar qualidades físicas e psicomotoras do educando; e despertar vocações profissionais (Acre, 2019).

Sendo de competência da Secretaria Estadual de Educação a elaboração em conjunto com a PMAC e o CBMAC, o projeto político pedagógico dos colégios militares Dom Pedro II e Tiradentes, além de disponibilizar recursos humanos como professores e técnicos para constituição do corpo docente, não-docente e equipe pedagógica, bem como de servidores para manutenção e limpeza das instalações das escolas. Para assegurar, em conjunto, os recursos materiais necessários para o pleno funcionamento dessas escolas, através da disponibilização de instalações físicas, além de materiais didáticos, móveis e viaturas (Acre, 2019).

É importante destacar que a lei coloca como competência da PMAC e ao CBMAC, a indicação dos ocupantes das funções de direção dos colégios. Além disso, a responsabilidade pelos conteúdos programáticos das partes diversificadas do currículo, com foco na organização e princípios castrenses. Sendo designado para o desempenho das funções de diretor/comandante dos colégios militares, pelos respectivos comandantes-gerais da PMAC e CBMAC, o militar com patente de oficial superior (Acre, 2019).

Segundo o Art. 5º da lei criada em 2017, do total de vagas ofertadas são destinadas, no máximo, cinquenta por cento destas para preenchimento por filhos não emancipados, menores de vinte e um anos, inválidos ou menores que estejam sob a guarda legal de militares estaduais, sendo as demais vagas, inclusive as eventualmente remanescentes do percentual acima descrito, ocupadas pela comunidade em geral (Acre, 2019). Como mostra o quadro a seguir:

QUADRO 1: DO PROCESSO DE ADMISSÃO DE ALUNOS SEGUNDO A LEI Nº 3.362

<p>§ 1º As vagas serão preenchidas, quando a quantidade de candidatos for maior que as vagas disponíveis, tanto para os dependentes de militares como para a comunidade, respectivamente, obedecendo as seguintes fases: (Redação dada pela Lei nº 3.548, de 29/11/2019).</p> <p>I – sorteio; e (Incluído pela Lei nº 3.548, de 29/11/2019)</p> <p>II – avaliação escrita. (Incluído pela Lei nº 3.548, de 29/11/2019).</p>
<p>§ 2º A primeira fase do processo de admissão de alunos será o sorteio, no qual serão sorteados o dobro da quantidade de vagas disponíveis, por ordem de chamada, para que possa participar da segunda fase. (Incluído pela Lei nº 3.548, de 29/11/2019).</p>
<p>§ 3º A segunda fase do processo de admissão de alunos será a avaliação escrita, onde constarão conteúdo das disciplinas de língua portuguesa e matemática do ano/série anterior ao pleiteado. (Incluído pela Lei nº 3.548, de 29/11/2019).</p>
<p>§ 4º O preenchimento das vagas disponibilizadas obedecerá a classificação dos candidatos na nota da avaliação escrita, por ordem decrescente. O restante dos candidatos preencherão o cadastro de reserva, observado os critérios de ordem decrescente de classificação. (Incluído pela Lei nº 3.548, de 29/11/2019).</p>
<p>§ 5º O processo de preenchimento das vagas ofertadas nos colégios militares de ensino fundamental e médio “D. Pedro II e Tiradentes” ocorrerá conforme propositura e data que serão fixadas, anualmente, em edital de seleção, respectivamente, pelos comandantes gerais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre - CBMAC e da Polícia Militar do Estado do Acre - PMAC, em ato conjunto com o Secretário de Estado de Educação, Cultura e Esportes – SEE. (Incluído pela Lei nº 3.548, de 29/11/2019).</p>

Fonte: (Acre, 2019).

Conforme podemos observar no quadro acima, no processo de admissão dos alunos existem duas etapas importantes sendo a primeira delas o sorteio e em seguida a prova escrita. Precisamos destacar que quando a Lei nº 3.362, de 20 de dezembro de 2017, não existia a modalidade de avaliar o aluno através de exame intelectual. Os alunos sorteados tinham o direito de se matricular, não havendo a necessidade de testar o seu conhecimento. Contudo, houve a mudança incluída pela Lei nº 3.548 de 29 de novembro de 2019, que alterou e acrescentou dispositivos na Lei nº 3.362, como a etapa da prova escrita (Acre, 2019).

Segundo a lei de criação dos colégios militares do Acre, estes devem estar organizados em conformidade com a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, também conhecida como LDB. Contudo, a militarização das escolas vai totalmente contra os princípios e fins da Educação Nacional estabelecidos na lei, pois, esta defende um ensino ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; consideração com a diversidade étnico-racial; e respeito à diversidade humana, linguística e cultural (Brasil, 1996).

Dessa forma, podemos observar várias incoerências na criação de colégios militares, principalmente a forma de ingresso através de processo seletivo, podendo ser considerado inconstitucional por diversas perspectivas. No tocante aos profissionais do magistério, a militarização viola frontalmente o artigo 61 da LDB, que delimita quem está habilitado e legalmente autorizado ao trabalho no ensino, são os professores e os trabalhadores da educação com formação específica. Assim, a criação dos colégios militares de competência do estado vai na contramão da legislação educacional e no direito à educação em sentido amplo. Sendo assim, a próxima seção descreve com uma visão criteriosa o surgimento do Colégio Militar Tiradentes.

4.2.1 Colégio Militar Tiradentes

O Colégio Militar Tiradentes é uma parceria entre a Polícia Militar do Acre com a Secretaria de Estado de Educação e Esporte. Foi criado a partir do projeto de Lei n.º 3.362, de 20 de dezembro de 2017. Deste modo, a problemática desse item, ao propor a criação do colégio militar a Assembleia Legislativa e governo do estado podem estar desprezando as dificuldades educacionais já citadas anteriormente.

Sendo assim, é necessário contextualizar o processo histórico de formação da região onde está inserido este colégio militar. As primeiras ocupações se deram entre os anos de 1940-1950 (Oliveira, 2010). O nome Calafate remete ao senhor Antônio Calafateiro. A sua função de calafetar barcos, gerou o nome do bairro,

(Oliveira, 2010). Os ocupantes trabalhavam na região como agricultores e na extração do látex, formando as bases da economia local.

Deste modo, a regional do calafate passou por características rurais ao longo de sua formação. Na década 1970 nos governos de Francisco Wanderley Dantas (1971-1975) e Geraldo Gurgel de Mesquita (1975-1979). Esses dois governos criaram os Núcleos de Apoio Rural Integrado (Nari's). No geral, esses núcleos eram criados para incentivar a produção agrícola, a fim de evitar o êxodo rural.

Para a Regional do Calafate a criação do Nari's era estratégica, pois o programa levava em consideração as áreas agrícolas próximas do núcleo urbano da cidade de Rio Branco (Caetano, 2020). Sendo assim, a mistura entre rural e urbano foi uma de suas características. Apresentou um tardio desenvolvimento tal qual outros bairros de Rio Branco.

Todavia, nos últimos anos observa-se direcionamento de grande parte dos serviços públicos e privados para as margens da Via Verde, anel viário que corresponde a uma parte da BR 364. Além disso, a pavimentação da Estrada do Calafate no governo da frente popular, possibilitou a expansão da frente imobiliária para essa regional, pois havia grande lotes de terras, entre os quais podemos citar, chácaras, fazendas, entre outras, que inicialmente foram adquiridas primeiramente pela Ipê empreendimentos, posteriormente novos grupos imobiliário também passam a atuar nessa Regional do Calafate.

Desse modo, ao longo desses trechos, vem ocorrendo as instalações de grandes centros administrativos responsáveis por dinamizar e valorizar o uso do solo. Além de promover uma nova centralidade dentro da cidade de Rio Branco (Mendonça *et al*, 2019).

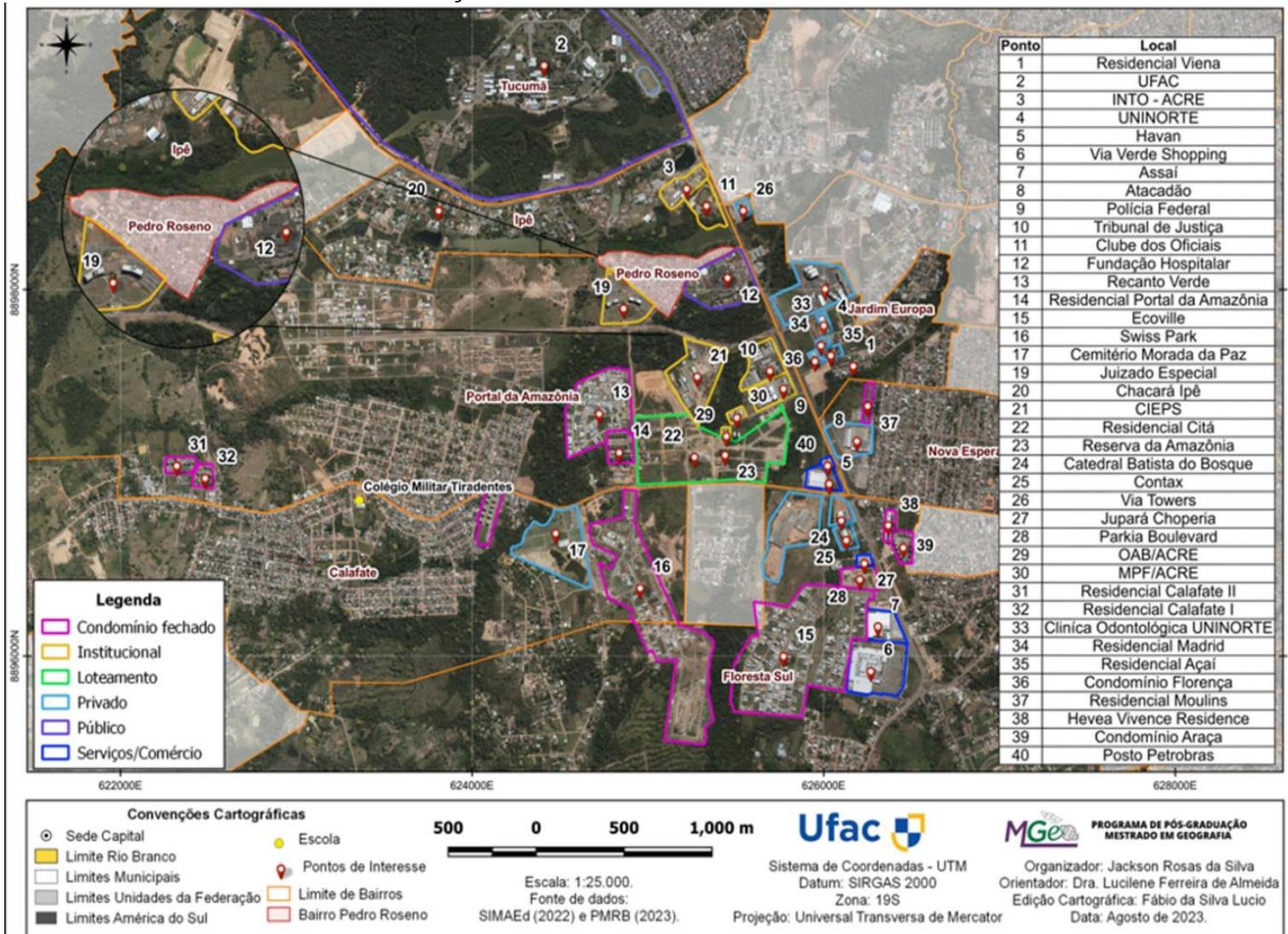
Para Bento, (2017):

A Regional Calafate está se tornando a divisão administrativa de Rio Branco preferida para a implantação de condomínios e loteamentos fechados a partir da conclusão da Via Verde. A importância desse eixo de escoamento dos fluxos intra-urbanos e interurbanos associa-se ao crescente investimento da esfera pública e privada com a construção de equipamentos educacionais, administrativos, de saúde e de segurança. Consequentemente, há uma rápida valorização imobiliária e mudanças nos usos do solo com o parcelamento fundiário e verticalização (Bento, 2017, p. 255).

Neste sentido, a cidade de Rio Branco vivencia a atuação de novos promotores do espaço neste perímetro urbano e nas áreas adjacentes.

Para Lefebvre (2008) estes têm poder de controlar e determinar as transformações do espaço urbano. Sendo representado geralmente por governos, empresas privadas, empreendedores imobiliários e instituições financeiras, entre outros. Sendo assim, o mapa 4 mostra o desenvolvimento dessa regional ocasionada pelas ações do estado e iniciativa privada.

MAPA 4: ANÁLISE DO ESPAÇO NAS ÁREAS ADJACENTES DO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES



Fonte: PMRB, 2023. Adaptado pelo autor.

Metodologicamente a construção desse mapa 4, ocorreu da seguinte forma: o primeiro passo foi mapear esses pontos, para isso foi utilizado a base atual de dados do Google, Street View e consultas no sistema da Prefeitura Municipal de Rio Branco. Foi criado um pacote de camadas do tipo GeoPackge (.gpkg) para abrigar os pontos de interesse a sua respectiva área em um único dado, classificando a área nas seguintes classes: Condomínio fechado; Institucional; Loteamentos; Privado; Público; Serviços e comércio. Após isso, foi atribuída uma cor para cada classe.

Sendo assim, ao observarmos o mapa é possível descrever que a Regional do Calafate possui moradias específicas para atender públicos com alto padrão aquisitivo, no qual podemos citar: Chácara Ipê; Recanto Verde; Ecoville; Swiss Park, entre outros. Além disso, o perímetro estudado apresenta-se como um dos pontos da cidade com a maior quantidade de condomínio fechado para atender, sobretudo a classe média de Rio Branco.

Atentamos também para movimentação de órgãos públicos de diversas esferas, principalmente do executivo e do judiciário, que antes se localizavam na parte central, mas com a dinâmica da cidade passaram a se materializar em alguns pontos específicos desta regional é o caso da Polícia Federal, Tribunal de Justiça, Juizado Especial, Ministério Público Federal, OAB. Além do Centro Integrado de Ensino e Pesquisa em Segurança Pública (Cieps).

As atividades do comércio são outro fator de destaque, porque grandes redes de supermercados e lojas se instalaram como: o Atacadão, Assaí, Havan. Além do mais, o único shopping da cidade, o Via Verde, onde se reúne uma variedade de serviços logísticos está concentrado nesta regional.

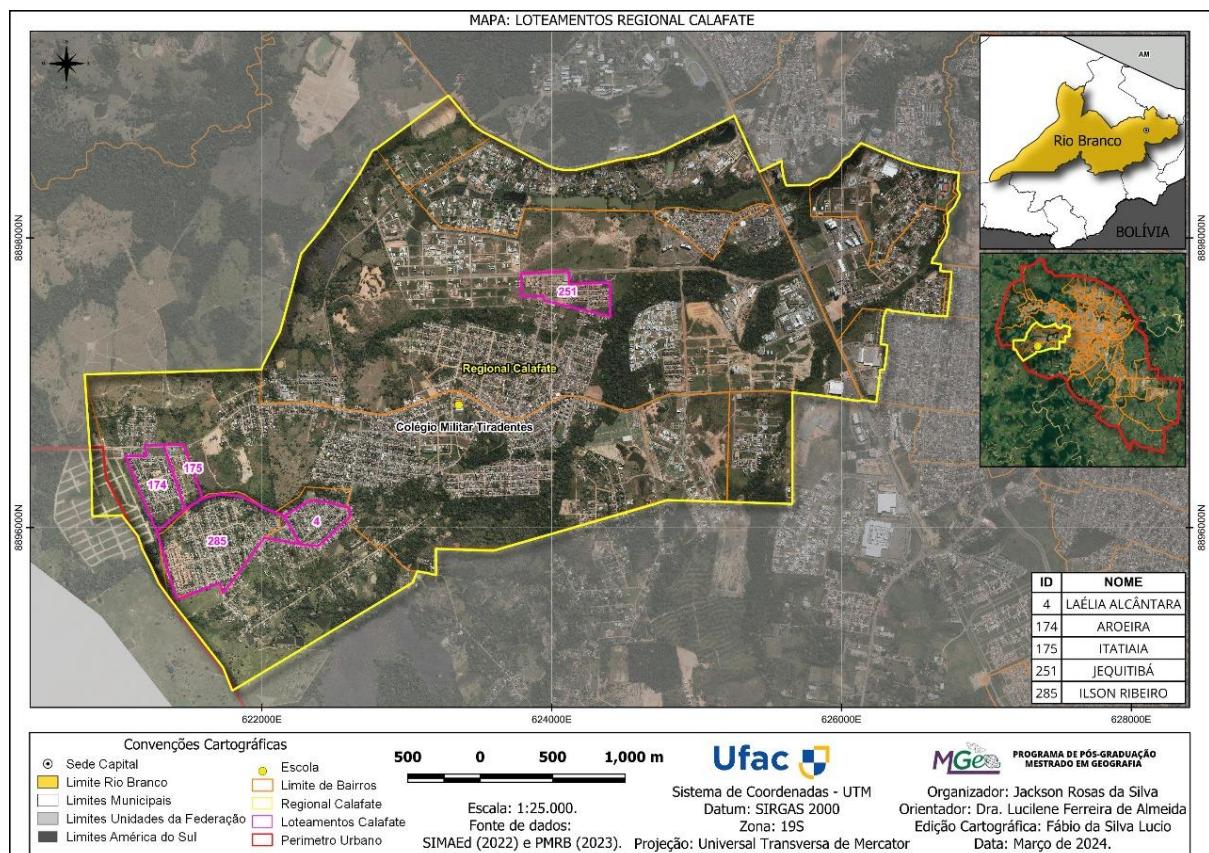
Além de tudo, é possível verificar a instalação de uma rede de ensino superior o Centro Universitário Uninorte que traz consigo clínicas de especialidades como a Odontologia, entre outras. Por outro lado, nas proximidades encontra-se a Universidade Federal do Acre, oferecendo uma variedade de serviço que vai além do ensino. Inclusive, existe por parte do estado alguns centros especializados nas áreas médicas, como é o caso da Fundação Hospitalar e do Instituto de Ortopedia e Traumatologia do Acre (Into-AC).

Ademais, para os integrantes dos oficiais da polícia militar e do corpo de bombeiro, estes podem contar com um clube para atividades de lazer. No mesmo sentido, a regional também abriga o loteamento Pedro Roseno, criado em 1999 para habitação de famílias da polícia militar constituídas em sua grande maioria por

soldados e cabos, sendo reconhecida por populares como “Vila Militar” (Notícias do Acre, 2013).

Entretanto, a regional enfrenta grandes problemas habitacionais, que estão sendo separados pelos muros dos condomínios fechados. Os problemas urbanos referentes aos serviços habitacionais são sentidos por um público que não tem condições de pagar e depende diretamente do estado para qualquer melhoria. Por exemplo, a sensação de insegurança é uma delas, já que alguns bairros dentro da regional se apresentam como um dos mais violentos, então é bastante comum a ocorrência de furtos, roubos, até mesmo assassinato motivado por disputas entre facções. Para Souza *et al* (2019) a Regional do Calafate vem apresentando um crescimento expressivo, relacionado a mortes violentas intencionais. Sendo assim, o mapa 5 mostra os conjuntos habitacionais.

MAPA 5 LOTEAMENTOS DA REGIONAL DO CALAFATE



Neste sentido, é evidenciado uma forte segregação socioespacial nessa parte da cidade de Rio Branco pois grupos com alto poder aquisitivo se apropriam dos melhores lotes de terras, no geral próximos aos investimentos governamentais. Tal fato já ocorreu no processo de formação da cidade, onde as melhores moradias estavam próximas do centro.

Hoje é possível verificar conforme o mapa 4 que as moradias de alto padrão estão próximas aos investimentos dos governos e da iniciativa privada. Logo é possível verificar uma forte atuação policial, constantemente são feitas rondas policiais, nos locais destinados a passeio e atividade física. Além das forças de segurança também é comum a atuação de agentes públicos trabalhando para melhorar a infraestrutura desses lugares. Por outro, os bairros mais afastados dessa regional, como conjuntos habitacionais, conforme descrição do mapa 5, convivem com a violência devido à ineficácia do poder público para combater atos de violência que ocorrem dentro dessas áreas. Além do mais, são observados o total abandono do governo e prefeitura, onde dificilmente são realizados serviços de saneamento básico, entre outros.

Em meio a essa característica, em que a violência se apresenta como um dos problemas, foi criada uma unidade educacional administrada pela Polícia Militar em parceria com a Secretaria de Educação Estadual, o Colégio Militar Tiradentes. Em síntese o colégio ajudaria a comunidade a conter os índices de violência sobretudo dos jovens, que passariam a ter apoio educacional com ajuda da polícia.

Porém, ao analisarmos o colégio foi possível verificar problemas dos quais pretendemos discorrer ao longo deste trabalho. Primeiramente separamos a fala de uma moradora da comunidade que aceitou colaborar com a pesquisa. Deste modo, segue o trecho da entrevistada:

Respondendo a primeira pergunta em relação a expectativa dos moradores. Quando foi anunciada a construção do colégio militar na regional. A princípio os moradores acreditavam que as oportunidades de estudo seriam para comunidade. Então a comunidade ficou esperando de seis a sete anos a conclusão da construção do colégio militar. Quando o Colégio Militar foi construído, a população viu que era apenas propaganda, porque era muito, muito difícil conseguir as vagas, vinha questão de sorteio, vinha questão de provas aí e conforme o tempo foi passando percebe-se que na verdade o colégio militar estava dando prioridades para os filhos de militares. E não era da comunidade do Calafate ou da Regional do Calafate, era de outras regionais, tanto é que é frequente o fluxo de alunos vindo da cidade de bairros mais distantes são poucos os alunos que são da regional. (Entrevistada A, 2023).

Sendo, assim percebemos que aos poucos o estado foi impondo barreiras da qual denominamos de invisível, no geral são imperceptíveis, o fato pode ser comprovado durante a fala de um dos gestores escolares que atuam em outras escolas dentro da regional, ao indagá-lo sobre a sua vivência dentro do bairro enquanto gestor, sobre como a comunidade observa o colégio militar, foi enfático a dizer que:

Olha sobre a questão da vivência e conversas com os moradores, a percepção que eles passam é que, a escola é muito bem-vista, viu? É, claro, há alunos que acabam vindo para cá. Os pais chegam aqui falando muito mal, falando algumas coisas e tal, mas de um modo geral, pela comunidade da escola, é bem-vista. (Gestor y, 2023. Informação Verbal)

Sendo assim, os rigorosos processos seletivos facilitam a entrada de alunos oriundos de escolas particulares, dado que no geral possuem melhores rendimento escolar. Diferentemente dos alunos da rede pública que vêm acumulando déficit de aprendizado, estes terão mais dificuldades de entrar numa escola que exija que o aluno já tenha alguma bagagem cultural. A rigidez do controle de entrada vem contribuindo para elitização dos espaços que estão se configurando nessa regional.

4.2.2 Processo seletivo do Colégio Militar Tiradentes

O Processo seletivo para o ingresso no colégio Militar Tiradentes tem duração de um mês e ocorre nas seguintes etapas: Divulgação do Edital; Período de Inscrição; Interposição de recursos pelo indeferimento da homologação da inscrição e indeferimento de solicitação de atendimento especial; Realização dos sorteios; Divulgação preliminar do resultado do sorteio; Divulgação em Diário Oficial do resultado final do sorteio; Aplicação do Exame Intelectual; Divulgação do Gabarito Oficial do Exame Intelectual; Divulgação do Resultado com Classificação Preliminar do Exame Intelectual; Interposição de Recurso do Exame Intelectual; Resultado da análise da Interposição de Recursos; Resultado com Classificação Definitiva do Exame Intelectual; Publicação em Diário Oficial do Resultado Final do Exame Intelectual e classificação dos candidatos; Matrículas.

Seguem os quadros com as principais informações do Edital n.º 001/CMET-PMAC/SEE, de 08 de novembro de 2022 para o ingresso de alunos no 6º ano do Ensino Fundamental II do Colégio Militar Estadual Tiradentes, para o ano letivo de 2023.

QUADRO 2: DAS VAGAS

O preenchimento das vagas será estabelecido conforme a tabela a seguir:			
Ano/Série	Dependentes de Policiais Militares da PMAC	Dependentes da Comunidade em geral	Total de vagas ofertadas
6º (sexto) ano do Ensino Fundamental	45 (quarenta e cinco)	45 (quarenta e cinco)	90 (noventa)

Fonte: Acre (2022).

É importante destacar que as vagas oferecidas são destinadas apenas para os alunos que ingressam no sexto ano do Ensino fundamental. Pois, no ano de 2018 quando o colégio foi inaugurado, ocorreu o sorteio para o preenchimento de vagas para todo o Ensino Fundamental II com direito a cadastro reserva. Nos anos seguintes a gestão da escola entendeu que haveria necessidade de processo seletivo apenas para o sexto ano, já que os alunos avançariam de série deixando as vagas do sexto ano descobertas, tendo assim a necessidade de um novo edital a cada final de ano.

Em relação às inscrições, o candidato que estiver inscrito no Processo Seletivo para concorrer às vagas destinadas exclusivamente aos dependentes legais de Militares Estaduais, não poderão realizar inscrição para as vagas destinadas à comunidade em geral. Já o candidato que não for dependente legal de Militar Estaduais só poderá solicitar sua inscrição para as vagas destinadas à comunidade em geral. O Edital ainda estabelece, um quantitativo de 3% de candidatos de pessoas com deficiência do total de vagas, que poderão efetuar a matrícula obedecendo ao critério de ordem decrescente da nota da avaliação escrita, em conformidade com o Regimento Interno que prevê 01 (um) aluno por sala de aula.

O sorteio público ocorre em duas etapas: o primeiro para selecionar os dependentes de militares estaduais do Acre e o segundo para selecionar os candidatos da comunidade civil, onde são selecionados o dobro da quantidade de vagas disponíveis ofertadas.

Para as vagas destinadas aos dependentes de militares, o edital prevê que se o número de inscritos é superior ao número de vagas disponíveis e inferior ao dobro do número de vagas disponíveis, todos realizam o exame intelectual.

Segundo consta no Edital, o Exame Intelectual tem como objetivo classificar e selecionar os candidatos. O exame consiste na avaliação dos candidatos nas seguintes áreas de conhecimento: Prova de conhecimento de Língua Portuguesa composta por dez questões objetivas; Prova de conhecimento de Matemática composta por dez questões objetivas, somando um total de vinte questões. Os candidatos dispõem duas horas para responder o caderno de provas, incluído o tempo de preenchimento da folha de respostas definitiva. Durante a realização da prova, não é permitido qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, ou comunicação destes com outras pessoas não autorizadas. A seguir o quadro com o Conteúdo Programático:

QUADRO 3: CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA O EXAME INTELECTUAL (EI)

6º Ano (Ensino Fundamental II)	
Língua Portuguesa (10 questões)	<p>Ler, interpretar e compreender textos diversos considerando a intenção, a circunstância comunicativa, a linguagem, o conteúdo temático, a construção;</p> <p>Tipos de frase;</p> <p>Substantivos (conceito, identificação e classificação);</p> <p>Adjetivos (conceito, identificação e classificação);</p> <p>Pronomes (conceito, identificação e classificação);</p> <p>Verbos (conceito, identificação, tempos, modos e classificação);</p> <p>Numeral (conceito, identificação e classificação);</p> <p>Encontro consonantal, encontro vocálico e dígrafo. Divisão silábica;</p> <p>Classificação de palavras quanto à sílaba tônica,</p> <p>Pontuação.</p>
Matemática (10 questões)	<p>Sistema de numeração decimal. Figuras e formas;</p> <p>Números naturais: adição, subtração, multiplicação, divisão e expressão numérica;</p> <p>Estatística;</p> <p>Frações;</p> <p>Porcentagem;</p> <p>Probabilidade;</p> <p>Números decimais. Grandezas e medidas: perímetro, área, volume, capacidade;</p> <p>Resolução de problemas.</p>

Fonte: Acre (2022).

As provas objetivas são de caráter eliminatório e classificatório, com questões de múltipla escolha de A a D (4 campos de marcação). O candidato que não alcançar um aproveitamento mínimo de 50% das questões de Língua Portuguesa e 50% de Matemática, é considerado reprovado e, posteriormente, desclassificado do processo seletivo. Assim, para ser aprovado, deverá acertar, no mínimo, 05 questões de Português e 05 de Matemática. Os candidatos não eliminados são listados em ordem decrescente de pontuação, de acordo com o somatório da nota. Com isso, os aprovados são encaminhados para matrícula, tendo que se submeter ao regimento imposto pelo colégio.

4.2.3 Regimento interno do Colégio Militar Tiradentes

Os candidatos que são aprovados no processo seletivo são encaminhados para a matrícula na instituição de ensino, conforme o calendário da Secretaria Estadual de Educação. Uma vez estes alunos matriculados estes passam a ter conhecimento do regimento interno do colégio.

Conforme a Lei n.º 3.362 O regimento interno da escola, tem como objetivo regular a organização administrativa, didático-pedagógica e de convivência social. Este documento é elaborado pela equipe responsável pela implantação dos colégios militares estaduais, designada por ato conjunto da lavra dos comandantes-gerais da PMAC, CBMAC e do secretário da SEE e encaminhado para análise e aprovação do CEE/AC.

Outro importante documento é o manual do aluno, onde são considerados alguns aspectos importantes para a permanência do mesmo no colégio, como podemos analisar no quadro a seguir:

QUADRO 4: MANUAL DO ALUNO – DISCIPLINA E INDISCIPLINA

São manifestações de disciplina:
Perfeito cumprimento de todas as normas escolares; <ul style="list-style-type: none">● Correção de atitudes;● Respeito e conhecimento ao Regulamento Disciplinar, Regulamento de Uniformes, Regulamento de Continência e ao Manual do Aluno;● Pronta obediência às ordens legais;● Dedicação integral aos estudos;● Consciência das responsabilidades; e● Observância aos preceitos regulamentares A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos permanentemente, nas instalações internas do CMET/PMAC, bem como no convívio social em qualquer localidade, por todos os que compõem o Colégio.
Atos de Indisciplina praticados pelo aluno serão assim considerados:

<p>Usar distintivos, insígnias, símbolos ou tarjetas indevidos;</p> <p>Fazer qualquer tipo de marca (externamente) na(s) peça(s) do uniforme de maneira que fique diferente do previsto no regulamento de uniformes;</p> <p>Usar óculos esportivos (escuros ou similares) ou outros adornos não previstos no Regulamento de Uniformes, quando fardado;</p> <p>Trocar de uniforme em local não apropriado;</p> <p>Ingressar nas dependências do Colégio sem estar devidamente uniformizado;</p> <p>Usar o uniforme faltando quaisquer de suas peças (tarjeta, distintivos de bolso, de boina ou série, entre outras) ou usando as mesmas de forma inapropriada dentro ou fora do Colégio;</p> <p>Apresentar-se para as atividades escolares demonstrando não cuidar do asseio próprio ou em condições que, de qualquer forma, contrarie os padrões estabelecidos pelo Colégio tais como uniforme sujo, amassado, amarratado e outros;</p> <p>Usar as instalações ou equipamentos esportivos do Colégio sem estar apropriadamente uniformizado;</p> <p>Escrever, desenhar e carimbar em qualquer parte visível do corpo objetos e outras grafias, hennas ou imagens afins;</p> <p>Mexer-se ou conversar excessivamente, quando em forma;</p> <p>Utilizar-se, durante a aula, de qualquer publicação estranha a sua atividade escolar;</p> <p>Tomar parte em jogos proibidos ou em apostas no interior do Colégio;</p> <p>Permanecer fora da sala de aula sem autorização;</p> <p>Usar as instalações ou equipamentos esportivos do Colégio sem a devida autorização;</p> <p>Executar toques ou sinais regulamentares, sem ordem para tal;</p> <p>Entrar ou sair de local onde estejam presentes todos os elencados no §1º, art. 5º, sem a devida permissão regulamentar;</p> <p>Deixar de realizar tarefa escolar sem motivo justificável;</p> <p>Consumir alimentos, balas, doces ou mascar chicletes durante as atividades escolares ou nas dependências de qualquer seção do Colégio, salvo quando devidamente autorizado;</p> <p>Não apresentar material escolar pré-determinado;</p> <p>Portar telefone celular ou qualquer outro aparelho eletrônico sobreposto ao uniforme;</p> <p>Comercializar qualquer produto no colégio, divulgar impressos, promover rifas, convites, dentre outros, sem autorização;</p> <p>Utilizar as dependências do CMET/PMAC como espaço para namoro.</p> <p>Classificação Básica dos Atos de Indisciplina (Médio).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar-se com o cabelo em desalinho ou fora do padrão estabelecido pelo Colégio; • Sair de forma sem permissão de quem de direito; [...].
--

Fonte: CMET-PMAC, 2018²⁹.

29 CMET-PMAC. Manual do Aluno. Disponível em: https://2f1ebb1e-eafa-4396-a2eb-1e85fd123d65.filesusr.com/ugd/6f75b2_81344a87b3b2436f92942437eda0cce2.pdf?index=true. Acesso em: 29 de outubro de 2023.

O documento considera a disciplina como a observância e o acatamento das normas e disposições nela contidas e que faz referência devendo ser encarada como um instrumento a serviço da formação integral do aluno, não sendo toleráveis, rigor excessivo, nem benevolência (CMET-PMAC, 2018).

Além disso, o colégio trabalha com a ideia de meritocracia, que tem como proposta recompensar os alunos que se destacam, tornando-se estímulo à formação integral do aluno e à escolha pela carreira militar. Os graus da hierarquia escolar se definem entre o posto de coronel-aluno e a graduação de cabo-aluno. Os demais alunos que não forem promovidos, serão considerados Soldados Alunos para efeito de composição do Batalhão Escolar (CMET-PMAC, 2018).

Segundo o Manual do Aluno o uso do uniforme é fator primordial para a boa apresentação individual e coletiva dos alunos do CMET/PMAC, permitindo a sua rápida identificação perante a comunidade, contribuindo sobremaneira para o fortalecimento da disciplina (organização e unidade) e do bom conceito da Instituição perante a opinião pública, sendo constituída obrigação de todo aluno do CMET/PMAC zelar por seus uniformes e sua correta apresentação em público. Assim, a Coordenação do Corpo de Aluno cabe exercer ação fiscalizadora junto aos alunos, de modo a não permitir o uso inadequado dos uniformes e os alunos do CMET/PMAC comparecerão às solenidades civis e militares do Colégio com os uniformes previstos para cada ocasião.

Todavia, apesar desse fardamento ser doado pelo governo do estado, a meritocracia imposta pelo CMET/PMAC faz com que haja favorecimento para as classes com maior poder aquisitivo. Além disso, a imposição da farda vai contra a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo 3º inciso II: o ensino será ministrado com base nos princípios de liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

No mais, o uso dos uniformes pelos alunos deve seguir os seguintes critérios: Uniforme de Adaptação; Uniforme de trânsito e aula: solenidades, formaturas e aula; Uniforme de educação física: na aula da disciplina, atividades físicas, jogos, campeonatos ou, quando autorizado pela Direção do respectivo CMET/PMAC; Uniforme de Agasalho: atividades físicas, jogos, campeonatos ou, quando autorizado pela Direção do respectivo CMET/PMAC; Uniforme de gala e uniforme de fanfarra: solenidades cívicas, militares e culturais, ou quando determinado pela Direção do respectivo CMET/PMAC. Como mostra a figura a seguir:

FIGURA 10: APRESENTAÇÃO DO UNIFORME – COLÉGIO MILITAR TIRADENTES

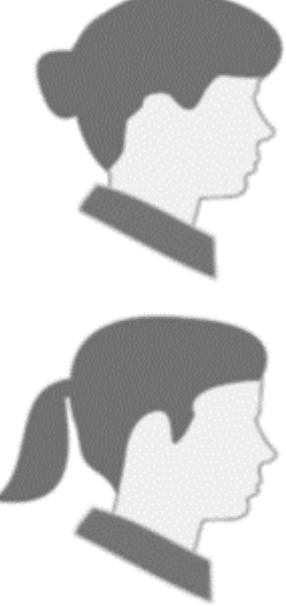


Fonte: CMET-PMAC, 2018.

Um outro dado analisado, foi o corte de cabelo, os alunos devem atender a padronização, descrição e sobriedade. Como mostra o quadro a seguir:

QUADRO 5: CORTE DE CABELO DOS ALUNOS DO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES

I - Masculino	II - Feminino
---------------	---------------

<p>Meia cabeleira, aparada à tesoura ou a máquina na nuca e dos lados, mantendo bem nítido o contorno junto às orelhas e pescoço, disfarçando gradativamente, de baixo para cima, de modo que caia com naturalidade;</p> <p>Na parte superior da cabeça, o cabelo será desbastado, máquina 04 (quatro) para harmonizarse com o resto do corte e melhor adaptação do gorro;</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> A nuca deverá acabar em linha reta ou arredondada, mas ser desbastada com máquina 02 (dois); <input type="checkbox"/> Costeletas limitadas ao início do lóbulo das orelhas. <p>Exemplo:</p> 	<p>Cabelos médios ou longos presos em coque, com grampos ou presilhas da cor do cabelo ou redinha preta;</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> É permitido o uso do cabelo preso em forma de rabo de cavalo, devidamente harmonizado; <input type="checkbox"/> Os cabelos volumosos serão usados curtos ou presos em coque com redinha preta; <input type="checkbox"/> As alunas manterão o cabelo com uma única coloração, de forma que se assemelhe à cor natural; <input type="checkbox"/> Os acessórios de cabelo são os grampos simples, os elásticos e a redinha, todos na cor preta ou em tom o mais próximo possível da cor do cabelo; <input type="checkbox"/> Os prendedores de cabelo serão compatíveis com o uso do gorro sem pala (bibico), nas cores preto, marrom ou similar à cor do cabelo da aluna. <p>Exemplo:</p> 
---	---

Fonte: CMET-PMAC, 2018.

Todas essas normas estabelecidas pelo Colégio Militar Tiradentes foram questionadas pelo Ministério Público Federal – MPF, que no dia 12 de julho de 2023 entrou com uma ação na Justiça Federal do Acre para proibir as escolas cívico-

militares de imporem padrões de cabelo, unhas e roupas. Segundo o Procurador da República Lucas Costa Almeida Dias, esse modelo de ensino propaga discriminação entre os alunos, pois, estabelece a imposição de regras estéticas aos alunos, descritas no Manual do aluno, com base na lógica castrense, “de modo que os militares designados desempenham a função de oficial de gestão escolar, oficial de gestão educacional e monitores” (MPF, 2023, p. 20). Dessa maneira, a imposição de padrão estético uniforme aos alunos tem impacto negativo. Além disso, fere a liberdade de expressão dos alunos.

Assim, o documento determina que os colégios cívico-militares:

- a) abstenham-se de restringir a liberdade de expressão, intimidade e vida privada dos alunos, com a imposição de padrões estéticos quanto a cabelos, unhas, maquiagem, acessórios, tatuagem, forma de se vestir, uso de grafias, henna ou imagens afins em qualquer parte do corpo, obrigatoriedade de uso de bonés ou boinas, e se abstenham de fiscalizá-los e/ou puni-los em razão da apresentação pessoal;
- b) abstenham-se de restringir a liberdade de expressão dos alunos, inclusive por meio de controle do tipo de publicação que levam para a escola ou fazem em redes sociais e pela proibição da participação em manifestações de qualquer tipo, sejam políticas ou reivindicatórias, dentro ou fora da escola, fardados ou não;
- c) abstenham-se de fiscalizar e proibir comportamentos neutros dos alunos, que não afetam direitos de terceiros ou interesses públicos, tais como mexer-se excessivamente, ler jornais, independentemente do conteúdo; captar/publicar imagem ou áudio de alunos, servidores ou das dependências do Colégio; frequentar local de jogos eletrônicos, usar óculos escuros, namorar, fazer apostas não proibidas, promover convites, ou qualquer outro tipo de proibição baseada unicamente em moralismo, incompatível com o Estado Democrático de Direito; e
- d) garantam a participação de representantes de todos os segmentos existentes na comunidade escolar, como o corpo discente, a associação de pais e mestres e o grêmio estudantil no Conselho Escolar (MPF, 2023, p.46-47)³⁰.

Ainda com base no documento do MPF, ocorreram denúncias no Acre, por parte do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre - Sinteac, que através de carta enviada ao MPF, se posicionou contrário ao modelo militarista, no que se refere a imposição do padrão militar aos alunos. Pois, além de afrontar o ECA, também fere o modelo educacional estabelecido na Constituição. Segundo o sindicato, a rotina castrense de imposição de padrões estéticos não tem sido aplicada apenas aos alunos matriculados, mas aos professores. Sendo exigido ao corpo docente “a

30 BRASIL. Ministério Público Federal. Ação civil pública com pedido de medida liminar. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/ac/sala-de-imprensa/docs/1007496-16.2023.4.01.3000%20-%20ACP%20-%20Colegios%20militares.pdf>. Acesso em: 13 de novembro de 2023.

adequação ao padrão estabelecido e preconcebido por militares, em flagrante violação à liberdade de expressão” (MPF, 2023, p. 16).

Também foram feitas denúncias por parte dos pais de alunos, afirmando que esses colégios restringem de forma indevida a liberdade de expressão, intimidade e vida privada dos alunos por meio de imposição de padrões estéticos, até mesmo controlando as publicações feitas em redes sociais, participações em manifestações e outras medidas que não têm como objetivo melhorar o ensino.

Além do mais, o colégio também possui uma associação de pais, mestres e funcionários, em que os pais dos alunos depositam mensalmente uma quantia para essa entidade, investir melhorias para o colégio, promover eventos, entre outros. Entretanto, apesar do valor pago não constituir uma obrigação é possível que muitos pais depositem o dinheiro para evitar um constrangimento para o seu filho. Posto isso, o quadro 6 anexado no edital do processo seletivo, esclarece como funcionam os termos para aderir a associação.

QUADRO 6: TERMO DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO DE MESTRES E FUNCIONÁRIOS DO CMT

<p>Eu, _____, RG nº _____, CPF nº _____ _____, telefone nº _____, e-mail _____, responsável pelo (a) Aluno (a) _____, nº _____ da turma _____, SOLICITO minha inclusão no quadro associativo efetivo da Associação de Pais e Mestres do Colégio Militar Estadual Tiradentes (APACMET), de acordo com o que prescreve o Capítulo III do seu Estatuto. DECLARO estar ciente do valor da contribuição mensal voluntária a ser paga, conforme abaixo assinalado, para os fins descritos no Art. 3º (Dos Objetivos), conforme opções definidas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de abril de 2018.</p> <p>(____) R\$ 50,00 (cinquenta reais) (____) R\$ 100,00 (cem reais) (____) R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) (____) R\$ 200,00 (duzentos reais) (____) Outro valor: R\$ _____ (_____)</p> <p>A forma de pagamento da contribuição é voluntária por boleto bancário confeccionado em nome do associado da APACMET ou via PIX, com o</p>
--

vencimento todo dia 05 de cada mês até o final do ano letivo.

Rio Branco/AC, ____ de _____ de ____.

Responsável

Fonte: Acre (2022).

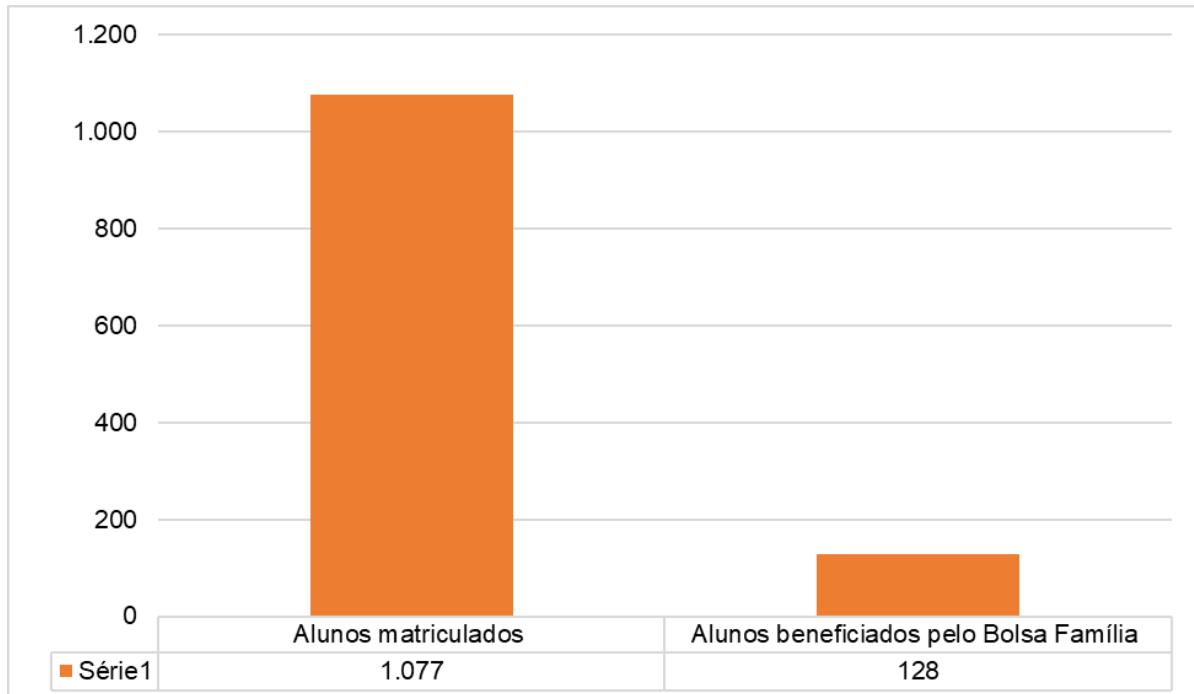
Por conseguinte, essa adesão voluntária pode levar a desistência de famílias de baixa renda. Por sua vez, essa arrecadação pode gerar uma divisão socioeconômica, entre os alunos que podem pagar e os que não têm condições de contribuir para a associação. À vista disso, o próximo examina a questão da renda dos alunos com base no programa Bolsa Família.

4.3 Sobre a renda dos alunos do Colégio Militar Tiradentes com base no programa Bolsa Família

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil, tendo em vista que garante renda básica para as famílias em situação de pobreza. O Programa busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. Para ter direito ao Bolsa Família, a principal regra é que a renda de cada pessoa da família seja de, no máximo, R\$ 218 por mês. Ou seja, se um integrante da família recebe um salário-mínimo (R\$1.302), e nessa família há seis pessoas, a renda de cada um é de R\$ 217. Como está abaixo do limite de R\$ 218 por pessoa, essa família tem o direito de receber o benefício. Além disso, é preciso estar inscrito no Cadastro Único, e todos os meses, o programa identifica, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas e que receberão o benefício (Brasil, 2023).

Levando em consideração o Programa de transferência de renda do Governo Federal, o Colégio Militar Tiradentes apresenta os seguintes dados, dos 1.077 alunos matriculados apenas 128 são amparados pelo Bolsa Família, conforme a figura a seguir:

FIGURA 11: ALUNOS DO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES BENEFICIADOS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da Seme - Secretaria Municipal de Educação: Núcleo Frequência Escolar (Bolsa Família), 2023

A figura 11 evidencia que a maior parte dos alunos não se encontra como beneficiária do Bolsa Família. Logo, noventa por cento desse público não se encaixa como pessoas de baixa renda.

Para corroborar com essas análises, observamos o final do expediente quando os pais ou responsáveis foram buscar os alunos. Percebeu-se o congestionamento do trânsito, devido os carros estarem estacionados nas duas vias da pista, quando esperam os alunos, ou seja, a figura 12 pode indicar, além do não pertencimento da

comunidade com o colégio, bem como trazer indicadores de um público diferenciado das demais escolas, já que não é comum essa movimentação de veículo.

FIGURA 12: TRÂNSITO CONGESTIONADO EM FRENTE AO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES



Fonte: o próprio autor (2023)

Neste sentido, o Colégio Militar Tiradentes pode trazer consigo aspecto de segregação na medida que cria regulamentos diferentes das demais escolas, tais como Regulamento Disciplinar, Regulamento de Uniformes, Regulamento de Continência Manual do Aluno, além de pagamento de taxas voluntárias para associação. Além disso, o colégio impõe a média de oito pontos, em que o aluno não pode reprovar. O problema da questão do desempenho dos estudantes, sobretudo da Regional do Calafate, onde muitos são transferidos de forma compulsória, gerando de

certo modo uma exclusão, foi relatado durante a entrevista do gestor de uma escola pública, situada na mesma regional, na qual relatou que:

Os alunos que vêm do Colégio Militar Tiradentes, a principal reclamação que os pais trazem, estar relacionado com a questão de notas, pois para o aluno passar no colégio militar tem que tirar a média oito, e aí o aluno tirando abaixo de oito eles já dão a transferência. Há casos em que a gente recebe aluno aqui no quarto bimestre com nota suficiente para passar de ano, só que como não alcançou a média deles. Nós tivemos muitos casos no ano passado. Aliás todo ano tem evento dessa natureza acredito que essa situação também ocorre em outras escolas, pois anos atrás eu conversei com o coordenador e com o diretor dessa escola, eles me relataram essa situação também, reprovados lá, aí quando verificavam já tinha alcançado a média sete imposta pela Secretaria de Educação do Estado. (Gestor y, 2023. Informação Verbal)

Sendo assim, o diálogo nos ajuda a compreender que o colégio impõe padrões que acabam tornando difícil a permanência da população vista como vulnerável pela ausência do Estado, onde as políticas públicas são ineficazes ou nulas. A escola ao estabelecer esse requisito de média superior ao da secretaria de educação dentro de uma área que foi considerada com vulnerável pelo poder público, acarreta a exclusão, já que fatores sociais que implicam na questão do aprendizado estão sendo negligenciados. Essas permanecem excluídas e com agravante de uma periferia marginalizada e violenta, pois, umas das razões para construção do colégio foi a vulnerabilidade social da Regional do Calafate. Para o Penna *et al*, (2014) o termo vulnerável pode ser compreendido da seguinte forma:

Definida como um risco social, a vulnerabilidade caracteriza-se pela concentração da precariedade (ou falta) de serviços coletivos e de investimentos públicos em infraestruturas (os ativos e as estruturas de oportunidades), que desse modo provocam a desproteção social das comunidades mais carentes. A vulnerabilidade pode ou não estar associada a riscos ambientais, como, por exemplo, moradias localizadas em áreas de alta declividade (perigo de deslizamentos e soterramentos de pessoas e habitações) ou sujeitas a enchentes. (Penna *et al*, 2014 p. 2).

Todavia, a instalação do Colégio Militar Tiradentes, tem provocado valorização das áreas próximas, que até então não tinham valor de mercado por estar situado dentro de um bairro considerado periférico. Atribuímos isso pela sensação de segurança que o colégio oferece, além de um público diferenciado que passou a frequentar o bairro, tal fato pode ser percebido em fala de uma moradora da comunidade local.

A quarta pergunta sobre a questão da área em que o Colégio Militar foi construído, querendo ou não é um foi uma área estratégica. Foi uma área onde tem mercados, padarias, açougues, tudo perto e isso acabou trazendo mais valorização tanto para salas comerciais, poderem abrir lojas, quanto para casas, porque como tem o colégio e consequentemente os moradores começaram a investir nas casas e ficou supervalorizada. Casas que antes custavam vinte mil, trinta mil hoje valorizou muito nessa área onde fica o colégio militar. Porque se você pegar e for um pouco mais a frente ali no Novo Calafate, Laélia Alcântara, Wilson Ribeiro, que já é uma área, vamos se dizer periférica não tem essa supervalorização, por exemplo, casas dentro desses bairros que são grandes, bem estruturada, você encontra casa de quarenta e cinco mil, trinta mil, trocas por veículos, então os moradores de lá fazem qualquer negócio, já quando você chega aqui nas áreas próximas ao colégio a realidade já é outra totalmente diferente (Entrevistada A, 2023. Informação Verbal).

Sendo assim, isso ocorre na medida que essas localidades vão recebendo melhorias fruto da descentralização que vem ocorrendo na Regional do Calafate, a tendência é que a população em situação de pobreza se desloque para lugares com péssimos serviços públicos. Enquanto, outros vão se apropriando com maior poder aquisitivo. O que Ferreira *et al* (2008) vai chamar de lógica da produção injusta do espaço. Sendo assim, seguiremos com as análises da distribuição dos alunos do Colégio Militar Tiradentes. Ademais, foi preciso incluir os outros colégios militares.

4.4 Análise da distribuição dos alunos por bairro nas escolas cívico-militares de Rio Branco

Para esta análise a pesquisa levou em consideração as três escolas: Colégio Militar Tiradentes, Colégio Dom Pedro II e Colégio. Os dados foram coletados através da Secretaria de Educação no Acre, que conta com um Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Educacional (Simaed). Este tem como objetivo, facilitar a realização de processos administrativos das unidades escolares (matrículas, acesso a resultados de avaliações, entre outros), melhorar o acesso público à informação do funcionamento e dos resultados das escolas e dar maior agilidade no preenchimento do Educacenso, ferramenta detalhada do sistema educacional brasileiro. Além de instrumentalizar as escolas e todos os órgãos da Secretaria Estadual de Educação, com informações atualizadas de todos os alunos da rede. Facilitando a realização de processos administrativos das unidades escolares (matrículas, acesso a resultados

de avaliações, entre outros), para melhorar o acesso público à informação do funcionamento e dos resultados das escolas.

Contudo, ao analisarmos a planilha fornecida pela fornecida pela Divisão de Sistema Educacional de Monitoramento Escolar, unidade responsável por administrar o sistema, verificamos a necessidade de correção já que havia a existência de espaços sem informações, no geral o Simaed trouxe nomes dos bairros que não coincidiram com o disposto na Prefeitura de Rio Branco.

Após a verificação foi realizado a limpeza dos dados, ou seja, a exclusão de espaços em branco e sem informações, a definição das letras em maiúsculas ou minúsculas, bem como no cruzamento dos nomes dos bairros desatualizados que constavam nas planilhas com a base de bairros atualizada do Município de Rio Branco.

Para representação dos dados utilizou-se o emprego dos mapas coropléticos estes são elaborados a partir de dados quantitativos e apresentam cores ou sombreamentos de acordo com a variação de um determinado dado estatístico ou indicador em cada área. O objetivo desses mapas é fornecer uma representação visual rápida e eficiente da distribuição espacial de uma variável específica em uma região (Archela e Théry, 2008).

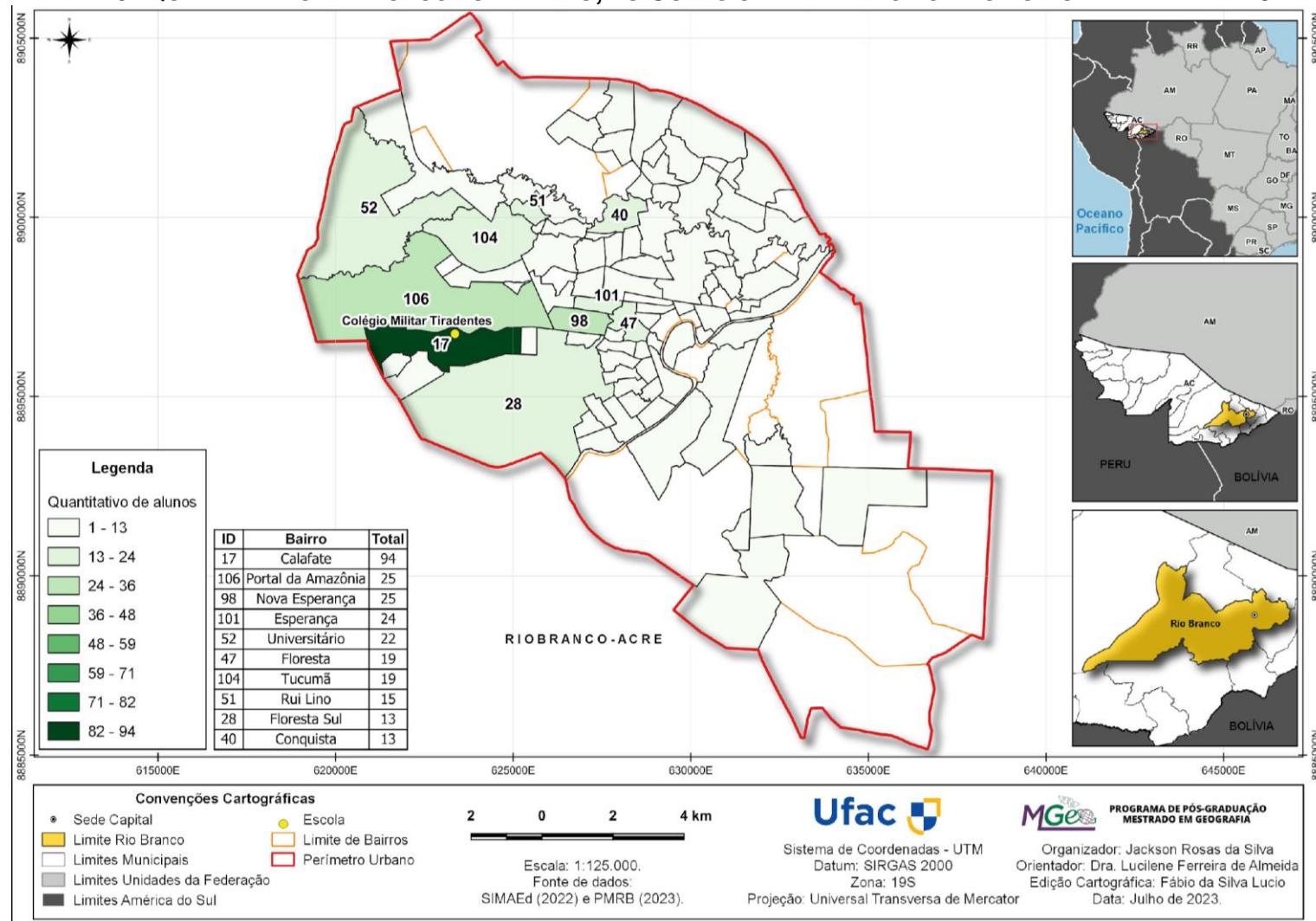
Deste modo, para classificação dos mapas coropléticos foram utilizadas ferramentas específicas do software QGIS 3.28.8 LTR que corresponde a um Sistemas de Informações Geográficas (SIG) de uso livre e código aberto. Para a aplicação do método de classificação e representação cartográfica, todas as planilhas foram importadas e unidas a uma camada do tipo shapefile (.shp) contendo os bairros com os nomes e geometrias corrigidos.

Diante disso, para cada escola e nível de escolaridade foi criado um grupo para que o arquivo pudesse ser trabalhado da melhor forma possível. Para a representação das classes correspondendo a escolaridade “fundamental”, adotou-se o emprego da paleta de cores “Greens” do próprio repositório do software utilizando o método graduado, junto do modo de visualização “intervalo igual” ordenando os dados em 8 classes. Já para os dados correspondentes ao nível médio, utilizou-se a paleta “Reds” seguindo as mesmas configurações.

Diante disso, após a confecção dos mapas, os arquivos foram exportados e os mapas gerados em tamanho A4 paisagem (210x297mm), e exportados em formato JPEG e PDF, ambos os arquivos georreferenciados.

Sendo assim, para uma melhor compreensão da distribuição dos alunos nos colégios cívico-militares de Rio Branco, apresentaremos os bairros com maior concentração de estudantes. Como a cidade de Rio Branco apresenta muitos bairros, estes foram representados conforme o seu número de identificação (ID). Além disso, classificamos os dez bairros que mais se destacaram. Conforme veremos a seguir:

MAPA 6: QUANTITATIVO DE ALUNOS POR BAIRRO, DO COLÉGIO TIRADENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL – 2022

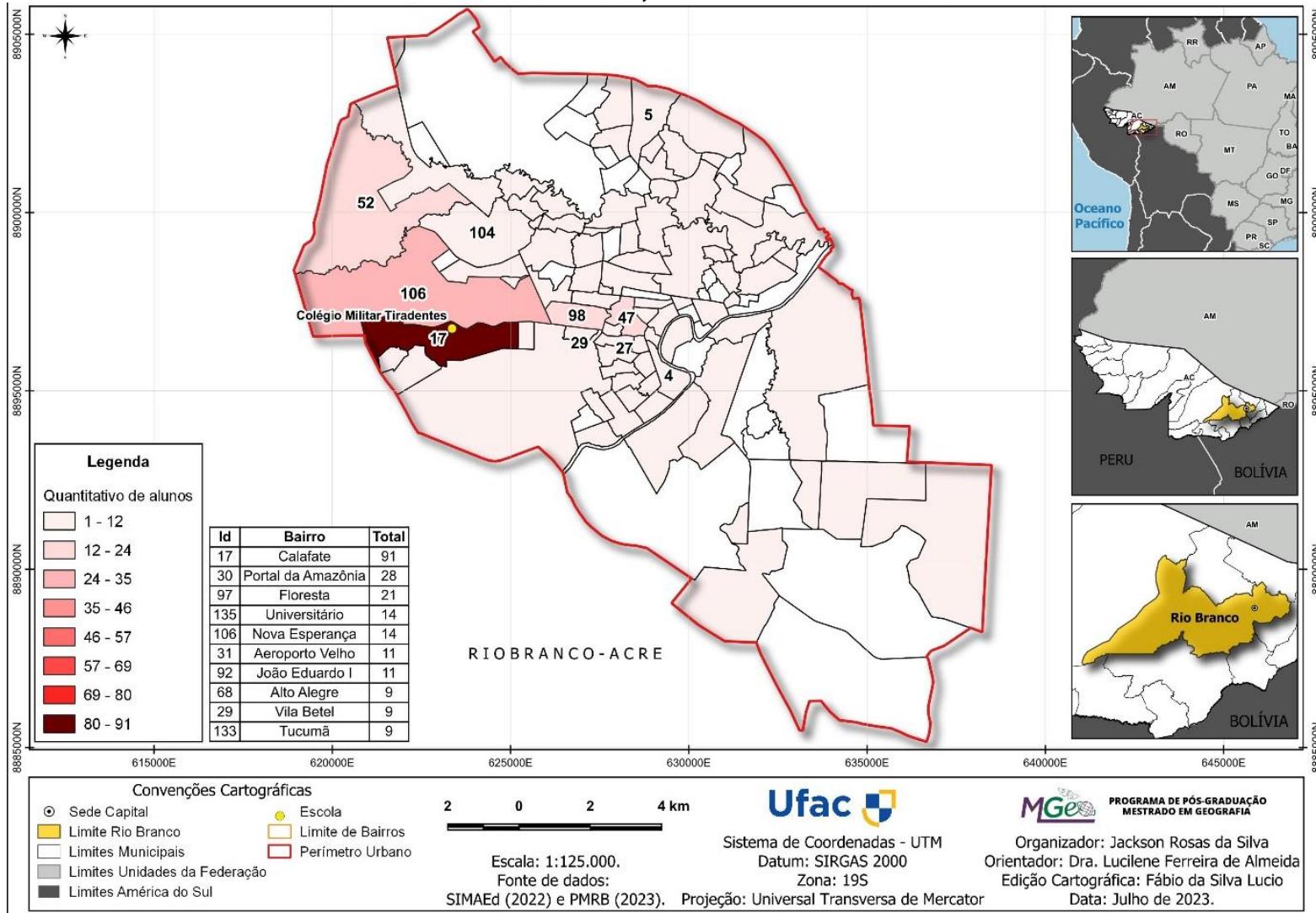


Fonte: Acre (2023).

Segundo o mapa 5, o Colégio Militar Tiradentes apresenta uma clientela com mais de 591 alunos matriculados no Ensino Fundamental. Estes se encontram distribuídos em vários bairros da capital. Ao analisarmos a relação desses alunos com a Regional do Calafate³¹, observamos apenas dois bairros, são eles: Calafate e Portal da Amazônia, juntos correspondem a 20,13% dos alunos pertencentes ao Colégio.

31 Para saber a quantidade de bairros da Regional do Calafate, bem como entender a divisão administrativa do município de Rio Branco é necessário acessar o seguinte endereço: RIO BRANCO (AC). DECRETO Nº 068 DE 16 DE JANEIRO DE 2014. Disponível em:
<http://portalcgm.riobranco.ac.gov.br/lai/wp-content/uploads/2012/05/DECRETO-N%C2%BA-068-2014-REGIONAIS-URBANAS.pdf> > Acessado em 27 de jan. 2024.

MAPA 7: QUANTITATIVO DE ALUNOS POR BAIRRO, DO COLÉGIO TIRADENTES NO ENSINO MÉDIO – 2022



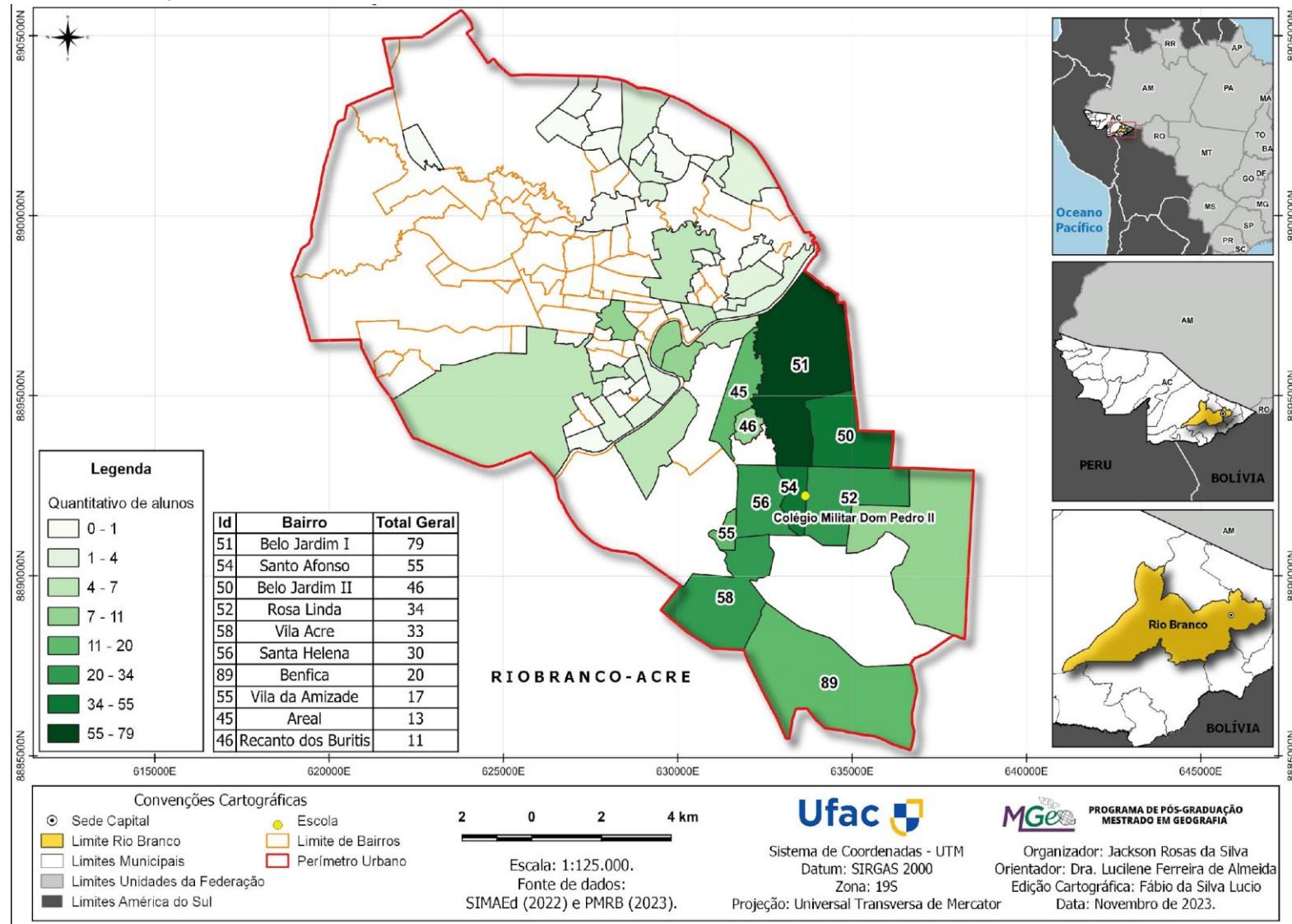
Fonte: Acre (2023).

Já o mapa 6, que mostra os alunos matriculados no Ensino Médio do Colégio Militar Tiradentes, com um total de 442, verificamos a presença dos alunos, novamente nos bairros Calafate e Portal da Amazônia. Ao calcularmos o percentual de alunos dentro da Regional do Calafate, os resultados apontaram que somente 26,92% têm matrícula no colégio.

Logo, ao analisarmos os dois mapas do Colégio Militar Tiradentes com o quantitativo de alunos percebemos a inconsistência do projeto de criar um colégio militar para aquela Regional, com algumas áreas consideradas vulneráveis socialmente. Pois, a instituição militarizada conseguiu atender somente dois bairros com uma quantidade insignificante já que os demais alunos são de outras localidades. Além disso, a alta procura está relacionada com as melhorias que vêm passando a Regional do Calafate como a centralização de serviços públicos e privados. Visto que, ao analisarmos a distribuição dos alunos nas outras escolas cívico-militares (Colégio Dom Pedro II e Wilson Barbosa) o resultado foi diferente.

Para fins comparativos, foi realizado o mesmo levantamento nas outras duas escolas cívico-militares, localizadas na cidade de Rio Branco, Colégio Dom Pedro II, no bairro Belo Jardim e Colégio Wilson Barbosa, no bairro Cidade do Povo, ambas localizadas no segundo distrito da cidade.

MAPA 8: QUANTITATIVO DE ALUNOS POR BAIRRO DO COLÉGIO DOM PEDRO II NO ENSINO FUNDAMENTAL – 2022

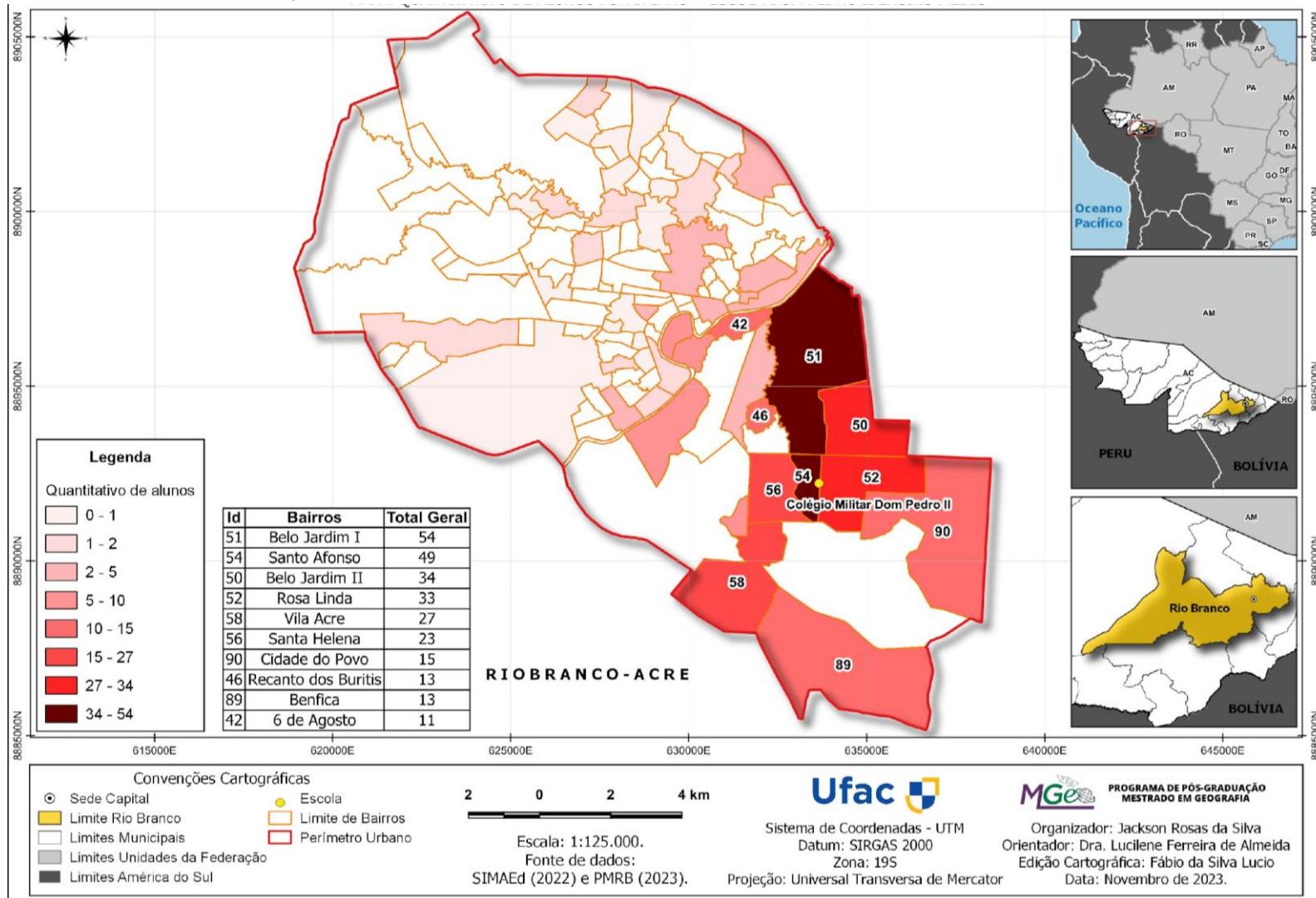


Fonte: Acre (2023).

Com relação a escola Dom Pedro II, o mapa 7 mostra que os alunos matriculados no Ensino Fundamental, totalizam 566 alunos. Ao analisarmos os estudantes do colégio localizado na Regional do Belo Jardim³², notamos os seguintes bairros: Belo Jardim I e II, Santo Afonso, Rosa Linda e Recanto dos Buritis. Ao calcularmos o percentual dos alunos pertencentes a respectiva Regional, os resultados foram 39,75% evidenciando de certo modo um acréscimo de alunos dos bairros adjacentes que conseguiram vaga na escola se comparado com o Colégio Tiradentes.

32 Idem.

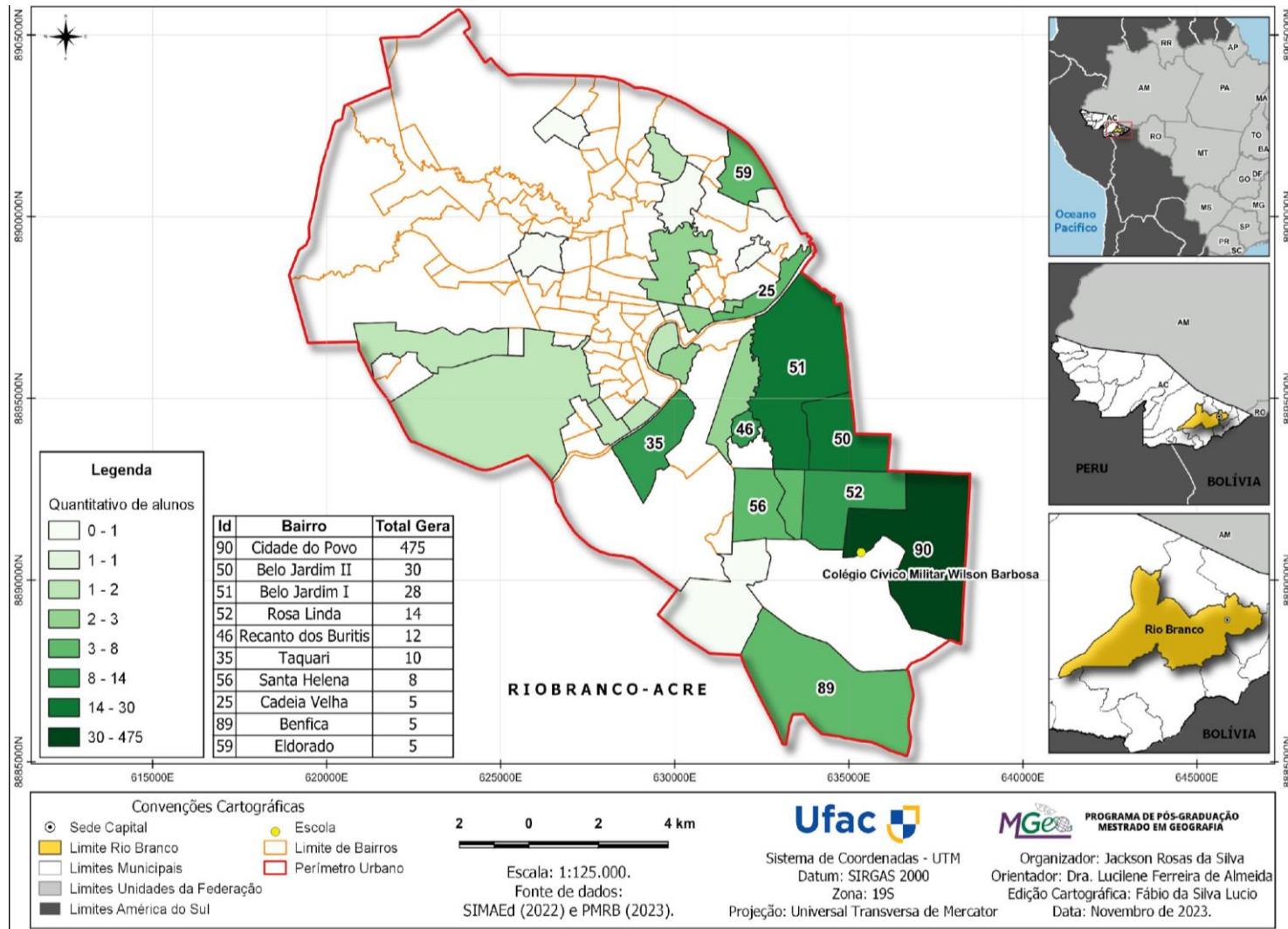
MAPA 9: QUANTITATIVO DE ALUNOS DO COLÉGIO DOM PEDRO II NO ENSINO MÉDIO - 2022



Fonte: Acre (2023).

No mapa 8, vemos que a maioria dos alunos matriculados no Ensino Médio do Colégio Dom Pedro II, somam aproximadamente 474 alunos. O colégio consegue preencher os 7 bairros da Regional que são: Belo Jardim I e II, Santo Afonso, Rosa Linda, Recanto dos Buritis e o Conjunto Habitacional Cidade do Povo. Com isso, ao calcularmos a porcentagem para verificar a relação entre escola e comunidade, aferimos que 41,74% dos alunos matriculados estão inseridos na mesma regional do colégio, bem acima do valor se comparado ao Colégio Tiradentes.

MAPA 10: QUANTITATIVO DE ALUNOS POR BAIRRO DO COLÉGIO CÍVICO-MILITAR WILSON BARBOSA



Fonte: Acre (2023).

Conforme o mapa 9, o Colégio Cívico-Militar Wilson Barbosa, localizado no Conjunto Habitacional Cidade do Povo, apresenta uma clientela de 660 alunos matriculados no Ensino Fundamental. Também localizada na Regional do Belo Jardim. A escola consegue atender quatro bairros dessa Regional, Cidade do Povo, Belo Jardim I e II, Rosa Linda e Recanto dos Buritis, ou seja, 84, 24% dos alunos. Uma realidade bem diferente dos outros colégios cívico militares, porquanto, podemos constatar que a grande maioria do seu público pertence ao bairro onde está localizada a escola, concentrando 475 estudantes. É necessário destacar que a instituição se difere das demais na forma de ingresso, não sendo exigido sorteio e nem prova. Além disso, é um dos bairros mais distantes e isolados da cidade de Rio Branco.

Precisamos destacar o processo de centralidade pelo qual vem passando alguns pontos da Regional do Calafate, colaborando para a movimentação de alunos de diferentes bairros da cidade de Rio Branco. Fato semelhante já ocorreu com as escolas do centro da cidade, onde se concentravam grande parte dos serviços públicos e privados. Além disso, as áreas adjacentes ao centro possuíam grande valor de mercado, com moradias elitizadas.

Enfim, a instalação do Colégio Militar Tiradentes pode ter contribuído para outros fatores como valorização do uso do solo, nas áreas adjacentes. Além de transformar um espaço público elitizado, dentro de uma comunidade que vem sendo segregada ao longo dos anos. Ademais, a militarização ignora a trajetória de dificuldades da educação pública, passando a dificultar o debate sobre a construção de uma escola pública de qualidade para todos.

Logo, essa distribuição mostra que as imposições e regras criadas pelo Colégio Militar Tiradentes, dificultam a relação entre comunidade e escola. Todavia, o direito dos alunos de estarem inseridos em uma escola pública próxima a sua moradia já é consolidado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, no artigo 53 em seu inciso V.

O debate sobre a importância de inserir o aluno no lugar em que vive diariamente é importante, pois além de facilitar o acesso à educação, torna-se viável porque, este estudante conhece de fato os reais problemas da comunidade. Para Silva et al, (2017) essa relação é necessária. Segundo Freire (2018) a escola é um espaço de relações e representações sociais, possuidora de história própria. Faltando esses elementos pode incorrer num autoritarismo.

Contudo, esse problema só é perceptível na medida em que analisamos o espaço enquanto elemento social, como vimos no capítulo dois, nele está contido o caráter cultural-ideológico (Santos, 1985). O papel ideológico que esses colégios militares carregam principalmente durante a gestão do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro faz com que eles sejam bem-vistos pela comunidade, no geral na eleição de 2022 mais 70% dos eleitores acreanos demonstraram apoio ao ex-mandatário. (Exame, 2022).

Ao todo, o imaginário da doutrina militarista que carrega consigo a pauta dos costumes esconde a exclusão dos mais pobres e individualiza o problema da escola pública, enquanto um determinado grupo se beneficia, no caso específico, os militares, porquanto se aproveitam da estrutura montada pelo estado do Acre. Ao passo que as escolas dentro da Regional estão no total abandono, conforme evidenciamos nas figuras três e quatro, uma escola que foi invadida por criminosos, ao mesmo tempo o muro também foi pichado por facções, evidenciando o seu controle dentro daquela localidade.

Diante disso, para não cairmos nas armadilhas de ideologias que cercam a educação pública. Evidenciamos fatores importantes como relação entre cidade e educação, de fato o processo de militarização torna-se ineficaz, todavia a depender do local em que está inserido, já que as cidades promovem desigualdades na medida que se empenham em promover melhorias em um determinado lugar, deixando em desvantagens outros pontos. Por essa razão, é visível o potencial de segregação que esses colégios carregam e com isso ignoram totalmente a história de luta do povo acreano por uma educação de qualidade para todos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou contextualizar a história da educação no Brasil, a partir de 1930, pois foi o momento em que as políticas educacionais tiveram proposta para atender todo o território nacional. Dentro de cada período estudado percebemos que as mudanças ocorreram de forma desigual para as diferentes camadas, bem como a forma em que era pensada e ofertada mudavam de acordo com o grupo que estava no poder.

Diante disso, a dualidade que o país enfrenta advém das disputas das diferentes frentes, religiosos, militares, empresariais, entre outros. Geralmente essas participações nos governos não estavam explícitas. Todavia, nos períodos em que o Brasil passou por regimes autoritários, essas lideranças tinham participação ativa nos quadros educacionais.

Resultado disso, é a criação de políticas educacionais que segregam, aprisionam as classes populares de qualquer forma de ascensão social através do conhecimento. Por sua vez, as ideologias implantadas dentro do contexto educacional, também as impedem de qualquer revolta popular. As poucas revoltas para uma educação de qualidade que abarcassem todos os setores da sociedade foram contidas.

Apesar de suprimidas as revoltas em torno de uma educação popular, foram capazes de influenciar fortemente a Constituição Federal de 1988. Para Arroyo (2019) a consciência social foi um fator determinante para as camadas populares reivindicarem seus direitos de acesso à educação.

De fato, a Constituição Federal de 1988, juntamente com a LDB nº 9394 de 1996 trouxeram avanços significativos para a educação brasileira. Entretanto, a atuação de setores que não estão ligados diretamente à educação, como as classes empresariais, religiosas e militares, vêm dificultando as aplicações das leis, ou mesmo a infringindo-a. A exemplo da Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, tendo a participação expressiva da elite empresarial do Brasil.

Na outra ponta, ao focar a pesquisa na participação dos militares na educação durante a gestão do ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro, percebemos que as regras de funcionamento das escolas cívico-militares eram semelhantes ao

Projeto Escola Sem Partido, barrado no Congresso Nacional em 2018. Contudo de modo implícito. Além do interesse dos recursos da educação para beneficiar militares.

O papel da Geografia na análise educacional foi primordial e determinante para isso, houve a necessidade do estudo da categoria espaço, esse foi analisado enquanto estrutura social. Para Moreira (1982) o espaço geográfico é confundido com instâncias ideológicas, ao mesmo tempo Lefebvre (2008) o comprehende como elemento de manipulação e dominação.

Neste sentido, o Ministério da Educação entre os anos de 2019 a 2022 foi tomado pelo extremismo de direita, no qual projetou escolas militarizadas com objetivo de promover uma verdadeira guerra cultural entre setores da educação, onde extremistas acreditavam em uma contaminação ideológica da esquerda.

Assim, o estudo geográfico do espaço mostrou o quanto a educação pode ser modificada a depender do dirigente, a modulação vai ocorrendo de acordo com suas inclinações, no caso o histórico militar do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro foi o ponto de partida para mudanças que ocorreram de forma discreta, mas que provocaram danos irreparáveis para educação pública brasileira.

Pois, atribuíram à escola pública uma grande responsabilidade que ela sozinha não consegue resolver. Neste sentido, analisamos a construção do Colégio Militar Tiradentes na cidade de Rio Branco-Ac. Ao contextualizar a história da educação no Acre, evidenciamos diversos fatores que precisam ser modelados para enfim pensarmos em algum modelo de gestão escolar. Primeiramente, ao longo de sua formação enquanto estado passou por um longo período de isolamento que trouxe impacto significativo para educação, tanto em termos logísticos quanto de profissionais habilitados ao ensino.

Do outro lado, os impactos da economia pela falência dos seringais e o surgimento da agropecuária ocasionaram inchaços populacionais, principalmente na cidade de Rio Branco. Para Oliveira (1982) formaram “bolsões da pobreza”. Logo, começaram a aumentar os casos de violência, prostituição, trabalho infantil, entre outros.

Apesar dos problemas urbanos a parte central se apresentou com melhor infraestrutura em termos de saneamento básico, o funcionamento dos serviços também concentrava nessa parte da cidade, entre eles as escolas públicas com boas condições de funcionamento para época. Por outro lado, a parte periférica foi marcada pelo abandono das autoridades.

Os beneficiados restringiam-se a uma elite que morava nas áreas adjacentes ao centro. Por oferecer os melhores serviços, as escolas centrais possuíam uma alta procura e o quadro de alunos era preenchido muitas vezes por apadrinhamento político, ou por famílias que dormiam nas filas. Isso retratou a falta de compromisso com as escolas dos bairros periféricos.

Decerto, o problema das filas enfrentadas por pais ou responsáveis durante o período de matrícula no início do ano letivo, terminou com a política de zoneamento escolar. Contudo, segundo Almeida (2015) a política de zoneamento escolar acentuou ainda mais a segregação na cidade, já que as escolas do centro continuaram oferecendo os melhores serviços.

Em suma, a contextualização histórica da cidade de Rio Branco foi importante durante a pesquisa para mostrarmos os problemas que sobrecarregam a cidade e têm impactos negativos na educação. Entretanto, apontamos que essa adversidade não vem sendo reconhecida, na medida que surge a militarização das escolas como solução, um deles seria a violência que assola os bairros periféricos.

Assim, para estudarmos os colégios militares da cidade, foi realizado um estudo de caso, onde o Colégio Militar Tiradentes foi escolhido, justamente pela sua localização, já que está fixado dentro perímetro urbano que mais vem recebendo atenção dos agentes públicos, que concentram diversos órgãos fruto do processo de descentralização que vem ocorrendo. Além da atuação das entidades privadas com as construções dos condomínios fechados e o crescimento do comércio, que também é um fator de destaque. A participação ativa do estado em alguns pontos contribui para isso.

Essa elitização aumentou a procura dos pais ou responsáveis de diferentes bairros da cidade, já que o Colégio Militar Tiradentes foi o que apresentou a menor relação entre os alunos matriculados pertencentes ao bairro em que a unidade escolar militar está inserida.

À vista disso, foram constatados elementos de contradições já que o intuito desse colégio era atender os alunos em situação de vulnerabilidade social, pois o local em que foi construído, o bairro Calafate e adjacência são vistos como violentos e precisavam dessa interferência policial.

A forma de ingresso e o favorecimento de filhos ou tutelados de policiais com 50% das vagas também se contradizem em uma escola construída para atender uma comunidade que sofre com a violência. Para fazer parte do colégio os alunos são

submetidos a exames intelectuais na qual os estudantes de colégios particulares terão mais vantagens. Em síntese, o espaço público educacional se elitizou e segregou mais do que incluiu.

Sendo assim, diante da complexidade do tema não foi possível esgotá-lo em sua totalidade, não foi a nossa pretensão. Mas entre as conclusões possíveis, optamos por elencar os desafios educacionais na cidade que precisam ser compreendidos e solucionados por uma coletividade.

Ao mesmo tempo, entendemos que a entrada dos militares para coordenar pautas educacionais das escolas cívico-militares se dá em razão das vantagens geradas para esta categoria, porque se beneficiam criando unidade de ensino público diferenciada, para seus filhos ou tutelados.

Por fim, compreendemos que a militarização do ensino impacta negativamente a luta pela democratização e a valorização do ensino público. Além do mais, os discursos dos militares para educação sobre carregam o papel da escola.

7 REFERÊNCIAS

ABI. **Há 55 anos, AI-5 endurecia ainda mais a ditadura militar.** Disponível em: <https://www.abi.org.br/ha-55-anos-ai-5-endurecia-ainda-mais-a-ditadura-militar/>. Publicado em 13/12/2023. Acesso em: 29 de janeiro de 2024.

ACRE. Assembleia Legislativa do Estado do Acre. Dispõe sobre a criação dos colégios militares estaduais de ensino fundamental e médio “Dom Pedro II e Tiradentes”, na rede Pública de Educação Básica do Estado. **LEI Nº 3.362, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.** Disponível em: <https://www.al.ac.leg.br/leis/?p=13643>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

ACRE, DOE. **Edital nº 001/CMET- PMAC/SEE, de 08 de novembro de 2022. Acre, 2022.** Disponível em: https://2f1ebb1e-eafa-4396-a2eb-1e85fd123d65.filesusr.com/ugd/6f75b2_4b3f21a59b084a9eb60e129811e7ad81.pdf > Acesso em: 13 de out. 2023.

ACRE. Secretaria Estadual de Educação - Divisão de Sistema Educacional de Monitoramento Escola. **Simaed.** 2023.

ARCHELA, R. S.; THÉRY, H. **Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos.** Revista Confins, n. 3, p. 2 - 21, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/2753>> Acesso em: 20 jun. 2023.

ALBUQUERQUE NETO, Álvaro Sobralino de. **Política educacional e formação de profissionais da educação no estado do Acre.** Cuiabá: Instituto de Educação, 1999. x, 260p.

ALMEIDA NETO, Domingo José. **Aos trancos e barrancos: identidade, cultura e resistência seringueira na periferia de rio Branco - Ac (1970-1980).** Rio Branco: EDUFAC, 2004.

ALMEIDA, Lucilene Ferreira de. **Zoneamento Escolar em Rio Branco/Ac: Democratização do Acesso e Segregação Socioespacial,** 2015. 224f. Tese (Doutorado em Educação, Setor de Educação). Universidade Federal do Paraná.

ALVES, Gilberto Luiz; CENTENO, Carla Villamaina. **A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX.** Revista Brasileira de Educação, v. 14, p. 469-487, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/j9wmpYGfXtpdPWW8r7XJx9y/> > Acesso em: 01 fev. 2023.

ALVES, Miriam Fábia; FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. O processo de militarização de uma escola estadual pública em Goiás. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Z3X4pvpXqc4kGq6vnQbv6tsabstract/?lang=pt> > acesso em 29 de jan. 2023.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1989

ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa de; CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultroliberalismo, militarismo e reacionarismo**. Revista Katálysis, v. 24, p. 146-156, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/KWXN3b3JFnyYvw6PTtpjcw/> >acesso em 29 de jan. 2023.

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017. E-book.

ASSEN DE CARVALHO, M. C. Marques Gonçalves, R., & Xavier Silva, A. R. (2020). **A Faculdade de Educação do Acre no contexto de implantação do ensino superior: histórias e narrativas em diferentes tempos históricos**. Revista Amazônica: Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Educação Da Universidade Federal Do Amazonas, 1(01), 142–166. Disponível em: <https://doi.org/10.29280/rappge.v1i01.7876> >Acesso em 08 de agosto de 2023.

AZEVEDO, Magaly de Matos, BEZERRA, Maria José, COSTA, Maria de Fátima Nobre, SILVA, Susana Domingos da. **Caminhos da Educação: Colégio de Aplicação** da Ufac – 15 anos de história. Rio Branco: Gráfica Ufac, 1998. 266.

BARBOSA, Márcio Batista. Desmilitarização das polícias do Brasil: um novo olhar constitucional. 2021. 56 f. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/67689> >Acesso em: 16 de out. 2023.

BARBOSA SOBRINHO, Maria Evanilde “A Escola e a Forja da Civilização”: Obrigatoriedade escolar no território do Acre (1920-1950). Curitiba, 2016. 171 f.

BASILIO, Ana Luiza, Miguel Arroyo: **Escolas militarizadas criminalizam infâncias populares**. Carta Capital. 12 set. de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/miguel-arroyo-escolas-militarizadas-criminalizam-infancias-populares/> >acesso em: 05 jan. de 2022.

BELIK, Laura. **Casas de paxiúba: moradia tradicional acreana**. In: Anais do 5º Simpósio Científico ICOMOS Brasil e 2º Simpósio Científico ICOMOS/LAC. Anais...Belo Horizonte(MG) UFMG, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/5-icomos-2-icomos-lac/564369-CASAS-DE-PAXIUBA--MORADIA-TRADICIONAL-ACREANA> >Acesso em: 25 de jul. 2023.

BENTO, VICTOR RÉGIO DA SILVA. **Expansão Urbana e Segregação Socioespacial em Rio Branco - Acre**. 2017. 367 f. Tese (Doutorado em 2017) - Universidade Estadual do Ceará, , 2017. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=82217>> Acesso em: 15 de out. de 2023.

BEZERRA, Maria José et al. (coord). **Cidade de Rio Branco – a marca de um tempo: história, povo e cultura**. Rio Branco. Globo, 1993.

BEZERRA, Maria José. **A invenção da cidade: Rio Branco, segundo, o pensamento e ação de Guiomard Santos (1946-1950)**. 1º ed. – Rio Branco: EAC Editor, 2018, 244 p.

BEZERRA, Nilson Pereira. **Pacto pela educação: o cumprimento da agenda neoliberal em Goiás e a militarização das escolas públicas**. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias) - Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, GO. Disponível em: <http://www.bdtd.ueg.br/handle/tede/943> >acesso em 08 fev. 2023.

BOLSONARO, J. (2018). **O caminho da prosperidade: proposta de plano de governo. 2018**. Disponível em:
https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf >acesso em 07 de jan. 2022.

BOMBARDA, Alex Ricardo. **A Influência das Agências Internacionais no Brasil: os acordos MEC/USAID no contexto da ditadura militar de 1964**. Revista Educação e Emancipação, p. 246-268, 2019. Disponível em:
<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/12> > Acesso em 17 dez. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**/Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron ; tradução de Reynaldo Bairão. 5 ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2012. 275p.

BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. **Estatuto da Criança e do adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL, Exército brasileiro. Conheça os 14 Colégios Militares brasileiros. 2021. Disponível em: Conheça os 14 Colégios Militares - Colégios Militares (eb.mil.br).>Acesso em: 20 de agosto de 2023.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Portaria - c ex nº 1.714, de 5 de abril de 2022**. Brasília. EB, 2022. Disponível em:
www.sgex.eb.mil.br/sg8/001_estatuto_regulamentos_regimentos/02_regulamentos/port_n_1714_cmdo_eb_05abr2022.html > Acesso em: 27 de fev. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Nota técnica nº 60/2023/dpdi/seb/seb**. Brasília. MEC, 2023. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2023/07/notatecnicaescolascivicomilitares-1.pdf> > Acesso em 10 de out. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio - perguntas e respostas**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361> >Acesso em 05 de jun. 2023.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969**. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html> >Acesso em 30 de maio de 2023.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Legislação Informatizada – Lei nº 5.692, de 11 agosto de 1971.** Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> >Acesso em 01 de jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 10.004 de 5/9/2019, institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília: Diário Oficial da União de 6/9/2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm >Acesso em 24 fev.2023.

BRASIL. **Decreto Nº 11.611.** Data da publicação: 21 de julho de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/decreto/D11611.htm. Acesso em 24 de outubro de 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Diretoria de educação, preparação assistencial.** Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/znUQcGfQ6N3x/content/id/13426258 >>Acesso em 13 fev.2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Patronos.** Brasília. EB, 2003. Disponível em: [Biografia Resumida do Duque de Caxias - Patronos \(eb.mil.br\)](#).

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio - perguntas e respostas.** Brasília. MEC, 2018. Disponível em: [Ministério da Educação - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](#) > Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Ação civil pública com pedido de medida liminar.** Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/ac/sala-de-imprensa/docs/1007496-16.2023.4.01.3000%20-%20ACP%20-%20Colegios%20militares.pdf>. Acesso em: 13 de novembro de 2023.

BRASIL. **Portaria - C Ex nº 1.714, de 5 de abril de 2022.** Aprova o Regulamento dos Colégios Militares (EB10-R-05.173), 2ª edição, 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/001_estatuto_regulamentos_Regimentos/02_Regulamentos/portaria_1714.cmdo_eb_05abr2022.html >Acesso em: 27 fev.2023.

BRASIL. **Programa Bolsa Família.** MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.164, DE 2 DE MARÇO DE 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Operação educação, fiscalização ordenada nacional. Relatório Consolidado.** 2023. Disponível em: https://atrimon.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Operacao_Educacao_Relatorio_Nacional.pdf> Acesso em 20 de out. de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL.MEC. **Conheça a História da Educação Brasileira.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira> Acesso em: 29 maio. 2023.

BRASIL.MEC. **Lei de diretrizes e base da educação.** Disponível em: [L9394 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_abre.htm?id=9394) >Acesso em: 24 jan. 2023.

CAETANO, Janaira Fidelis. **Os Governos Wanderley Dantas e Geraldo Mesquita e suas Antinomias.** Revista Labirinto (UNIR), v. 33, p. 266-287, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/5886/3848> >Acesso em 20 de jul. 2023.

CAFARDO, R.; JANSEN, R. **Estudantes de colégios militares custam três vezes mais ao País.** O Estado de S. Paulo, São Paulo, 25 ago. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,estudantes-decolegio-militar-custam-tres-vezes-mais-ao-pais,70002473230> > Acesso em: 20 jan. 2023.

CANTINI, Carolina de Roig. **Escolas Públicas: por que militarizar?** XXIX Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP – 2021. Disponível em: <https://www.prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2021P19314A15481O2225.pdf> >Acesso em: 22 jan. 2023.

CONTI, J. B. A reforma do ensino de 1971 e a situação da geografia. Boletim Paulista de Geografia, [S. I.], n. 51, p. 57–74, 1976. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1116> > Acesso em: 20 mar. 2024.

CARVALHO, Anderson dos Anjos Pena de; ZIENTARSKI, Clarice; RECH, Hildemar Luiz. **Escolas cívico-militares: estratégia política para ocultar a negligência com a educação pública no Estado brasileiro.** Porto Alegre, 2022. Educação, v. 45, n. 1. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-25822022000100225&script=sci_arttext > Acesso em: 20 de set. 2023.

CÁSSIO, Fernando (Ed.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar.** Boitempo Editorial, 2019. E-book.
CEPMG. Portal CEPMG. Disponível em: <https://www.portalcepmg.com.br/historico/> acesso em 20 de jan. 2023.

CMET-PMAC. **Manual do Aluno.** Disponível em: https://2f1ebb1e-eafa-4396-a2eb-1e85fd123d65.filesusr.com/ugd/6f75b2_81344a87b3b2436f92942437eda0cce2.pdf?index=true. Acesso em: 29 de outubro de 2023.

CORRALES, Javier; SMITH, Amy Erica. **De Volta ao Centro da Arena: Causas e Consequências do Papel Político dos Militares sob Bolsonaro.** Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Octavio-Amorim-Neto-2/publication/345035431_De_Volta_ao_Centro_da_Arena_Causas_e_Consequencias_do_Papel_Politico_dos_Militares_sob_Bolsonaro/links/5f9c8ef892851c14bcf63ac8/De-Volta-ao-Centro-da-Arena-Causas-e-Consequencias-do-Papel-Politico-dos-Militares-sob-Bolsonaro.pdf > acesso em: 29 de jan. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Frederico; RAPHAELLA, Karla; DE SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. Educação. Cadernos GPOSSHE On-line; **Formação de Professores**; PPGE UECE; Universidade Estadual do Ceará, v. 3, n. 1, p. 21-49, 2020. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235714592.pdf> >acesso em 20. Jan. 2022.

CUNHA, Jorge Luiz da. **História e organização da educação brasileira**. 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/17131> > acesso em 05 de dez. 2022.

DALLABRIDA, N. **A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário**. Educação, [S. I.], v. 32, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/5520> > Acesso em: 30 dez. 2022.

DE ALMEIDA SANTOS, Catarina; CARA, Daniel Tojeira. **Militarização das escolas públicas no Brasil e o financiamento: da educação como um direito à educação como privilégio**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 167-190. Disponível em: [file:///C:/Users/Jackson.Silva/Downloads/TB%209.1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Jackson.Silva/Downloads/TB%209.1%20(1).pdf) >Acesso em: 20 de jan. 2022.

DE OLIVEIRA, Anelise Martinelli Borges. **Uma análise sobre a política educacional no Brasil durante o período joanino (1808-1821)**. 2013 Disponível em: <Anelise.Martinelli.Borges.de.Oliveira-trabalho-e-book20190715-62185-1dg5593-libre.pdf> (d1wqxts1xzle7.cloudfront.net) > acesso em 20 dez. 2022

DE SOUZA, Everton Aparecido Moreira. **História da educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino**. Cadernos da Pedagogia, v. 12, n. 23, 2019. Disponível em: [Vista do HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: O ELITISMO E A EXCLUSÃO NO ENSINO \(ufscar.br\)](Vista do HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: O ELITISMO E A EXCLUSÃO NO ENSINO (ufscar.br)) > Acesso em 19 dez. 2022.

DIAS, Izabel Nahum; LOUREIRO, PABLO RENAN DE SOUZA. **A segregação socioespacial nos espaços de lazer em Belém/Pa**. Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB, v. 1, p. 3098-3112, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Vaio/Downloads/aleitedebarros,+Izabel+Nahum+Dias+.pdf> >acesso: em 20 de jan. 2022.

DIAS, Zenilda Rodrigues; RIBEIRO, Adalberto Carvalho. **Escolas cívico-militares: conservadorismo e retrocesso na educação brasileira**. Revista Teias, v. 22, p. 406-426, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/59634>>acesso em 20 jan. 2022.

DINIZ FILHO, Luis Lopes. A doutrinação no ensino brasileiro de Geografia. **Revista Geografia**, n. 34, p. 8-17, 2010. Disponível em:

http://www.escolasempartido.org/images/stories/Conhecimento_Pratico_Geografia.pdf acesso em 23 de maio de 2023.

ESTUDANTES E FUNCIONÁRIOS DE ESCOLA VIVEM MOMENTOS DE TERROR NO CALAFATE. Ac 24 horas, 2019. Disponível em:
<https://ac24horas.com/2019/04/25/estudantes-e-funcionarios-de-escola-vivem-momentos-de-terror-no-calafate/> > acesso em 22 de jan. 2023.

ESTUDANTES E FUNCIONÁRIOS DE ESCOLA VIVEM MOMENTOS DE TERROR NO CALAFATE. Ac24horas, 2019. Disponível em:
<https://ac24horas.com/2019/04/25/estudantes-e-funcionarios-de-escola-vivem-momentos-de-terror-no-calafate/> > acesso em 22 de jan. 2022.

FARIAS, Manoel Severo de. **Os governos militares e o ensino superior acreano.** São Paulo, Scortecci, 2013.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; DE AZEVEDO PENNA, Nelba. **Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades. 2008.** Disponível em: abep2008_1188-libre.pdf (d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net) > Acesso em 10 de out. 2023.

FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. **A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937-1945).** 2008. 139 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93413>> Acesso em 05.04.2023.

FIGUEIRA, Kátia Cristina Nascimento. **Forças armadas e educação: o Colégio Militar de Campo Grande – MS (1993-2010).** São Carlos: UFSCar, 2011. 235f. Disponível em:
<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7280/TeseKCNF.pdf?sequence=1&isAllowed=y> > acesso em 20 fev. 2023.

FRANÇA, Raimundo Nonato Cunha de. **ACRE: uma experiência inovadora de Governança?.** 2006. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível em:
<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13803> > Acesso: 25 de jul. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 1. ed. -Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2015. E-book.

FREIRE, Paulo. **Política e educação.** 1. ed. -Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2018. E-book.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo, Paz e Terra, 2011. E-book.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido, 17ª. ed.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Disponível em:

[http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia do oprimido.pdf](http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf) >acesso: 28 de jan.2022.

GINELLI, Giovanna. **História da educação acreana: evolução da educação no Território do Acre, desde a sua Proto-história, até sua evolução a categoria de Estado em 1962.** Ufac, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História.** 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. 341 p.

GHIRALDELLI, Paulo Junior. **História da educação brasileira.** 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2021. *E-book*.

GOIÁS: COMUNIDADE SE MOBILIZA CONTRA MILITARIZAÇÃO DE ESCOLA. Passapalavra, 2015. Disponível em: <https://passapalavra.info/2015/07/105524/> >acesso em 30 de jan. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Lei n° 19.679, de 13 de junho de 2017.** Goiás, 2017. Disponível em:
<http://www.gabinetecivil.go.gov.br/paginaleis.php?id=21554> >acesso em 20 jan. 2023.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História.** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1991.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Acre.** Readaptado por Geraldo Mesquita Junior. Ed. Integral. Brasília: Senado Federal, 2004.

HARVEY, David. **A Justiça Social e A Cidade.** [trad. Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

BRASIL, IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/> > Acesso em: 08 de ag. 2023.

IRYÁ, Rodrigues. **Colégio militar abre 33 vagas para ensino fundamental e médio em Rio Branco.** G1 AC, 2019. Disponível em:
<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/01/11/colegio-militar-abre-33-vagas-para-ensino-fundamental-e-medio-em-rio-branco.ghtml> >acesso em 22 de dez. 2022

JUNIOR, Fábio. **O problema da educação em Goiás é um projeto.** DG, 2022. Disponível em: Disponível em: <https://diariodegoias.com.br/opiniao/o-problema-da-educacao-em-goias-e-um-projeto/> >acesso em 08 de fev.2022.

KLEIN, Daniel da Silva. **A Conquista de Rio Branco – movimentos comunitários e direitos humanos na capital acreana de 1970 a 2000.** Belém: Paka-tatu, 2009.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: Isso Serve em Primeiro Lugar Para Fazer a Guerra.** Editora Papirus: E D. 19 °, 22 de junho de 1988.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008.

LIMA, Reginâmio Bonifácio de. **Sobre terras e gentes: o terceiro eixo ocupacional de Rio Branco**. João Pessoa: Ideia, 2006.

LIMA, V. L. S. **A disciplina educação moral e cívica e a formação do cidadão no acre territorial a partir do jornal o acre (1930-1959)**. Jamaxi, [S. I.], v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/1447>. Acesso em: 25 jul. 2023.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas**. 2010. 367 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <http://app.uff.br/riuff/handle/1/24560> > Acesso em 10 de jul. 2023.

LUMARA, Virna. Acre: Uma Construção: A Cidade, o Jornal e a Educação Edição do Kindle. 2020. *E-book*.

MACIEL, Karen de Fátima. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular**. 2011. Disponível em:
<http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/4304> > acesso em 22 de dez. 2022.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. Revista Brasileira de Estudos de População, [S. I.], v. 22, n. 1, p. 29–53, 2005. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/253> > Acesso em: 12 jan. 2024.

MARCHESINI, LUCAS. **Apenas 1 em cada 4 alunos de colégios militares entra por processo seletivo**. Metrópoles, 2021. Disponível em:
<https://www.metropoles.com/brasil/apenas-1-em-cada-4-alunos-de-colegios-militares-entra-por-processo-seletivo> > Acesso em 01 fev. 2023.

MARINELLI, Célia Regina Gonçalves et al. **A evolução do direito à educação no Brasil republicano**. 2006. Disponível em
<http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1055> > Acesso em 05 dez. 2022.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. **Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**. Acta Cirúrgica Brasileira, v. 17, p. 04-06, 2002. Disponível em: [SciELO - Brasil - Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais](https://repositorio.ufrj.br/handle/10433/1055) [Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais](https://repositorio.ufrj.br/handle/10433/1055) > Acesso em 23 de dez. 2022.

MENDONÇA, ERASTO FORTES. ossiê: Militarização das Escolas públicas no brasil Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça. 2019. Disponível em: [55497-libre.pdf \(d1wqxts1xzle7.cloudfront.net\)](https://repositorio.ufrj.br/handle/10433/1055) > Acesso em: 20 jan. 2022.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O Marquês de Pombal e o Brasil.** Brasiliiana, 1960. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/72/1/299%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. >Acesso em 02 de jan. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE. **Relatório de informações de indicadores prioritários de violência e criminalidade.** Núcleo de apoio técnico - NAT. Disponível em: https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/ANUARIO_MPAC_2019.pdf >acesso em: 17 jul. de 2022.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica.** Annablume, 2007. disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=XoXPLMovRrEC&oi=fnd&pg=PA11&dq=Para+Moraes+\(1999\)+o+campo+de+estudo+da+geografia+deve+ser+militante+por+uma+sociedade+mais+justa,+buscando+a+liberta%C3%A7%C3%A3o+do+homem.++Em+suma,+Silva&ots=Av4W MYC3hB&sig=7aERxJJ6VUPJc1U2ilny9b7LL4s#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=XoXPLMovRrEC&oi=fnd&pg=PA11&dq=Para+Moraes+(1999)+o+campo+de+estudo+da+geografia+deve+ser+militante+por+uma+sociedade+mais+justa,+buscando+a+liberta%C3%A7%C3%A3o+do+homem.++Em+suma,+Silva&ots=Av4W MYC3hB&sig=7aERxJJ6VUPJc1U2ilny9b7LL4s#v=onepage&q&f=false) > Acesso em 03 de dez. 2022.

MORAIS, Maria de Jesus. **Rio Branco-Ac, uma cidade de fronteira: O processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia serve para desvendar máscaras sociais.** Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, p. 33-63, 1982. Disponível em:
http://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-Ruy%20Moreira.pdf. >acesso em 19 jan. 2022.

MOURA, Rosa et al. **Geografia Crítica: legado histórico ou abordagem recorrente.** Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 786, 2008. Disponível em: [Geografia Crítica: legado histórico ou abordagem recorrente?](http://geografia.ub.edu/legado-historico-o-abordagem-recorrente.pdf) (ub.edu) >Acesso em 10 dez. 2022.

NAPOLITANO, Marcos 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. Disponível em;
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4971026/mod_resource/content/0/Marcos%20Napolitano%20-%201964.%20Histo%CC%81ria%20do%20regime%20militar%20brasileiro.%20SP%20Contexto%2C%202014%2C%20p.%2069-95.pdf >Acesso em 23 fev. 2023.

NOGUEIRA, Rivanda dos Santos. **Avaliação em larga escala como regulação: o caso do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar-SEAPE/ACRE.** 2015. 260 f. Tese (Doutorado em Educação, Setor de Educação). Universidade Federal do Paraná. Disponível:
<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/41301/R%20-%20T%20-%20RIVANDA%20DOS%20SANTOS%20NOGUEIRA.pdf?sequence=2&isAllowed=y> > Acesso em: 20 de jan. 2022.

OLIVEIRA, A. L. M. de. **Educação Superior no Brasil e desigualdades (1964 – 2019): entre construções e reformas.** Revista de Ciências do Estado, Belo

Horizonte, v. 7, n. 1, p. 1–25, 2022. DOI: 10.35699/2525-8036.2022.35110.
 Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/e35110> >
 Acesso em: 3 jan. 2023.

OLIVEIRA, Amanda. **Governo do Acre pretende implantar mais 10 escolas cívico-militares no estado**. Agazeta.net, 2023. Disponível em:
<https://agazeta.net/noticias/cotidiano/governo-do-acre-pretende-implantar-mais-10-escolas-civico -militares-no-estado/> > Acesso em 01 fev. 2023.

OLIVEIRA, Edir Figueira Marques de. **Educação básica no Acre, 1962-1983: imposição ou pressão social?** Rio Branco: E.F.M, 2000. 278pp.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de, **O sertanejo, o brabo e o posseiro: a periferia de Rio Branco e o cem anos de andança da população acreana**. Belo Horizonte, UFMG, 1982.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. **As origens da educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino**. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, v. 12, p. 945-958, 2004. Disponível em [SciELO - Brasil - As origens da educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino As origens da educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino](#) > acesso em 28 de dez. 2022.

OLIVEIRA, Valderina Araújo Barbosa. **O Bairro Calafate, formação histórica e configuração atual**. 2010. 54 f. TCC. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, curso de Geografia Bacharelado, Ufac, 2010.

OPERAÇÃO EDUCAÇÃO: FISCALIZAÇÃO ORDENADA NACIONAL. Atricon, 2023. Disponível em: https://atricon.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Operacao_Educacao_Relatorio_Nacional.pdf > Acesso em: 22 de set. 2023.

PAULINO, Ana Flávia Borges; PEREIRA, Vander. **A educação no Estado Militar (1964-1985)**. Universidade Federal, 2006. Disponível em: [Microsoft Word - 176AnaBorgesPaulino_e_WanderPereira.doc \(unisal.br\)](#) > Acesso em 29 de dez. 2022.

PENNA, Nelba Azevedo; FERREIRA, Ignez Barbosa. **Desigualdades socioespaciais e áreas de vulnerabilidades nas cidades**. Mercator (Fortaleza), v. 13, p. 25-36, 2014. Disponível em: scielo.br/j/mercator/a/N6Vt5jpPGVCrQjrwNd6dk8p/?format=pdf&lang=pt > Acesso em 10 de out. 2023.

PILETTI, Claudino. **Filosofia e História da Educação**. 13 ed. São Paulo: Ática, 1997. p.264.

PINHEIRO, Daniel Calbino; PEREIRA, Rafael Diogo; SABINO, Geruza de Fátima Tome. **Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 35, n. 3, p. 667-688,

2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2447-41932019000300667&script=sci_arttext > Acesso em: 20 de fev. 2023.

PONTES, C. J. F. O primeiro ciclo da borracha no acre: da formação dos seringais ao grande colapso. *South American Journal of Basic Education, Technical and Technological*. 2014 Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/100> > acesso em 20 de jul. 2023.

PORTAL CPMG. Colégios militares de Goiás, construindo cidadania e educação de qualidade. Goiás, 2023. Disponível em: <https://www.portalcepmg.com.br/> > Acesso em: 15 set. 2023.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Colégio Militar Tiradentes, Rio Branco, 2018.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. SP: Ática, 1993.

RAMOS, Rayssa Marjory Rocha. O racismo institucional no processo de escolarização pública cívico-militar no Distrito Federal. 2020. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade) Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/26899> > acesso em 02 jan. 2023.

REBUÁ, Eduardo et al. (Neo) fascismos e Educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Mórula Editorial, 2020. E-book.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho; RUBINI, Patrícia Silva. Do Oiapoque ao Chuí-As escolas civis militarizadas: a experiência no extremo norte do Brasil e o neoconservadorismo da sociedade brasileira. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 35, n. 3, p. 745, 2019.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos História da educação brasileira: a organização escolar / Maria Luisa Santos Ribeiro. -- 1. ed. -- Campinas, SP : Autores Associados, 2021. E-book

RIGUE, Fernanda Monteiro; CORRÊA, Guilherme Carlos. As forças do Brasil colonial e imperial que contribuíram para a emergência do ensino de química na escola brasileira. Cadernos de Pesquisa, p. 167-187, 2019. Disponível em: Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/11103> > Acesso em: 02 nov. 2022.

RIO BRANCO - AC. DECRETO Nº 068 DE 16 DE JANEIRO DE 2014. Disponível em: <http://portalcgm.riobranco.ac.gov.br/lai/wp-content/uploads/2012/05/DECRETO-N%C2%BA-068-2014-REGIONAIS-URBANAS.pdf> > Acessado em 27 de jan. 2024.

ROCHA, M. Z. B. Espaço urbano, escola e desigualdade social. Sociedade e Estado, [S. I.], v. 14, n. 02, p. 349–368, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/44366> > Acesso em: 2 jul. 2023.

RODRIGUES, Iryá. **Colégio militar abre 33 vagas para ensino fundamental e médio em Rio Branco.** G1, 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/01/11/colegio-militar-abre-33-vagas-para-ensino-fundamental-e-medio-em-rio-branco.ghtml> > Acesso em: 20 de jan. 2022.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação Brasileira: 1930/1973.** Petropolis, Editora Vozes, 1978.

SAMPAIO, Cristiane. **Governo Bolsonaro tem cerca de 130 militares em cargos de confiança.** Brasil de fato, 2019. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2019/03/06/governo-bolsonaro-tem-cerca-de-130-militares-em-cargos-de-confianca> > acesso em 20 de jan. 2023.

SANTORUM, Andrelise Gauterio. **Fascismo à brasileira: juventude e imprensa como instrumentos de doutrinação da ação integralista brasileira (1932-1937).** 2018. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: [000489069-Texto+Completo-0.pdf \(pucrs.br\)](http://000489069-Texto+Completo-0.pdf (pucrs.br)) > Acesso em 02 nov. 2022.

SANTOS, Catarina de Almeida; Alves, Miriam Fábia et al. Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 3, p. 580-591, 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbpae/v35n3/1678-166X-rbpae-35-3-0580.pdf> > Acesso em: 20 jul. 2023.

SANTOS, Fabricio Lyrio. **Aldeamentos jesuítas e política colonial na Bahia, século XVIII.** Revista de História, n. 156, p. 107-128, 2007. Disponível em: <Redalyc.Aldeamentos jesuítas e política colonial na Bahia, século XVIII> > acesso em 01 de dez. 2022.

SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985. Disponível em: [SANTOS_Milton - Espaco_e Metodo-libre.pdf \(d1wqxts1xzle7.cloudfront.net\)](SANTOS_Milton - Espaco_e Metodo-libre.pdf (d1wqxts1xzle7.cloudfront.net)) > Acesso em: 15 out. 2023.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SAVIANI, Dermeval; de Almeida, Jane Soares; de Souza, Rosa Fátima; Valdemarin, Vera Teresa. **O legado educacional do Século XX no Brasil** (p. 43). Autores Associados, 2017. E-book.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira.** Faculdade de educação da UNICAMP, São Paulo, 2006. Disponível em:

<MARQUES DE POMBAL E A REFORMA EDUCACIONAL BRASILEIRA. Coloni>

a Periodo Pombalino 1759-1822. Periodos-libre.pdf
(d1wqxts1xzle7.cloudfront.net) >acesso em 30 de out. 2022.

SEME - Secretaria Municipal de Educação: **Núcleo Frequência Escolar (Bolsa Família)**, 2023

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Eliane. Reflexões Sobre A Atualidade Do Marxismo Na Pesquisa: Enfoque No Método Dialético. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 29, n. 3, p. 515-527, 2019. Disponível em:
<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/7242> > Acesso em: 20 de nov. 2023.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. de L. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências**. Educação Por Escrito, [S. I.], v. 8, n. 1, p. 35–48, 2017. DOI: 10.15448/2179-8435.2017.1.24527. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/porescrito/article/view/24527>. Acesso em: 23 jan. 2023.

SILVA, J. C. da S. **O tema da escola pública no manifesto dos pioneiros da Educação Nova**. Revista de Educação Pública, [S. I.], v. 20, n. 44, p. 521-539, 2012. DOI: 10.29286/rep.v20i44.321. Disponível em:
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/321>> Acesso em: 27 dez. 2022.

SILVA, José Borzacchiello da, et al. **Geografia & Lutas Sociais**. 4º edição. São Paulo: ed. Marco Zero, 1988.

SILVA, Michael Cristtofer da. **Não fechem minha escola: urbanização e gestão da escola contra o vivido, uma análise sobre a "Reorganização" de 2015**. Sorocaba, UFSC, 2019 269f.

SILVEIRA, Rafael Alcadipani da. Michel Foucault: **poder e análise das organizações**. Rio de janeiro: Editora FGV, 2005.

SINDEDUCAÇÃO. **Fim das escolas militares**. Data da publicação 17 de julho de 2023[. Disponível em: <https://sindeducacao.org/fim-de-todas-as-escolas-militares-entenda-decisao-do-mec-sobre-acabar-com-as-escolas-civico-militares>. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

SOUSA DE ARAÚJO, Jaqueline; DA COSTA SILVA, Josué. A cartografia das mortes violentas no estado do Acre–2012 a 2016. **Caribeña de Ciencias Sociales**, n. marzo, 2019. disponível em: <https://www.eumed.net/rev/caribe/2019/03/cartografia-mortes-violentas.htm> > Acesso em 15 de set. 2023.

SOUZA, Gabriela Menezes de. **Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB): uma referência de gestão educacional da rede federal de ensino brasileira**. v. 30,

2016. Disponível em:

https://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT1/GT1_Comunicacao/GabrielaMenezesdeSouza_GT1_Integral.pdf >acesso em 21 de fev. 2023.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Entre a escrita e a oralidade: o voto e a escola (BRASIL: 1875-1904)**. In: IV Seminário de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil, 1999, Campinas. Disponível em:

https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos/trab064.rtf>Acesso em 27 de dez. 2022.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; NEVES, Márcia Luzia Cardoso. **Tendências da educação frente à correlação de forças na luta de classes: uma análise do governo Bolsonaro na perspectiva educacional**. *Estudos IAT*, v. 4, n. 2, p. 310-329, 2019. Disponível em: <http://estudosiat.sec.ba.gov.br/index.php/estudosiat/article/viewFile/153/201> >Acesso em 21 jan. 2022.